UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

EDUCAÇÃO, TELEVISÃO E NATUREZA, uma análise do Repórter Eco

Autor: Lucia de Fatima Estevinho Guido
Orientador: Cristina Bruzzo

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Lucia de Fatima Estevinho Guido e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 26/08/2005

Assinatura:.....

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

2005

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO

© by Lucia de Fatima Estevinho Guido, 2005.

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T UNICAMP
G942e
V ____ EX ____
TOMBO BC/ 66743
PROC. 16.123.06
C ☐ D ☒
PREÇO 11,00
DATA 25/1/06
Nº CPD ____
bibid 375919

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca da Faculdade de Educação/UNICAMP

Guido, Lucia de Fatima Estevinho
G942e Educação, televisão e natureza : uma análise do repórter ECO / Lucia de Fatima Estevinho Guido. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador : Cristina Bruzzo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação ambiental. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Imagem. 4. Reservas naturais. 5. Meios de comunicação de massa. I. Bruzzo, Cristina. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

05-140-BFE

Keywords: Social movements; Public space; Citizenship; Democracy; Education
Área de concentração: Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte
Titulação: Doutor em Educação
Banca examinadora : Profa. Dra. Marília da Silva Franco
Profa. Dra. Graça Aparecida Cicillini
Profa. Dra. Vera Lúcia Sabongi de Rossi
Prof. Dr. Wenceslão Machado de Oliveira Júnior
Data da defesa: 26/08/2005

À Humberto Guido com carinho

Aos meus filhos Enzo e Emílo

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teve o apoio institucional do Instituto de Biologia da Universidade Federal de Uberlândia, durante os três anos de liberação das atividades docentes eu contei com os subsídios da CAPES. Sou grata também ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Além das instituições lembradas acima, quero manifestar o meu reconhecimento a diversas pessoas que contribuiram, cada uma à sua maneira, com a realização deste trabalho. Lembro inicialmente do Prof. Dr. Oswaldo Marçal Júnior por me incentivar na realização desta pesquisa, sugerindo novos olhares para a educação ambiental. Agradeço a Profa. Dra. Graça Aparecida Cicillini por me apresentar a linha de pesquisa na qual está inserida esta tese e também pela sua participação no Exame de Qualificação; ao Prof. Dr. Wenceslão Machado de Oliveira Júnior pela valiosa contribuição dada durante o Exame de Qualificação. Agradeço a Profa. Dra. Cristina Bruzzo, minha orientadora, pela sua contribuição efetiva durante os anos de doutoramento.

Aos professores e funcionários da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas com os quais convivi durante as disciplinas e na elaboração do trabalho de tese, gostaria de nomear o Prof. Dr. Carlos Eduardo Albuquerque Miranda pelo auxílio no trabalho de captura das imagens dos programas analisados, aos bibliotecários Gildenir Carolino Santos e Rosemary Passos pelo auxílio relativo às referências bibliográficas e à ficha catalográfica. Registro o meu agradecimento especial a Nadir Aparecida Gomes Camacho.

Durante a estada em Campinas pude desfrutar da hospitalidade e da amizade de Maria Benedita de Oliveira Guido Barin, Synésio Barin Júnior e Clara Guido Barin. Lembro também dos meus familiares Antonio Manoel Estevinho e Maria Tereza Dinelli Estevinho, meus queridos pais. Meus irmãos Telmo e Luciano; e minhas irmãs Maria Angélica, Ana Claudia e Priscilla. O conforto da minha família foi muito valioso. Não poderia deixar de agradecer aos pequenos e grandes sobrinhos: Sharen, Jairo Júnior, Jonas, Víctor e Júlia. Finalmente agradeço aos meus filhos Enzo e Emílio pela paciência, amor e carinho. Ao Humberto por proporcionar discussões relativas às questões ambientais, estimulando a busca de um estilo literário.

Enquanto mal vacilava a manhã. A grande cidade apenas começava a fazer-se, num semi-ermo, no chapadão; [...] *Ali fabricava-se o grande chão do aeroporto — transitavam no extenso as compressoras, caçambas, cilindros, o carneiro socando com seus dentes de pilões, as betumadoras. E como haviam cortado lá o mato?* [...] *Indicou-se uma árvore: simples, sem nem notável aspecto, à orla da área matagal. O homenzinho tratorista tinha um toco de cigarro na boca. A coisa pôs-se em movimento. Reta, até que devagar. A árvore, de poucos galhos no alto, fresca, de casca clara... e foi só o chofre: ruh... sobre o instante para lá se caiu, toda, toda. Trapeara tão bela. Sem nem se poder apanhar com os olhos o acertamento — o inaudito choque — o pulso da pancada.*

João Guimarães Rosa, As margens da alegria.
(*Primeiras Estórias*)

RESUMO

Esta tese é dedicada ao estudo das questões ambientais tal como são tratadas na televisão. Este meio de comunicação atinge grande parte da população brasileira, ocupando o espaço não atendido pelos outros meios de comunicação, como o jornal diário e as revistas. O programa Repórter Eco foi escolhido por ser veiculado em uma emissora pública e educativa, por trazer reportagens sobre o Brasil, e a primeira vista nos pareceu dar um tratamento menos espetacular e menos superficial às questões ambientais. Uma análise geral do programa foi realizada e a partir dela selecionamos as reportagens sobre as quais nos detemos. Inicialmente, nosso olhar se fixou no tema desenvolvimento sustentável, já que o mesmo está presente no programa como um todo. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural foi outro tema abordado nas reportagens e analisado neste trabalho. Os aspectos educativos do programa mereceram atenção constante, revelando que a educação ambiental foi tratada de maneira prescritiva, sem aprofundar os impasses do discurso ecológico.

Palavras-chave: Educação Ambiental; desenvolvimento sustentável; imagem; reservas naturais; meios de comunicação de massa.

ABSTRACT

This thesis is dedicated to a study about environmental questions as they are showed on television. This medium reaches large part of Brazilian people, occupying the space not served by others vehicles of communication, like daily newspaper and magazines. The TV show *Repórter Eco* was chosen just to be transmitted in a public and educational broadcasting station, shows reportings about Brazil and, at a first moment, it seems show us a treatment less spectacular and superficial about environmental questions. A general analysis of the whole program was realized and after this, we have selected the reportings that we will study accurately. At first, our look kept in the subject of sustainable development, which is always present during the program. Private reserves were another subject approached in the reportings and it was analyzed in this work. Educational aspects of the program deserved a constant preoccupation, showing that environmental education was treated by an established manner, without deepness on the impasses of ecological speech.

Keywords: Environmental education; sustanaible development; image; natural reserves; mass media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA	NOME	PÁGINA
FIGURA 1:	Flávia Lippi, apresentadora do programa Repórter Eco, enquadrada em plano médio.	49
FIGURA 2:	Flávia Lippi, apresentadora do programa Repórter Eco, em primeiro plano.	49
FIGURA 3:	Flávia Lippi, apresentadora do programa Repórter Eco, em *superclose*.	49
FIGURA 4:	Fundo de cena: depoimento de Garo Batmanian, secretário geral da WWF e Presidente da FSC no interior da loja Orro & Chistensen.	49
FIGURA 5:	Fundo de cena: depoimento de Garo Batmanian emoldurado de verde.	49
FIGURA 6:	Depoimento do jornalista Washington Novaes.	49
FIGURA 7:	Imagem de uma porteira representando a fronteira entre a devastação e a conservação do Cerrado (Reportagem sobre o Projeto Baru).	89
FIGURA 8:	Terezinha Rodrigues Campos, Presidente da Associação Boa Esperança (Reportagem Projeto Baru).	89
FIGURA 9:	Pessoas da comunidade Boa Esperança caminhando para realizar a coleta do Baru (Reportagem sobre o Projeto Baru).	89
FIGURA 10:	Quadro exposto no interior da loja Orro & Chistensen (Reportagem sobre linha de móveis com madeira certificada).	89
FIGURA 11:	Imagem do selo FSC (Reportagem sobre linha de móveis com madeira certificada).	89
FIGURA 12:	Horácio Tackano, dono da RPPN Toque-Toque Pequeno.	139
FIGURA 13:	Pessoas caminhando no interior da RPPN Toque-Toque Pequeno.	139
FIGURA 14:	Pessoas praticando o *canoing* na RPPN Toque-Toque Pequeno.	139
FIGURA 15:	Sebastião Salgado, fotógrafo e dono da RPPN Fazenda Bulcão.	139
FIGURA 16:	Sebastião Salgado mostrando área degradada na RPPN Fazenda Bulcão.	139
FIGURA 17:	Sala de aula do Instituto Terra com sede na RPPN Fazenda Bulcão.	139
FIGURA A:	(Re) construção de parques, imagem retirada do livro de Mcclelland, 1998, p. 427.	131

LISTA DE QUADROS

QUADRO	NOME	PÁGINA
QUADRO 1	Edições do programa Repórter Eco analisadas (série RPPNs).	31
QUADRO 2	Edições do programa Repórter Eco analisadas (série Balanço da Rio-92).	32

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIESP - Academia de Ciências do Estado de São Paulo

CEDAC – Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado

CDCMAM – Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

FSC – Forest Stewardship Concil

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

FUNATURA – Fundação Pró-Natureza

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IUCN – International Union for Conervation of Nature and Resources

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

Rio 92 – Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WWF – World Wildlife Fund for Nature

SUMÁRIO

Resumo.....ix

Abstract.....xi

Lista de ilustrações.....xiii

Lista de quadros.....xv

Lista de siglas e abreviaturas.....xvii

INTRODUÇÃO

1. A crise ecológica.....01

2. Meios de Comunicação e a veiculação da ecologia.....04

3. Televisão, escola e pesquisa.....11

CAPÍTULO 1. O PROGRAMA REPÓRTER ECO 21

1.1. Ritual da apresentação.....21

1.2. As reportagens.....31

1.3. O intervalo comercial.....42

CAPÍTULO 2 . O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PROGRAMA REPÓRTER ECO: MODELOS APRESENTADOS.....51

2.1. O Projeto Baru.....60

2.2. Linha de móveis com madeira certificada.....75

2.3. Marcas do desenvolvimento sustentável.....82

CAPÍTULO 3. A NATUREZA E A PRESENÇA HUMANA NAS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL.....91

3.1. RPPN Toque-Toque Pequeno.....99

3.2. RPPN Fazenda Bulcão.....113

3.3. A presença/ausência das pessoas nas reservas.....125

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....141

BIBLIOGRAFIA.....157

INTRODUÇÃO

1. A crise ecológica

O ano de 1992, marcado pela realização da Rio-92, foi também o ano da estréia, na TV Cultura[1], do programa Repórter Eco que, durante estes 13 anos, tem-se dedicado aos temas ambientais e ecológicos. Esta tese ocupa-se do estudo da forma como são tratadas as questões ambientais na televisão.

As discussões ocorridas na Rio-92 estavam voltadas para os temas relativos ao desenvolvimento e meio ambiente, sendo aquele também o momento para a explicitação de certos discursos conservacionistas que pretendiam indicar a solução para a crise ecológica, por meio de um conjunto de normas e atitudes. Estes preceitos são encontrados nas campanhas das instituições governamentais e não governamentais — além do próprio setor privado — que lidam com a idéia de sensibilizar e conscientizar a sociedade para a proteção da natureza, buscando a situação extrema para alertar sobre a urgência nos cuidados com o Planeta Terra, que corre "perigo de morte". Observa-se, muitas vezes, o destaque dado a falta de atitudes adequadas de proteção da natureza por parte das pessoas, privilegiando as ações individuais que podem "salvar o planeta", já que a máxima do pensamento ambientalista está em "pensar globalmente e agir localmente".

---

[1] A implantação da Rádio e TV Cultura de São Paulo, emissora da Fundação Padre Anchieta ocorreu em 15 de junho de 1969. Vale destacar um artigo publicado no jornal "O Estado de São Paulo" no dia 03 de setembro de 1969 a respeito da inauguração desta emissora: "Um dos grandes problemas de ordem espiritual da população de São Paulo — e não só da cidade, mas de todo o Estado — prendia-se até há pouco ao baixo nível cultural dos programas de televisão, o veículo que está irremediavelmente participando do estilo de vida da maioria da nossa população [...]. Mas o advento da TV-2 teria de ser festejado pelos paulistanos [...] não apenas porque soube planejar, organizar e introduzir programas de alto nível tanto no campo da difusão artística e dos conhecimentos em gerais, quanto no da própria educação formal e de caráter ilustrativo." (LEAL-FILHO, 2003, p. 159).

Na edição de abril de 2005 da revista *Caros Amigos*, que dedicou suas páginas aos problemas ambientais do Planeta Terra, o artigo "Planeta com sede" apresenta alguns dados sobre o desperdício da água, citados por Aldo Rebouças, do Instituto de Estudos Avançados da USP: a agricultura é responsável por 70% do uso da água no Planeta, contra 22% utilizados pela indústria e 8 % gastos pelo uso doméstico. Este pesquisador acrescenta que o problema maior é o desperdício, pois são usados métodos de irrigação muito antigos, nos quais 70% da água se perde. Os gastos e desperdícios se dão muito mais nas indústrias, no comércio e na agricultura do que no ato individual de uso da água. "A ONU estima que a indústria deve requerer 24 por cento de todo o consumo de água em 2025." (VIANA, 2005, p. 16). Contudo, o discurso sobre a necessidade do consumo responsável da água potável, preferencialmente, destaca a parte que cabe ao cidadão nessa "luta" para garantir o abastecimento de água de qualidade para as próximas gerações.

Muitas vezes a veiculação destas informações se faz com recurso à "espetacularização" da natureza e de sua degradação, própria da globalização que se encarrega de disseminar o que Alphandéry; Bitoun; Dupont (1992) denominaram "medo ecológico":

> O medo ecológico é um grande medo planetário. "A Terra ameaçada", "A Terra com a corda no pescoço", "A Terra em perigo de morte", "A natureza na U.T.I.". "Nós só temos um planeta", dizem as manchetes de jornais, as capas de revistas, os programas de televisão, construindo a ecologia-espetáculo que, incrédulos ou persuadidos, habituamo-nos agora a contemplar. (ALPHANDÉRY; BITOUN E DUPONT, 1992, p. 15)

O significado do medo ecológico não está livre de uma espécie de consciência "arcaica" que a Idade Moderna, com sua ênfase na racionalidade em detrimento das crenças religiosas, não conseguiu fazer desaparecer completamente da civilização ocidental. A cientificidade, um dos pilares da modernidade, não foi capaz de livrar o homem moderno dos temores antigos que se acreditava estarem superados.

> [...] nossa faculdade de destruir a natureza teria sua raiz no medo que ela nos inspira, em uma mitologia, amplamente inconsciente, de uma natureza misteriosa e maléfica que é

> preciso que vençamos a qualquer preço, ou seja, domesticar e artificializar, a fim de exorcizar nossos terrores infantis. Seguindo esse raciocínio, poder-se-ia então sustentar a idéia de que o grande medo ecológico constitui a manifestação exacerbada de nossa incapacidade atual em pensar conjuntamente natureza e cultura, respeito à natureza e criação humana (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992, p. 72)

O medo, na sociedade contemporânea, desenvolve-se no interior da própria razão técnica e científica, no projeto industrial e pós-industrial, no processo de ocidentalização do mundo. Em razão disso, os três temas que dominam a discussão ecológica internacional há mais de 20 anos são: "o esgotamento dos recursos naturais, a multiplicação de dejetos industriais e a destruição de culturas tradicionais." (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992:73).

A sensibilização dos indivíduos para as questões ambientais acontece de duas maneiras distintas: de um lado, por meio do medo de uma suposta revolta da natureza através das catástrofes ambientais e, de outro, a ênfase nas belezas da natureza intocada. Ao trabalhar com os dois extremos, a culpa da devastação da natureza recai sobre o homem, que destrói, que degrada, que polui a natureza, o que justifica a importância da ausência do homem para que a natureza seja preservada. A intocabilidade passa a ser considerada um padrão valorativo da natureza.

A sensibilidade ecológica, como apontam Alphandéry; Bitoun; Dupont (1992, p. 7), é, contudo, bem mais complexa, não podendo ser resumida nas duas posições acima. O consenso ecológico diz respeito hoje a uma grande variedade da população que pensa diferente a sua relação com a natureza: "Os políticos pretendem pensar 'verde'; os cientistas, proteger a Terra; os industriais, vender produtos 'limpos'; os consumidores, começar a mudar seus comportamentos; e os habitantes das cidades e dos campos, defender seu espaço de vida".

Tal sensibilidade pode ser descrita como uma "zona cinzenta", na qual convivem diferentes visões de mundo e práticas sociais, que procuram na ecologia diversos significados, constituindo um dos fundamentos da sua vitalidade:

> Ela pode servir de espaço àqueles que aspiram a uma transformação total de suas vidas, tanto quanto aos que não buscam senão atividades pontuais. Pode ser o veículo de novos modos de consumo, de tecnologias ditas adequadas, de um ressurgimento espiritual ou de uma vontade de manter a diversidade dos meios naturais e das culturas. (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT. 1992, p. 8)

2. Meios de comunicação e a veiculação da ecologia

As diversas expectativas criadas a partir da relação humana com a natureza acabam gerando um fenômeno que pode ser identificado como a "ecologia-espetáculo", que necessita mostrar as belezas naturais, o exótico. É justamente nesta "espetacularização" da natureza que interferem os meios de comunicação, que se valem das imagens para seduzir seu público. A idéia de proteção da natureza passa então pela beleza, sendo esta uma idéia antiga. O interesse do discurso audiovisual em mostrar as belezas naturais no Brasil também é antigo: o cinema dos anos 1920 e 1930, por exemplo, trazia a tendência de mostrar as belezas naturais do Brasil. O chamado cinema nacionalista-ufanista retratava as cidades do interior, exaltando sua beleza natural, filmando cachoeiras, cascatas e paisagens de florestas e matas. Se os documentários municipais eram em geral pequenas produções realizadas no espírito da cavação[2], a exaltação das belezas e do exotismo de regiões mais amplas, gerou algumas das obras mais significativas do documentário mudo brasileiro.

O jornalista Beto Leão (2001) identifica o cinema ambiental desde as primeiras filmagens realizadas no Brasil, passando pelos cineastas que acompanhavam as expedições — nomes como Silvino Santos e Luiz Thomaz Reis são destacados na pesquisa do jornalista, que inclui no filão ambiental as obras audiovisuais do Cinema Novo, movimento cinematográfico cuja origem

[2] Às atividades relacionadas à feitura do documentário no Brasil dava-se o nome de cavação, termo ligado à encomenda, a propaganda e ao ensino (RAMOS, 2000, p. 117).

remonta aos anos 1950 e que procurou construir uma estética capaz de exprimir a realidade nacional sem artifícios, incluindo a busca de paisagens intocadas pela sociedade industrial[3].

Os meios de comunicação de massa, em geral, quando tratam dos temas ecológicos demonstram uma preferência pela abordagem conservadora e distante de polêmicas, como podemos perceber nas produções audiovisuais voltadas para o debate ecológico. Em seu inventário do cinema ambiental, Leão (2001, p. 10) apresentou as obras cinematográficas nacionais que considerou mais relevantes como meio para conscientização. Ele observou que os filmes ou tratavam de temas voltados para a exibição das belezas naturais do Brasil, ou estavam preocupados em realizar denúncias sobre a destruição do ambiente.

A devastação ambiental também é freqüentemente veiculada na televisão, transformada em espetáculo apresentado em detalhes repetidas vezes. A mídia não realiza a discussão aprofundada das causas dos desastres ecológicos, pois o que interessa é atrair o espectador, muitas vezes exagerando e produzindo cenas de horrores. Romano (2005, p. 30), a esse respeito, comenta que os meios de comunicação de massa recuperam e atualizam sentimentos e ansiedades presentes no ser humano, que seriam derivados de sua relação com a natureza.

> Basta refletir sobre a recepção ocidental dos *tsunamis*, para distinguir em boa parte da mídia o aproveitamento da miséria e do desespero para vender tempo na TV, espaço nos jornais. Este uso não é imposto pela imprensa aos observadores, ele atualiza o prazer e o horror primitivos que nos ligam à natureza. Diante da morte alheia, ou da sua miséria, gememos num instante. Mas suspiramos deliciados quando não somos as vítimas.

[3] Jean-Claude Bernardet, em entrevista realizada por Leão (2001, p. 13), oferece o seguinte comentário a respeito do cinema brasileiro: "Na realidade, a preocupação ambiental data de séculos, isso não é nenhuma novidade. A questão é saber para onde se encaminha essa preocupação. No caso desses filmes de longa metragem dos anos 20, há um ufanismo nacionalista voltado para a natureza virgem, o esplendor do Brasil distante e intocável, respondendo à industrialização dos países centrais. Esse é um dos temas que Paulo Emílio Salles Gomes definiu como berço esplêndido e o ritual do poder, esses filmes pertencem, então a esse filão. Agora com relação a uma consciência como a que temos atualmente em relação ao meio ambiente, à natureza, em cinema, eu creio que devemos apontar como percussor 'Apelo' do Trigueirinho." (1961).

Nesta tese, o objetivo é analisar como a televisão apresenta a discussão sobre a questão ambiental, pois esta foi apontada em várias pesquisas, realizadas em diferentes locais, como o meio principal de divulgação de informações ambientais para alunos e professores.

A televisão atinge grande parte da população brasileira e — o que é mais significativo — envolve todos os segmentos sociais, inclusive as camadas sociais de baixa renda. Segundo Bucci (2003, p. 9), a televisão no Brasil está presente em aproximadamente 400 milhões de lares, perfazendo um total de quase 90% dos domicílios. "Isso, para uma população que lê pouco, dá à TV uma condição de monopólio da informação, ou seja, a TV monologa sem que outros meios lhe façam contraponto."

A presença da Televisão na vida brasileira torna esse veículo um instrumento poderoso de formação da opinião pública; é a televisão que ocupa o espaço não atendido pelos outros meios de comunicação, como o jornal diário e as revistas.

> Todos os jornais diários somados, que cresceram em circulação na última década, tiveram uma vendagem, em 1999, de acordo com a Associação Nacional de Jornais, de 7,2 milhões de exemplares por dia (somadas aí bancas e assinaturas). O que é pouco quando se leva em conta o tamanho da população, que supera os 160 milhões de habitantes. De acordo com Grupo de Mídia São Paulo, com base em pesquisa do Instituto Marplan Brasil, 98% da população entre 10 e 65 anos vêem TV pelo menos uma vez por semana e, sozinha, a TV atrai duas vezes mais público do que todos os meios impressos, aí computados também os livros, além de jornais e revistas. (BUCCI, 2003, p. 9-10)

Diferente dos outros meios, a televisão não demanda tanto a habilidade da leitura, por isso ela se faz presente no cotidiano das pessoas, seja em seus lares, no trabalho ou na escola. Abramo, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, tratando das diferenças entre ler e ver televisão, apresenta o resultado de uma pesquisa realizada em trinta países sobre os hábitos dos indivíduos em relação à mídia. Segundo os dados dessa pesquisa, os brasileiros despendem 18,4 horas por semana assistindo televisão e apenas 5,2 horas com leitura, no mesmo período. Os

brasileiros não estão sozinhos, pois a tendência mundial aponta que as pessoas dedicam pouco tempo à leitura como fonte de informação: a televisão consome 16,6 horas semanais; o rádio, 8 horas; a leitura, 6,5 horas; e o computador (internet) consome 8,9 horas semanais (ABRAMO, 2005, p. 07).

A sociedade também está acostumada a receber informações sobre as questões ambientais pela televisão, que freqüentemente apresenta os levantamentos estatísticos e as pesquisas relacionadas à crise ecológica do mundo contemporâneo. Nos noticiários da televisão aparecem dados sobre a devastação da Amazônia e o nível de poluição da água e do ar; o desperdício da água também é ressaltado, mostrando que os recursos da natureza estão chegando ao fim.

Ao realizar estudos sobre a televisão é necessário, em primeiro lugar, repensar o papel passivo do espectador[4] diante da televisão.

> Há muito vem-se desenrolando uma polêmica entre aqueles que entendem as platéias de espectadores de cinema e TV como um grupo de indivíduos passivos, manipulados pelos donos do jogo, e os que encontram formas diversas de participação, mesmo na aparente imobilidade estimulada pela poltrona. (FRANCO, 1993, p. 27)

É difícil mudar o que pensamos sobre a televisão, e ela durante muito tempo foi considerada como um mero divertimento. "Sempre tivemos uma imagem empobrecedora da televisão, e isto é genérico, pois os próprios intelectuais e produtores de TV a vêem desta forma. Há um crescimento de uma certa mentalidade sobre a televisão difícil de mudar. O difícil é a gente mudar o que a gente acha da TV." (MACHADO, 2000, p.26).

[4] A origem da palavra espectador vem de alguém que fica espectando, "que vem do latim *spectare*, que quer dizer olhar" (MACHADO, 2000, p. 23).

Por ser um veículo de comunicação de massa[5], a televisão é objeto de muitos estudos que abordam sua estrutura tecnológica e finalidade mercadológica, entre outras análises. Entretanto são poucos os trabalhos que analisam a televisão buscando um olhar mais atento para os produtos que ela efetivamente produz como, por exemplo, os programas. (MACHADO, 2001).

O autor citado chama a atenção para o fato de que não é só a televisão que mercantiliza a cultura: também o cinema e a literatura o fazem; livrarias tradicionais trazem em suas estantes *best sellers* destinados ao grande público, sem falar na subliteratura dos manuais de auto-ajuda. O cinema está infectado pelos "*blockbusters* de Hollywwood"[6], voltados para as salas de cinema de *shopping centers*. Para o autor, há vida inteligente na televisão, e prossegue:

> Ao longo de seus mais de cinqüenta anos de história, a televisão deu mostra de ser um sistema expressivo suficientemente amplo e denso para dar forma a trabalhos complexos e também abriu espaço para a intervenção de mentalidades pouco convencionais [...] (MACHADO, 2001, p.10)

Machado (2001) examina diversos trabalhos dedicados à televisão[7], verificando que a grande maioria das publicações não cita nem examina um único programa, uma única experiência concreta de televisão. O autor, além de constatar essa carência de análise crítica, verifica que os trabalhos realizados sobre os aspectos mercadológicos dão a impressão de que tudo que aparece na televisão é trivial e banal. Assim, relaciona uma série de experiências televisuais que lhe

---

[5] Como veículo da cultura de massa, a televisão é objeto de crítica dos adeptos das teses da Escola de Frankfurt. Essa Escola reuniu um conjunto de pensadores em torno do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, partilhando temas comuns de análise, tais como a alienação do indivíduo nas modernas sociedades industriais e o papel dos meios de comunicação de massa na produção desta alienação.

[6] A expressão é de uso corrente no mercado cinematográfico e refere-se aos grandes lançamentos que ocupam um grande número de salas de cinema.

[7] Ele se refere aos livros sobre televisão encontrados nas bibliotecas da Universidade de São Paulo.

parecem fundamentais para um exame da televisão como veículo da produção cultural; essas experiências servem como repertório básico para o estudo deste meio[8].

Além de um exame mais detalhado do funcionamento da televisão, é importante também a discussão focada nos programas produzidas para a televisão. No cinema, o debate a respeito do filme é muito comum, valorizando-o e gerando discussão em torno da obra. "Não importa se o filme é bom ou não, mas a discussão que ele gerou é mais importante que o próprio filme. Ele fez aquilo que qualquer meio deveria fazer, que é gerar discussão, comoção, mobilização." (MACHADO, 2000, p. 25). Na televisão temos pouca discussão, apesar da existência de tantos temas instigantes, isso se deve ao fato de não termos pessoas discutindo sobre eles.

A televisão influencia a sociedade, influi nos acontecimentos, não apenas pela sua presença e de todo o aparato técnico, como também pela imposição de mudanças para que os eventos se transformem em verdadeiros espetáculos. "No futebol, ela impôs a mudança da bola de couro cru pela bola xadrez e as camisetas tradicionais por outras de motivos cromáticos, mais adequadas à definição de sua imagem." Cabe salientar que atualmente os próprios acontecimentos ocorrem de maneira espetacular, o que não deixa de ser uma interferência do próprio meio (MACHADO, 1988, p. 87).

Por outro lado, não podemos pensar nos telespectadores como um conjunto homogêneo de pessoas passivas frente ao que assistem na televisão. Machado (1988, p. 111) cita uma pesquisa realizada por Carlos Eduardo Lins "que demonstra, com base em material coletado em bairros operários de Natal e de Guarujá, que não é verdade que os telespectadores, mesmo os mais humildes, recebam de forma acrítica e passiva as mensagens da tevê".

---

[8] Machado (2001) listou 30 programas de televisão do mundo todo que, segundo ele, atestam o padrão de qualidade deste veículo de comunicação. Da televisão brasileira, o autor destaca: "Auto da Compadecida" (1998); "Retrospectiva do ano" (1988); "Hitler" (1987).

Esta tese não está voltada para a análise da recepção da televisão junto ao público telespectador, o nosso propósito neste momento é o de refletir sobre as ambigüidades, as contradições e as reiterações presentes no embate entre diferentes vozes, sons e imagens presentes no programa Repórter Eco, ou seja, realizar a análise da televisão a partir de um determinado programa. Por essa razão, é importante ter claro que os telespectadores realizam leituras singulares e variadas dos programas a que assistem.

A opção de trabalhar com um dado programa, e não com a abordagem ecológica na programação em geral, partiu das possibilidades decorrentes da consideração da unidade programa como foco de análise. Um programa é "qualquer série sintagmática que possa ser tomada como uma singularidade distintiva, com relação às outras séries sintagmáticas da televisão." (MACHADO, 2001, p. 27). Ou ainda "uma entidade fixa e estável, produzida e vendida como mercadoria, organizada por estruturas de programação em pacotes de distribuição." (FISKE, 1987 apud MARINO, 2001, p. 21-22). Trata-se de uma noção questionada por muitos autores, pois é comum a televisão não deixar nítido o espaço entre um programa e outro.

Raymond Williams, por exemplo, critica a noção de programa em contraposição com a idéia de fluxo, questionando o conceito "estático" de programa, por considerar que na televisão não existem unidades fechadas ou acabadas que podem ser analisadas separadas da totalidade da programação (MACHADO, 2001). Para Williams não faz sentido pensar uma série de programas como unidades de tempo em seqüência, e sim pensar num fluxo serializado por unidades diretamente relacionadas, no qual a temporalidade, embora real, não é explicitada e a organização interna é uma outra coisa diversa da que é mostrada (RAMOS, 1995, p. 69).

Como no Repórter Eco, a estrutura é bastante estável e pode ser reconhecida como diferenciada dos demais programas apresentados na televisão, a opção pela noção de programa permite aprofundar o tratamento de aspectos candentes da discussão ambiental contemporânea, no interior de uma unidade audiovisual de comunicação de massa dedicada especificamente a esta temática complexa. Desse modo, é favorecida uma aproximação com as questões ambientais como são apresentadas nos movimentos ecológicos e na educação ambiental. Não obstante a opção por trabalhar com o programa, ainda assim é necessário que a relação estreita deste com os intervalos comerciais e entre diferentes programas seja levada em conta neste trabalho, recorrendo às noções de fluxo, de programa continente — onde um programa é inserido dentro do outro — e de programa conteúdo — cujo tema ou gênero não coincide com programas que estão em horários próximos. (MACHADO, 2001).

3. Televisão, escola e pesquisa

Máximo-Esteves (1998) divulgou os resultados de um estudo realizado pelo Centro Europeu de Formação e Investigação em Educação Ambiental da Universidade de Bradford (ERTCEE) na Inglaterra, em 1994, cuja amostra resultou de 21.090 questionários respondidos por alunos, com idades entre 10 e 18 anos, de 13 países da Comunidade Européia. Uma das questões dizia respeito à fonte de informação sobre o meio ambiente; o resultado mostrou que 38% dos alunos apontaram a Televisão e o rádio como as principais fontes de informação sobre as questões ambientais; 34% sugeriram que esse papel cabia à escola; 18% apontaram os amigos e a família e somente 10% dos questionários viam nos jornais e revistas a fonte de informação ambiental.

O trabalho relatado por Máximo-Esteves sucedeu uma outra pesquisa importante, realizada ainda na década de 80 nos Estados Unidos da América, conduzida por Ostman; Parker (1986). Os pesquisadores investigaram qual tipo de mídia o público procura como fonte de informação ambiental e qual a avaliação da qualidade dessas informações. Com uma amostragem de 336 entrevistas realizadas com moradores da cidade de Ithaca, no Estado de Nova York em 1984, os pesquisadores verificaram também com que freqüência a população usava seis meios de comunicação de massa (jornais, televisão, revistas, rádio, livros, panfletos) para obter informações ambientais. Os jornais e a televisão foram os meios mais mencionados. Além disso, o estudo revelou que os indivíduos com maior escolarização tendem a não confiar na televisão como fonte de informação, preferindo jornais impressos e revistas especializadas.

No Brasil, algumas pesquisas também têm mostrado que professores e alunos utilizam os meios de comunicação para obter informações ambientais (CARVALHO, 1986; BORTOLOZZI, 1997; GUIDO, 2000). Os estudos mencionados, tanto aqueles realizados no exterior, quanto os feitos no Brasil, apóiam a percepção oriunda do trabalho com licenciandos nos estágios em escolas públicas, nas disciplinas de ciências e biologia, sobre a participação da televisão na veiculação de informações ambientais.

Dentre outros trabalhos dedicados aos programas ecológicos, merece ser mencionado o estudo de Carneiro; Tomazello (2001): as autoras realizaram uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva sobre o programa Repórter Eco, analisando o conteúdo de trinta edições do referido programa, exibidas no período de 1992-1999, a fim de relatar quais temas apareciam nas sucessivas edições do programa e com que freqüência ocorriam. Porém, as próprias autoras deixaram manifesto que não havia a preocupação em analisar o conteúdo das reportagens detalhadamente.

Outro trabalho no âmbito da análise de programas ecológicos foi feito por Andrade (2003)[9]: o pesquisador analisou dois programas exibidos na rede Globo em períodos distintos: o programa Amaral Neto, o Repórter, que esteve no ar entre os anos de 1969 e 1984; e o programa Globo Ecologia, no ar desde 1990. Andrade observou quatro filmes, dois de cada programa[10], verificando uma descontinuidade entre os dois períodos, especialmente no que se refere àquilo que é denominado "espetacularização" da natureza. No programa Amaral Neto, os eventos naturais são mostrados de maneira monstruosa e gigantesca. No Globo Ecologia, o autor encontrou o uso de técnicas mais sofisticadas, expressas em ritmo mais acelerado, produto dos investimentos de uma moderna indústria de comunicação de massa, capaz de atrair para a elaboração do seu programa diversos segmentos do ambientalismo brasileiro. Estas estratégias foram denominadas pelos produtores do programa como "quebra-cabeças eletrônico". "Acredita-se que, na realidade, o quebra-cabeças que resultou no 'Globo Ecologia' foi mais complexo, formado por estilos e linguagens mais diferenciados que resultaram em um espetáculo ecológico extremamente multifacetado e rico." (ANDRADE, 2003, p. 145).

Considerando a programação[11] televisiva das emissoras abertas no Brasil, verificamos que apenas duas emissoras mantêm programas semanais dedicados à ecologia. A rede Globo apresenta o programa Globo Ecologia e a TV Cultura é responsável pelos seguintes programas: Tribo e Trilhas, Repórter Eco, Expedições e o Planeta Terra. Os programas da TV Cultura são

---

[9] Texto originalmente apresentado como Tese (doutoramento) defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, em 1998.

[10] Do programa Amaral Neto, o Repórter, Andrade (2003) analisou os filmes *Pororoca: o monstro das mil faces.* Brasil (1976) e *Atol das Rocas: a ilha do nada*, 1978. Do Globo Ecologia, este autor analisou *Atol das Rocas*, 1993 e *Mamirauá I e II*, 1994.

[11] A referida programação das emissoras abertas de televisão foi captada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, em 2002.

apresentados no domingo no final da tarde e início da noite; o programa Globo Ecologia é apresentado no sábado pela manhã[12]. Outras emissoras também incluem, em alguns de seus programas, reportagens com conteúdo ambiental, mas outros temas também são tratados. Como exemplo, citamos: Globo Repórter (Rede Globo), SBT Repórter (Sistema Brasileiro de Televisão) e Repórter Record (Rede Record).

A escolha pela análise do programa Repórter Eco levou em conta o fato de tratar-se de um programa veiculado em uma emissora de televisão estatal e educativa que, de alguma maneira, mostra-se comprometida com a educação. A produção do programa manifesta a sua intenção educativa, seu compromisso com a cidadania e está no ar há mais de dez anos, conseguindo estabelecer uma programação voltada para as questões ambientais. Nas palavras de Lia de Souza e Vera Lúcia Diegoli, coordenadora de pauta e editora-chefe do programa Repórter Eco, respectivamente: "O 'Repórter Eco' é um programa jornalístico moldado pelos princípios transformadores da educação. Divulga projetos, ações e pesquisas científicas que contribuam para reformular comportamentos e resgatar a harmonia entre o ser humano e todas as formas de vida." (SOUZA; DIEGOLI, 1997, p. 231).

Como já foi dito anteriormente, o Repórter Eco surgiu em fevereiro de 1992, com o objetivo de discutir questões ambientais, inseri-las no cotidiano das pessoas e antecipar os grandes temas que seriam discutidos na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mundialmente conhecida como Rio-92. Na época que antecedeu a Conferência, o programa era apresentado de segunda a sexta-feira no horário nobre da televisão brasileira, das 19:50 às 20:00 horas, com notícias breves e atuais, relativas ao Brasil e ao mundo. Durante a Rio-92, o programa passou a ter 30 minutos de duração e fazia a cobertura completa do

[12] A grade da programação de ambas emissoras se restringe ao período de coleta de dados desta pesquisa, que abrangeu os meses de abril e maio de 2002.

dia-a-dia da conferência mundial, além de produzir matérias sobre os temas debatidos ali, como a Agenda 21, voltada para o desenvolvimento sustentável. Após a conferência, a emissora passou a discutir a continuidade do programa; a equipe do Repórter Eco apostou na relevância do tema e conseguiu que o programa passasse a ter o formato de uma revista, com inserções semanais de 30 minutos (SOUZA; DIEGOLI, 1997).

A ampliação do tempo de duração e a permanência do Repórter Eco na grade da emissora relacionam-se com o alegado compromisso da TV Cultura com o meio ambiente. Percebemos esta característica em suas chamadas diárias, que conclamam o telespectador a olhar o meio ambiente pelo viés de seus programas, enfatizando a programação dominical, em que dedica parte de sua grade do final da tarde e início da noite à ecologia[13]. Nessa faixa de horário, durante os intervalos são apresentadas chamadas alusivas aos próximos programas, focadas na imagem de uma mulher loira com voz pausada que busca convencer o telespectador a assistir os próximos programas. Sua imagem é leve e se movimenta pela tela. Em uma dessas chamadas, a responsável pela apresentação das vinhetas dizia as seguintes palavras:

> *A ecologia sempre teve ambiente para florescer aqui na rede Cultura. O primeiro programa exibido pela nossa TV na sua inauguração foi o "Planeta Terra". Por coerência, a Cultura foi a primeira emissora do Brasil a mostrar uma série de programas sobre o meio ambiente, o programa "Repórter Eco", no ar desde a ECO-92. A preocupação com o tema tem tudo a ver com a rede pública de televisão brasileira, afinal 20% de toda a fauna e flora do planeta estão aqui no Brasil. Na rede Cultura o meio ambiente é visto por inteiro.* (Laura Wie – intervalo do programa Repórter Eco exibido no dia 12/05/2002).

A apresentação de diferentes programas que contemplam os temas ecológicos no mesmo período do dia, acompanhados durante os intervalos por propagandas voltadas para o meio

[13] Na época da coleta de dados desta pesquisa , abril/maio de 2002, os programas ecológicos veiculados pela TV Cultura no domingo eram: "Tribo e Trilhas, às 18:30 horas; "Repórter Eco", às 19:00 horas; "Expedições", às 19:30 horas e o programa "Planeta Terra", exibido às 20:00 horas. Atualmente (2004) encontramos a seguinte programação: "Expedições", às 17:30 horas; "Mar sem fim", às 17:30 horas; "Planeta Terra", às 18:00 horas e o "Repórter Eco", às 18:30 horas.

ambiente — como a da linha de produtos Ekos da Empresa Natura S/A[14], da revista "Planeta Terra" da Editora Abril Cultural — , formam, junto com as chamadas para os próximos programas, um contínuo de programação que produz um fluxo televisual, dando a sensação de continuidade da mensagem ecológica que perpassa os programas.

Observando os programas ecológicos da TV Cultura, apresentados no domingo ao final da tarde e início da noite, percebemos características de uma programação continente, pois o tema ecologia é comum a todos eles, inclusive nas propagandas e vinhetas, embora cada programa também apresente as suas singularidades. Tribos e Trilhas, produzido pela Hipermídia Comunicações, enfatiza a natureza pelo viés turístico: oferece informações a respeito de como chegar ao lugar que é objeto da reportagem em exibição, sugere que roupas vestir, indica comidas típicas e outras características do local. Inclui também imagens que divulgam projetos ecológicos desenvolvidos nos locais em que a matéria foi realizada. Com uma abordagem mais informativa, o Repórter Eco apresenta projetos sociais, culturais e artísticos voltados para o meio ambiente; por isso é o tema central desta pesquisa e será analisado detidamente nos capítulos desta tese.

Após a exibição do Repórter Eco, a TV Cultura leva ao ar o programa Expedições, produzido pela RW Vídeos. As suas reportagens abordam as paisagens naturais brasileiras e, com menos freqüência, algumas reportagens realizadas em outros países. Paula Saldanha (2003), jornalista e produtora do programa, esclarece que nas primeiras edições era difícil realizar matérias com denúncias de crimes ambientais, pois havia forte censura dos órgãos controladores do Ministério da Justiça; atualmente, segundo a produtora, o programa procura "apontar soluções

[14] "Controlada pelas famílias Seabra e Leal, a companhia é líder nos setores de cosméticos e perfumaria no Brasil. A receita operacional líquida obtida no primeiro trimestre de 2005 foi de R$ 427 milhões, 29,8% superior à do mesmo período do exercício anterior, de R$ 329 milhões. Esse desempenho deve ser creditado à política de inovação dos produtos e ao aumento de 19,5 % do número de consultoras, que atingiu 450 mil" (LUZ, 2005, p. 69).

para os problemas ambientais", o que exige o aprofundamento nas pesquisas e a realização de muitas viagens. Apesar das intenções expostas pela produtora, predominam as belas paisagens e o aspecto turístico dos lugares exibidos. Finalmente, fechando o domingo, o programa Planeta Terra, editado por produtoras independentes e emissoras de televisão de diversos países, consiste na apresentação de filmes documentários sobre a natureza e tem duração mais longa que os anteriores. As reportagens extensas oferecem muitos detalhes para ilustrar os temas abordados, valendo-se de recursos técnicos mais sofisticados.

Para a análise do Repórter Eco realizamos a gravação integral de todos os programas durante dois meses. Centramos o foco em uma das seções nas quais se divide o programa: o Quadro sobre biodiversidade, por tratar-se da parte do programa diretamente ligada à divulgação de posicionamentos e ações consideradas relevantes para o enfrentamento dos problemas ecológicos.

Selecionamos sete edições do programa Repórter Eco, exibidas durante os meses de maio e junho de 2002, captadas e gravadas — nos dias 19/04 [15], 21/04, 28/04, 05/05, 12/05, 19/05 e 26/05 — na cidade Uberlândia, MG.

Em relação às imagens, procuramos observar: sua origem, se captadas no local da reportagem ou oriundas de um banco de arquivos; a presença de legendas indicando as suas fontes; a edição das imagens. Os enquadramentos — o uso de recursos como *close* e *superclose* — foram analisados para buscar o endereçamento pretendido pela equipe de reportagem. A edição foi examinada, atentando-se para a seqüência das cenas e para os elementos que estabeleciam ligação entre as seqüências.

[15] O Repórter Eco é apresentado semanalmente aos domingos e tem a reprise exibida na sexta-feira da semana subseqüente, a data de 19/04/2002 se refere à edição dominical de 14/04/2002; em 19/04 foi feita a gravação da primeira das sete edições analisadas nesta tese.

Em relação à banda sonora, observamos o uso de música; do som ambiente; a locução e seus encadeamentos; os depoimentos e as falas. A edição da fala foi importante para percebermos os cortes, as pessoas selecionadas, o tempo dedicado a cada depoimento, a quem é dada a fala conclusiva.

A análise do conjunto desses elementos da construção de significação na televisão teve como foco examinar o tratamento dado pelo programa a duas questões relacionadas às propostas de ação ambientalmente corretas: a presença humana nas reservas particulares e as ambigüidades entre preservação e desenvolvimento econômico no desenvolvimento sustentável. Estes temas são polêmicos, como podemos observar analisando as disputas em torno das definições na legislação e dos acordos nacionais e internacionais[16] presentes na mídia globalizada.

Uma análise mais geral do programa é apresentada no primeiro capítulo, onde são examinados alguns aspectos da estrutura do Repórter Eco, como o ritual de apresentação, a organização das reportagens, os modos de endereçamento, o intervalo comercial, procurando evidenciar a construção de uma leitura "sugerida" pelo programa. A abordagem ali desenvolvida orientou a análise mais detida de outras reportagens que estão apresentadas nos capítulos seguintes.

O segundo capítulo ocupa-se de duas reportagens ligadas à idéia de desenvolvimento sustentável. Primeiro analisamos a reportagem sobre o aproveitamento dos frutos do baru, apresentado no Quadro sobre biodiversidade, cujas reportagens chamam atenção por serem organizadas em série e pela parceria estabelecida com a empresa de cosméticos Natura S/A. A seguir foi examinada a reportagem sobre uma linha de móveis que usa madeira certificada

[16] Como exemplo desses acordos, citamos a Convenção da Biodiversidade Biológica, o Protocolo de Kyoto, a Agenda 21, acordo internacionais; e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que regulamenta a legislação brasileira sobre as reservas , mas que não deixa de ser influenciado pelas decisões internacionais a respeito das discussões ambientais.

apresentada no primeiro bloco de reportagens. Essas reportagens foram confrontadas com as discussões sobre desenvolvimento sustentável.

No terceiro capítulo, a série Reserva Particular do Patrimônio Natural é discutida, buscando-se perceber as tensões em relação à presença de moradores nesta modalidade de reservas. Para isso, utilizamos em nossa análise não apenas as reportagens veiculadas nesta série, como também trechos do debate que encerra a série no programa Biodiversidade Debate.

Também recorremos, em alguns momentos, a outros quadros presentes nas sete edições gravadas, para ampliar a análise. O percurso metodológico desta pesquisa foi sendo construído ao longo das observações, orientado pela leitura de diversos autores que tratam não apenas de desenvolvimento sustentável, biodiversidade e das polêmicas presentes no pensamento ecológico, mas também dos meios de comunicação de massa, com destaque para a televisão.

CAPÍTULO 1

O PROGRAMA REPÓRTER ECO

1.1. Ritual da apresentação

Uma gota caindo na água se transforma no planeta Terra que, ao girar, vai sendo envolvido pelas palavras Repórter Eco, que dão conformidade ao globo. Corte. Flávia Lippi, apresentadora do programa, focada em plano americano[1], entra pela direita, caminha até o centro do cenário, enquanto anuncia a primeira reportagem: *O Repórter Eco de hoje destaca a importância da cultura indígena brasileira. Conheça a luta do artista Siron Franco para conservar o monumento que ele criou em homenagem aos povos que vivem em harmonia com a natureza.* Corte para imagens de um trecho da reportagem.

Na seqüência, o cenário anterior e a apresentadora retornam. Flávia Lippi, em primeiro plano[2], diz: *No quadro sobre biodiversidade descubra a Reserva Particular do Patrimônio Natural de Toque-Toque Pequeno. Uma área com espécies protegidas para a pesquisa, que fica entre o litoral paulista e a Serra do Mar.* Entram imagens de um trecho da reportagem anunciada.

---

[1] Plano Americano: a figura humana é filmada, aproximadamente, dos joelhos para cima.

[2] Primeiro Plano: a figura humana é enquadrada de meio busto para cima.

Flávia Lippi, focada em *superclose*[3] no mesmo cenário, anuncia a última reportagem: *E ainda a antropóloga Betty Mindlin retrata o mundo dos espíritos da tribo Gavião*. Novamente aparece um trecho da reportagem. Flávia Lippi, em primeiro plano, no mesmo cenário diz: *Repórter Eco,* (*superclose*): *imagem e ação em defesa do meio ambiente,* (primeiro plano): *começa agora*. A abertura do programa é finalizada com a imagem da gota caindo que se transforma no planeta Terra.

Nesta abertura do programa Repórter Eco, edição do dia 19/04/2002[4], padrão que se repete em todas as sete edições analisadas, podemos perceber várias características. Uma delas é o ritual que a abertura, acima descrita, oferece ao telespectador. A apresentadora, seus gestos, seu traje, os enquadramentos e sua fala criam uma espécie de familiaridade do telespectador com o programa, permitindo prever, logo na abertura, o tipo de reportagem que irá assistir. Até porque a abertura sempre traz um resumo do que será abordado no programa.

Com relação à apresentação dos programas de televisão, Armes (1999) chama a atenção para a forma de se dirigir ao público — o endereçamento —, que permite examinar como o programa constrói sua interação com o espectador. No cinema, com o predomínio das formas ficcionais, o endereçamento é indireto, o espectador não é olhado diretamente, é por meio do imaginário que se constrói a relação com o espectador. Já na televisão, o endereçamento é direto, com o apresentador olhando diretamente para a câmera, mantendo um aparente diálogo com o telespectador. Portanto, os componentes deste modo de endereçamento são essencialmente verbais:

---

[3] *Super close* ou Primeiríssimo Plano: enquadramento apenas do rosto da pessoa.

[4] Como já foi informado na introdução desta Tese, o Repórter Eco é apresentado semanalmente aos domingos e tem a reprise exibida na sexta-feira da semana subseqüente, a data de 19/04/2002 se refere à edição dominical de 14/04/2002; em 19/04 foi feita a gravação da primeira das sete edições analisadas nesta tese.

> é pelas palavras que os apresentadores – respaldados pela importância da sua imagem – transferem autoridade um ao outro, introduzem os tópicos de discussão, chamam personagens auxiliares (repórteres, peritos, testemunhas) e juntam os fios do argumento para oferecer uma conclusão satisfatória. (ARMES, 1999, p. 164)

É interessante notar as diferenças sutis que encontramos entre as formas de apresentação dos programas do bloco ecológico da TV Cultura. Estas diferenças têm relação estreita com o modo de endereçamento proposto pelos programas. Em outro programa da emissora, o Tribos e Trilhas, a apresentação e todas as reportagens são realizadas por Andréia Luna e Bianca Ladeira, que se deslocam para os lugares apresentados, de interesse turístico e ecológico. Elas entrevistam, dão opiniões pessoais, comentam o que acharam do lugar, revelam qual foi a sensação de realizar determinado esporte radical, as dificuldades encontradas. Este modo de endereçamento compõe o estilo do programa: uma conversa com o telespectador, que supostamente participa ou gosta de realizar esse tipo de turismo. Um público que está vendo o programa não necessariamente para obter dicas para ir ao local, mas que quer ter a sensação de estar no local da reportagem. Por isso as apresentadoras procuram transmitir o que sentem ao realizar esse tipo de turismo, o esporte radical anunciado no programa.

Nos programas Repórter Eco, Expedições e no Planeta Terra, encontramos uma apresentação clássica, ritualizada: as apresentadoras se posicionam da mesma maneira, olhando para frente em primeiro plano. O fundo de cena destas apresentações são imagens inseridas em *chroma key*[5]. Todas as apresentadoras iniciam o programa com um resumo das reportagens que o telespectador vai assistir. Flávia Lippi, do Repórter Eco, e Valéria Grilo, apresentadora do programa Planeta Terra, apenas anunciam as reportagens, não participam delas. Valéria Grilo,

[5] Técnica que usa inserções de imagens umas nas outras.

além de apresentadora, é responsável pela locução — *voz-off* [6] — do programa que apresenta. Paula Saldanha, do Expedições, como fazem Andréia Luna e Bianca Ladeira do Tribos e Trilhas, participa das reportagens, inclusive fazendo comentários. Sua presença é muito forte, também pelo seu papel como produtora do programa.

É interessante notar que, no bloco ecológico da TV Cultura, as apresentações do programa são realizadas por mulheres. Consideramos, assim, a possibilidade de o modo de endereçamento deste tipo de programa ser mais significativo na relação espectador/programa, quando transmitido pela figura feminina. Vale lembrar que o Planeta Terra tem como símbolo a figura materna: "mãe-terra", "mãe-natureza" [7], que são algumas de suas denominações.

Salientamos ainda que a construção do personagem apresentador — feita também através dos enquadramentos, dos movimentos de câmera — tem por objetivo trazer confiabilidade aos fatos apresentados nas reportagens. No caso do Repórter Eco, a permanência de Flávia Lippi como apresentadora desde a sua criação criou uma familiaridade que tem favorecido uma relação de confiabilidade do espectador com o programa.

Armes (1999, p. 164) argumenta que na televisão, embora o endereçamento seja direto, alguns aspectos deste ficam ocultos na complexidade tecnológica de um estúdio de TV, que emprega dezenas de pessoas que não aparecem diretamente.

> Como resultado, o apresentador se sobressai e ganha autoridade como fonte aparente de todo material (ao vivo e gravado, gerado em estúdio ou recebido via satélite) que compõe um telejornal. O mesmo é verdade para todas as imagens (que podem ter levado mais de um ano para serem gravadas por uma equipe inteira) de um documentário sobre a natureza. Isolado do contexto real da produção e carregado pela força do modo direto

[6] A expressão *voz-off* é usada tanto no Brasil como na França para as situações em que a fonte emissora da voz não aparece no momento em que a ouvimos. Nos Estados Unidos há uma distinção entre *voz-off* e *voz-over*, a primeira é usada para a voz de uma personagem de ficção, que não está no momento em cena, mas que faz parte da mesma. No caso da *voz-over*, a fala emana de outro local que não aquele onde a cena está acontecendo. Já a segunda é usada para aquela situação onde a voz não faz parte do local onde se emana a voz (DOANE, 1983).

[7] Lenoble (1969, p. 30) em seu livro *História da idéia de Natureza* comenta que há dois aspectos importantes na idéia de natureza: um científico e outro moral. Neste último, a natureza pode ser representada como uma mãe.

> de se dirigir ao público, o apresentador parece ser transportado diretamente para o televisor na nossa sala, falando conosco pessoalmente. Assim, o reino do imaginário é transferido da tela (que é seu espaço no filme ficcional) para a própria relação, o aparente diálogo, entre o apresentador e nós)

A situação relatada acima é o que parece acontecer com a apresentação de Flávia Lippi: ela está ali, na tela, como se estivesse ao vivo, conversando diretamente com os telespectadores, mesmo que as reportagens que ela anuncia e a sua própria gravação tenham sido realizadas anteriormente. Dessa maneira, o apresentador elimina o tempo do que foi registrado, gravado, com o estar "aqui", "agora", pela importância deste modo de estar e de olhar, para que o programa ganhe confiabilidade, familiaridade.

Ao examinarmos as mudanças do enquadramento de Flávia Lippi durante a apresentação do Repórter Eco, percebemos que, quando ela anuncia o último bloco de reportagens, seu rosto está em *superclose*, posição que a coloca mais próxima do espectador. A própria mudança do enquadramento — do corpo inteiro para o *superclose* do rosto — cria a sensação de uma aproximação com a apresentadora e com as informações que ela está transmitindo.

Na maioria das sete edições analisadas, o último bloco está organizado no formato de entrevista, realizada com alguma pessoa que desenvolve projetos não necessariamente com enfoque ecológico, pois estas entrevistas tem um sentido mais amplo de participação social. Citamos abaixo algumas das pessoas entrevistadas pelo programa.

A reportagem da edição do dia 21/04/2002, com a educadora Dagmar Garroux, apresenta seu trabalho na Casa do Zezinho, uma organização de utilidade pública que atende crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, que vivem na periferia da cidade de São Paulo.

Na edição do dia 19/04/2002, o último bloco traz uma entrevista com a antropóloga Betty Mindlin, assim anunciada:

> *O mundo dos espíritos da tribo indígena Gavião. A ligação com o sagrado é um dos saberes fundamentais de um povo guerreiro e caçador. A antropóloga Betty Mindlin revela os rituais de cura e as experiências dos pajés no livro "O couro dos espíritos". Para os próprios índios o conhecimento registrado em livro pode garantir que a cultura deles seja transmitida de geração para geração* (Flávia Lippi, durante a abertura da reportagem).

A filósofa Olgária Mattos na reportagem do dia 26/05/2002 é apresentada por Flávia Lippi, na abertura do programa com as seguintes palavras:

> *Resgatar o olhar sobre a natureza para respeitar a própria vida. A reflexão sobre homem/meio ambiente é o centro da entrevista de hoje com a professora de filosofia da Universidade de São Paulo, Olgária Mattos. Para ela as paixões humanas impedem a convivência harmônica com o mundo.*

Na edição do dia 12/05, temos uma reportagem sobre o perfil do geógrafo Aziz Ab'Saber, abordando o trabalho que ele desenvolveu ao longo de sua carreira de pesquisador e professor. Flávia Lippi anuncia a reportagem:

> *Um grande cientista preocupado com o povo brasileiro. O geógrafo Aziz Ab'Saber é um profundo conhecedor da nossa terra, ele sempre defendeu que a ciência deve ser uma aliada da conservação do meio ambiente. É um ser humano preocupado com as desigualdades sociais no país e, apesar de todos os problemas que já enfrentou, acredita num futuro melhor para a humanidade.*

Todas estas reportagens trazem algo em comum: projetos e ações individuais anunciadas no início de cada programa Repórter Eco com a apresentadora Flávia Lippi também tomada em *superclose*. Assim, ela se aproxima do telespectador reforçando o destaque que o programa quer dar a este tipo de ação. Lembramos que as editoras do programa já anunciaram esta característica em trabalho publicado, que aqui destacamos: "O ser humano como agente transformador foi sempre ressaltado. A cada programa, a equipe procura apresentar pessoas que estão contribuindo voluntariamente para uma vida mais saudável". (SOUZA; DIEGOLI; 1997, p. 233).

Este tipo de reportagem vai ao encontro de uma máxima do pensamento ambiental que valoriza as ações individuais — o "pensar localmente e agir globalmente" —, o que fica evidente nestas reportagens do Repórter Eco. É importante lembrarmos que, na Conferência de Belgrado,

em 1975, teve início uma tendência voltada para a ética individual como pré-requisito para se conquistar a melhoria da qualidade do ambiente e da vida de todas as pessoas[8].

Alphandéry; Bitoun; Dupont (1992, p. 34) encontram os desdobramentos dessa tendência em T. Roszak que em seu livro *L' Homme Planète* de 1980 mostra como esse pensamento permeia o discurso ecológico, colocando a pessoa e o planeta frente ao mesmo perigo, ao mesmo inimigo:

> o gigantismo das coisas, das estruturas industriais, dos mercados mundiais, das cidades, das cadeias financeiras e das instituições públicas e militares. [...] A idéia de que é preciso refazer os elos entre a pessoa e o planeta ameaçados por inimigos comuns serve então, hoje em dia, como elemento de união a inúmeros componentes da sensibilidade ecológica no mundo.

A relação homem/planeta propicia múltiplas ações voltadas para preservação da natureza, dentre as quais se destacam a mediática e a pedagógica que acabam interagindo e estabelecendo relações de reciprocidade nas ações de proteção à natureza[9].

Voltando à apresentação do programa, Flávia Lippi não aparece apenas na abertura: é ela quem anuncia as reportagens, os intervalos, informa os endereços e *sites* relacionados às matérias veiculadas e finaliza o programa, sempre da mesma maneira, com gestos, falas e enquadramentos que se repetem ao longo das sete edições analisadas. É importante destacar que, na abertura de cada reportagem, o tema é anunciado em *superclose* pela apresentadora. Mais uma vez, esta técnica é usada como forma de capturar o telespectador, de chamar sua atenção para a reportagem.

---

[8] Esta responsabilidade individual para com o meio ambiente está presente na Carta de Belgrado, documento elaborado durante essa conferência. Sobre este aspecto, Dias (2000, p. 103) comenta: "Aqui se faz um chamado para as responsabilidades individuais, isto é, ao final do dia você, como indivíduo, deverá ter dado uma resposta, uma contribuição efetiva para esse novo estilo de vida. Trata-se de uma questão de responsabilidade, também".

[9] Estes autores citam como exemplo de vocação pedagógica individual o comandante Cousteau e seu objetivo de mostrar o mar ao grande público, enfatizando que: "[...] para fazer-se escutar, ele geralmente preferiu vestir a farda de um educador e encarnou assim, como vamos ver, uma visão suave, mediática e pedagógica da ecologia que o tornou um dos homens mais populares da França" (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992, p. 35).

Outra estratégia usada para reter a audiência e para situar o espectador que tenha recém-sintonizado o programa é a repetição de resumos das reportagens numa mesma edição. No Repórter Eco esta repetição acontece da seguinte maneira: um resumo na abertura do programa e o outro no início de cada reportagem. Para exemplificar a apresentação desses dois resumos, citamos a reportagem sobre as parteiras da Amazônia, exibida no dia 28/04/2002. No início do programa, seu resumo é anunciado pela apresentadora em *superclose: E ainda o pulsar da vida nas mãos generosas das parteiras da Amazônia.* Corte, pequeno trecho de imagens da reportagem. No final do programa, quando entra a terceira reportagem, Flávia Lippi em *superclose* diz: *Generosidade e conhecimento popular na maior floresta tropical do mundo*; muda o enquadramento para plano americano, a fala continua: *mulheres de fibra e coragem atravessam rios e matas para cumprir o destino de acolher nas mãos o pulsar da vida. Elas são as parteiras da Amazônia e vivem no Estado do Amapá.* A apresentadora é focalizada em primeiro plano: o *papel dessas heroínas tem importância fundamental na saúde da população brasileira. Em todo o país cerca de 60 mil parteiras fazem mais de 450 mil partos normais por ano.* Corte, entram imagens da reportagem.

Observamos que os enquadramentos e os movimentos de câmera — começam com o *superclose* em Flávia Lippi — foram usados para dar importância ao tema que a reportagem irá tratar. Podemos perceber também o tom forte dado ao resumo, começando por *generosas parteiras[...]*, no meio do texto, *mulheres de fibra e coragem atravessam rio e matas[...]* e, no final, as parteiras são as *heroínas*. Frases que revelam o propósito de buscar a atenção, de segurar o telespectador para assistir à reportagem, mas que também avaliam, julgam e interpretam a reportagem, antes mesmo de ela começar.

Se pensarmos no papel do orador, poderemos examinar de outra forma o comportamento do apresentador de televisão. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 22), o orador pensa no seu auditório como um conjunto de pessoas que ele quer influenciar com sua argumentação. "Cada orador pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos".

Porém, enquanto o orador elabora, ele próprio, os argumentos da sua fala no sentido de convencer o seu público, Flávia Lippi não foi, necessariamente, a autora do texto lido. Por outro lado, a apresentação do programa busca convencer o público não apenas com o texto lido, mas também com os gestos, enquadramentos e a entonação da voz da apresentadora. Ao se posicionar frente à câmera, ao chamar os repórteres, o comentarista do programa, Flávia Lippi, anuncia argumentos, estabelece compromissos do espectador com o programa e com a causa ecológica.

Após a última reportagem, que geralmente divulga o trabalho de pessoas envolvidas em projetos sociais, ambientais entre outros, a apresentadora Flávia Lippi costuma finalizar o programa com o pensamento de algumas personalidades. No dia 21/04/2002, a última reportagem comenta o trabalho de uma educadora, e a própria apresentadora estabelece a relação entre a reportagem e a mensagem, quando diz: *E para quem escolheu a missão de ensinar fica aqui o pensamento do Paulo Freire, um dos maiores educadores do Brasil: O professor deve reviver e renascer a cada momento para que os conteúdos que ensina sejam algo vivo, e não noções petrificadas.*

A reportagem que divulga o trabalho das parteiras da Floresta Amazônica, algumas das quais são de origem indígena, tem como mensagem um trecho da carta do cacique Seatle: *Não foi o homem quem fez o tecido da vida, ele é simplesmente um dos fios, o que quer que faça ao tecido estará fazendo a si mesmo.* Já, na edição do dia 26/05, a última reportagem é uma reflexão

sobre a vida, tendo como mensagem um trecho do poema "Estatuto do homem", de Tiago de Melo: *Fica decretado que o homem não precisará nunca mais de duvidar do homem, que o homem confiará no homem, como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu.*

Esta última mensagem sugere a relação de harmonia entre os elementos da natureza (a palmeira confia no vento, que confia no azul do céu, etc.), que pode servir de exemplo para o homem e suas relações sociais. Ao selecionar esses textos para aparecer como mensagem final, o programa aposta em uma visão romântica da natureza para seduzir o telespectador a "cuidar" da mesma. A Educação Ambiental veiculada passa, então, por um olhar sobre a natureza, carregado de bagagem cultural.

Tais mensagens, mesmo não apresentando relação direta com nenhuma das reportagens do programa Repórter Eco analisadas, trazem uma característica importante do mesmo: seduzir o telespectador para lutar em defesa do meio ambiente, pela vida. Esta sedução está presente também na frase: *Repórter Eco, imagem e ação em defesa do meio ambiente*, repetida por Flávia Lippi várias vezes numa mesma edição, ficando como a marca registrada do programa. Mas a ação que a frase sugere fica para o telespectador realizar, pois o Repórter Eco não organiza iniciativas de atuação direta em relação ao meio ambiente. Ao selecionar pessoas de destaque na "defesa do meio ambiente", o programa mostra exemplos e sugere ações à seu público.

1.2. As reportagens

Outra característica do programa, revelada na sua abertura, é que se encontra dividido basicamente em três reportagens principais, anunciadas com uma espécie de resumo de imagens e sons de cada uma. Os dois quadros abaixo, com os títulos — adaptados a partir do resumo apresentado por Flávia Lippi na abertura do programa — das três reportagens e de outras, denominadas "notícias comentadas", além do intervalo, oferecem a estrutura do programa e das suas reportagens. O quadro 1 traz a série "Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)", e o quadro 2, a série "Balanço da Rio-92".

QUADRO 1 - Edições do programa Repórter Eco analisadas (série RPPNs).

Data	Primeira reportagem	Segunda reportagem	INTERVALO COMERCIAL	Notícias comentadas*	Terceira reportagem	Mensagem
19/04/2002	Cultura Indígena (Washington Novaes)	RPPN Toque-Toque Pequeno		Patrimônio Genético Indígena Desenho WWF	Antropóloga Betty Mindlin	Índio Aylton Grenati
21/04/2002	Quaresmeiras florescem fora de época	RPPN Jubran		Uso do óleo diesel em carros de passeio Comentário* Desenho WWF	Educadora Dagmar Garroux	Paulo Freire
28/04/2002	Janela Inteligente	RPPN Fazenda Bulcão		Destinação do lixo Comentário* Desenho WWF	Parteiras da Amazônia	Cacique Seatle

* Comentário do jornalista Washington Novaes.

QUADRO 2 - Edições do programa Repórter Eco analisadas (série Balanço da Rio-92).

Data	Primeira reportagem	Segunda reportagem	INTERVALO COMERCIAL	Notícias comentadas*	Terceira reportagem	Mensagem
05/05/2002	Linha de móveis que usa madeira certificada	Convenção sobre diversidade biológica			Arquipélago de Alcatrazes Desenho WWF	Guimarães Rosa
12/05/2002	Carro para catadores de sucata	Declaração de florestas		Projetos ambientais dos pré-candidatos à Presidência da República Comentário* Desenho WWF	Geógrafo Aziz Ab'Saber	Garota boliviana
19/05/2002	Alimentação equilibrada	Pesquisa e uso de ervas medicinais		Notícia do falecimento de J. Lutzemberg Comentário* Desenho WWF	José Fernando Peres – Diretor da FAPESP	Cacique Seatle
26/05/2002	Marchetaria	Projeto Baru		Doenças e lixo tóxico Comentário* Desenho WWF	Filósofa Olgária Mattos	Thiago de Mello

* Comentário do jornalista Washington Novaes.

Podemos observar, nos quadros 1 e 2, que as primeiras reportagens de cada edição do programa divulgam projetos; vejamos alguns títulos: Janela inteligente (dia 28/04/2005), um projeto desenvolvido pela Universidade Estadual de Campinas que visa diminuir o consumo de energia nos domicílios e nos prédios comerciais, já que, conforme as estações do ano, a captação de luz aumenta ou diminui; Linha de móveis com madeira certificada (dia 05/05/2005), que divulga o selo FSC, que certifica a madeira proveniente de manejo sustentável; Veículo para catadores de sucata (dia 12/05/2005), projeto desenvolvido por um industrial e um arquiteto para facilitar e dar mais segurança aos catadores de sucata. Vale destacar que os projetos ambientais apresentados nesse tópico são de custo elevado, tornando-os inacessíveis para uma grande parcela da população.

A segunda reportagem, anunciada pela apresentadora do programa como Quadro sobre biodiversidade, compreende uma reportagem maior, organizada em uma série com duração mensal, e uma notícia curta; o conteúdo de ambos está relacionado ao tema biodiversidade. Esta reportagem se diferencia das demais por estar organizada em série, apresentar logomarca própria e ser patrocinada pela empresa de cosméticos Natura S/A. As edições analisadas nesta tese contemplam duas séries do Quadro sobre biodiversidade: Reserva Particular do Patrimônio Natural (Quadro 1) e Balanço da Rio-92 (Quadro 2). Já a terceira reportagem está direcionada para mostrar o trabalho de pessoas que realizam projetos nas mais diferentes áreas relacionadas com a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia; os temas não estão, necessariamente, ligados diretamente às questões ambientais.

Entre as reportagens principais encontramos Notícias comentadas, que se situam antes da terceira reportagem. Mais polêmicas, estas notícias são acompanhadas, na maioria das vezes, pelo comentário do jornalista Washington Novaes, especialista em meio ambiente e supervisor geral do programa. Logo a seguir, é apresentado um desenho animado de curta duração produzido pela World Wildlife Fund for Nature – Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Os desenhos, que geralmente abordam temas relacionados aos assuntos tratados na reportagem comentada por Washington Novaes, exacerbam o problema ambiental, criando um efeito satírico e crítico. Esta estratégia pode parecer, à primeira vista, uma espécie divulgação da WWF, ONG ambientalista muito presente no programa nos seus vários segmentos, algumas vezes fornecendo imagens, outras vezes depoimentos, além dos desenhos.

As reportagens principais apresentam características mistas, cujo produto final é algo intermediário entre reportagens e documentários. Alguns temas recebem tratamento mais aprofundado, não necessariamente datado, sendo possível assistir a elas mais de uma vez. Uma

voz *off* "recita" um texto, enquanto imagens relacionadas ou não a ele são mostradas. Na maioria das vezes, as reportagens são formatadas no estilo de entrevistas e/ou depoimentos de pessoas ligadas aos temas da reportagem.

As notícias comentadas trazem assuntos atuais, informações relevantes para a compreensão do que está acontecendo recentemente. São relatadas pela apresentadora do programa e comentadas pelo jornalista Washington Novaes, indicado nos créditos finais do programa como seu supervisor geral. O caráter jornalístico destas notícias está não apenas na atualidade do texto, algumas vezes ilustrado com imagens, mas também no "tom" mais crítico com que Washington Novaes as comenta, o que deixa transparecer que os textos destas reportagens foram elaborados por ele.

Destacamos três notícias comentadas: a primeira, sobre a liberação do uso de óleo diesel nos carros de passeio, foi veiculada no dia 21/04/2002. No final, Novaes diz:

> *Além do mais, não faz sentido autorizar o uso de diesel e o aumento da poluição, quando já se mistura álcool na gasolina para se diminuir a emissão de poluentes. Em terceiro lugar, para se usar diesel como combustível, o Brasil vai ter que importar mais esse óleo e isso vai agravar os problemas da balança comercial e do balanço dos pagamentos. Portanto, não faz nenhum sentido isso* ***e a população não deve aceitar, deve protestar contra essa tentativa*** (grifos nossos).

Uma outra notícia é sobre doenças causadas pela contaminação do solo, água e ar, pelo lixo tóxico, veiculada no dia 26/05/2002. O jornalista denuncia os vários tipos de contaminação, os problemas decorrentes e as medidas necessárias para reduzir o problema: *é o drama do lixo tóxico depositado sem cuidados especiais. [...] liberação de áreas para construir,* ***é preciso fiscalizar permanentemente*** *[...] Não há progresso, não há crescimento econômico que justifique a* ***ameaça à vida das pessoas*** (grifos nossos).

No dia 12/05/2002, os telespectadores foram informados sobre os impasses governamentais relativos aos problemas ambientais; ao final. Washington Novaes critica a falta

de posicionamento dos candidatos à Presidência da República em relação às questões ambientais. Da sua fala final destacamos: *No fundo são essas as questões que mais interessam as pessoas, precisam ser discutidas nas campanhas pelos candidatos.* ***É um direito dos eleitores*** (grifos nossos).

Os trechos grifados dos comentários de Washington Novaes mostram como seu discurso reitera a necessidade de participação popular nas ações ambientais; são frases que denunciam e instigam a participação. Washington Novaes, ao comentar questões polêmicas, confere um tom mais político à sua participação. Ele sempre privilegia a discussão das idéias relacionadas às políticas públicas que tratam de questões como o lixo, a pobreza, medição dos custos da natureza; questões que fazem parte da temática do desenvolvimento sustentável, idéia reiterada insistentemente pelo programa Repórter Eco.

A reportagem do dia 19/05/2002 noticiou a morte do professor José Lutzemberg, destacando que, na época em que foi secretário do Meio Ambiente[10], iniciou um projeto que visava mensurar os serviços da natureza. Washington Novaes destaca esse projeto, comentando:

> *As pessoas que se preocupam com o meio ambiente têm insistido numa tese que pode realmente avançar nessa área. Será preciso que a questão do meio ambiente seja colocada no início e no centro de todas as políticas públicas, isto é, de todas as políticas de governos, e isto tem uma razão: é porque tudo o que se faz acontece no ar, acontece na água, acontece entre os seres vivos, acontece no solo, na terra. Se é assim, é preciso considerar desde o início o que é que vai acontecer nesses elementos a partir das políticas planejadas. É melhor prevenir do que remediar, é melhor cuidar disso antes, no início, do que tentar reparar o dano depois. Um caminho importante para que se leve isso à prática seria restabelecer, no âmbito do governo, os grupos encarregados de fazer a chamada contabilidade ambiental. Em 1992, o próprio governo federal chegou a ter um grupo para cuidar disso, criado por inspiração do então secretário nacional do meio ambiente, que era o professor José Lutzemberg. Mas, logo que ele deixou o governo, o grupo desapareceu. É preciso voltar a essa idéia de introduzir a contabilidade ambiental em todos os níveis de governo, em todas as ações, o meio ambiente ganharia muito com isso.*

[10] José de Lutzemberg ocupou a pasta da Secretaria do Meio Ambiente durante o Governo Collor (1990-1992).

O comentário do jornalista expõe sua idéia, que está presente em muitas de suas falas e se concretiza na sua postura política para tratar do meio ambiente com ênfase nas ações que causam impacto ambiental. Uma das maneiras para se concretizar estas ações, segundo Washington Novaes, seria a implantação da contabilidade ambiental, que ele discutiu mais longamente em entrevista concedida à revista Caros Amigos no final de agosto de 2002, uma semana antes da Conferência Rio + 10 em Johannesburgo; eis um dos trechos significativos da entrevista:

> Eu repito: enquanto o meio ambiente não for colocado no centro e no início das políticas públicas e dos projetos privados, você não vai avançar. [...] Em 1991, quando Lutzemberg era secretário nacional do meio ambiente, foi criado um grupo encarregado de propor os critérios de implantação da chamada "contabilidade de custos ambientais" em todas as políticas públicas e em todos os órgãos públicos. Assim que ele saiu do ministério, o assunto morreu, não se falou mais nisso (NOVAES, 2002, p. 40)

Outra idéia, bastante discutida por Washington Novaes, refere-se ao modo de vida das comunidades indígenas. Destacamos o programa do dia 19/04/2002, quando o jornalista entrevista o artista plástico Siron Franco, que construiu em Goiânia um monumento em homenagem aos índios. A valorização do modo de viver dos índios é enfatizada desde o início da entrevista, quando Flávia Lippi, apresentadora do programa, inicia a reportagem com a seguinte chamada: *O Repórter Eco de hoje destaca a importância da cultura indígena brasileira. Conheça a luta do artista Siron Franco para conservar o monumento que ele criou para homenagear os povos que vivem em harmonia com a natureza.* Há uma valorização do índio, identificado neste caso com uma cultura que consegue viver em harmonia com a natureza.

Washington Novaes pergunta a Siron: *Nesse tempo de convívio com as culturas indígenas, o que você acha que o índio brasileiro tem para nos ensinar?* Vejamos a resposta de Siron que sugere que essa cultura primitiva deve servir como exemplo para as ações conscientes de aproveitamento dos recursos naturais:

> *Muita coisa, Washington. Eu acho que tem muita coisa, começa pela gentileza, eu acho, assim, pelo trato que eles nos dão. Mas eu acho que toda uma cultura que não tem chefe, entendeu? É uma cultura de muito privilégio, primeiro porque todo mundo na aldeia sabe fazer seu colar, elas são auto-suficientes, o índio no seu meio ambiente, ele é auto-suficiente[...].*

Encontramos, nesse mesmo dia, na terceira reportagem, uma matéria que também trata dos costumes indígenas: a entrevista com a antropóloga Betty Mindlin sobre seu trabalho com os índios da etnia Gavião. Em dado momento, a repórter, em *off*, diz: *Os brasileiros podem aprender muito com os índios da etnia Gavião.* Betty Mindlin complementa:

> *A força das relações pessoais construindo a sociedade, não é? A sociedade indígena era assim: para produzir você tem que ter um papel numa sociedade igualitária, então essa questão da igualdade é fundamental. Se pudesse ser mantida nos povos indígenas de hoje, eles têm que ter consciência também do que é a desigualdade nossa, eu acho que vale muito a pena.*

As duas reportagens reforçam a idéia de que as práticas das populações indígenas podem nos servir de exemplo. Na entrevista já referida, concedida À revista Caros amigos, Washington Novaes comentou que a população urbana poderia aprender muito com o índio e destacou algumas de suas características culturais, entre outras: a ausência de chefes; a auto-suficiência; o conhecimento compartilhado; a alegria manifesta em cantos e danças cotidiana; os enfeites e adereços usados. Washington Novaes conclui dizendo: "Então, por que não olhar com atenção para isso? Outras formas de viver. Não vamos ter competência para voltar a ser índios, mas podemos aprender". (NOVAES, 2002, p. 40).

Os trechos destacados desta entrevista apresentam similaridades com suas falas no programa Repórter Eco: a valorização do índio e o uso de sua cultura como exemplo de vida mais harmônica com a natureza, bem como a insistência, a urgência para que as questões ambientais ocupem o centro da pauta governamental das políticas públicas são pontos fortes, tanto no seu discurso televisivo, como na entrevista em questão. Esta univocidade do discurso indica a postura

independente do jornalista e lhe confere um lugar à parte dentro do programa, pois é possível distingui-lo dos demais atores que compõem o Repórter Eco, a ponto de seus comentários serem considerados por Bacic (2001, p. 96) como o ponto alto do programa: "Os excelentes comentários do jornalista Washington Novaes por si só seriam uma bela pauta para o programa".

A atitude política dispensada às questões ambientais comentadas por Washington Novaes dá um toque peculiar ao programa Repórter Eco, diferenciando-o dos outros programas do bloco ecológico da TV Cultura. O Tribos e Trilhas e o Planeta Terra não têm esta posição de denúncia, de questionamento das políticas públicas. O programa Expedições está mais voltado para a exibição de projetos que buscam solucionar os problemas ambientais. O Repórter Eco também apresenta projetos e ações que estão contribuindo para a conscientização da importância da conservação da natureza, sua diferença está justamente nos comentários do jornalista Washington Novaes, no seu posicionamento político e contestador.

Nesses momentos, o Repórter Eco passa a ter uma posição mais opinativa que, segundo Machado (2001), pode exercer uma influência mais ativa junto à opinião pública e promover uma mobilização real. Mas as notícias do Repórter Eco também são construídas a partir de várias vozes, caracterizando um tipo jornalístico que Machado (2001) denomina de polifônico, no qual o apresentador é uma espécie de condutor das notícias — lidas por ele próprio, mas visivelmente escritas por outros —, cabendo ao comentarista as críticas e sugestões. No programa analisado, o caráter polifônico está presente, temos Flávia Lippi que anuncia a reportagem, as jornalistas Cláudia Tavares, Maria Zulmira de Souza e Tereza C. de Barros realizam as locuções em *off*, conduzem os depoimentos e, mesmo que suas vozes direcionem o entendimento das reportagens, as idéias que vão ser veiculadas certamente foram elaboradas por uma equipe. Já a voz de Washington Novaes é visivelmente construída por ele, cabendo-lhe o papel de comentarista.

Com freqüência, o programa tem o cuidado de realizar os depoimentos no local da reportagem, uma forma de apresentação que provavelmente está fundada na familiaridade que se supõe existir entre o programa e o telespectador, que recebe as informações desta maneira. Machado (2001, p. 105) comenta que, ao longo de sua história, os telejornais foram construindo uma estrutura em que os depoimentos de sujeitos implicados na notícia fazem parte da reportagem, o que trouxe a necessidade de as câmeras estarem "no local e no tempo dos acontecimentos, não apenas para autorizá-la [a reportagem] como fonte confiável, mas principalmente porque essa é a condição *sine qua non* do seu processo significante".

Nas reportagens do programa Repórter Eco realizadas *in loco*[11], a jornalista aparece sempre identificada com uma legenda indicando também o local onde ela está. Por exemplo, a reportagem do Quadro sobre biodiversidade, apresentada no dia 21/04/2002, é sobre uma Reserva Particular do Patrimônio Natural que se localiza no Pantanal. A jornalista, além de aparecer ao longo das imagens da reportagem, tem sua primeira aparição acompanhada, na tela, pela seguinte legenda: *Maria Zulmira de Souza / Rio Paraguai/MT.*

Contudo, nem sempre a reportagem está no lugar dos acontecimentos e é preciso recorrer a arquivos de imagens; nesse caso, os devidos créditos aparecem em legenda. A primeira reportagem do dia 05/05/2002 é sobre móveis feitos com madeira certificada, com imagens do arquivo da WWF. Nesta mesma edição, a reportagem do Quadro sobre biodiversidade, que aborda o tema Convenção sobre Biodiversidade, apresenta imagens do arquivo da TV Cultura. O que chama a atenção nessas reportagens é o fundo de cena onde estão as pessoas que prestam depoimentos. Parece haver um cuidado da equipe em filmar em local com vegetação, sempre

[11] Lembramos que, no programa Repórter Eco, as reportagens que acontecem no local são gravações que passaram pelo processo de edição antes de serem veiculadas. O programa não veicula notícias ao vivo.

aparecem plantas arbóreas, arbustivas e rasteiras na composição desses fundos de cena que, embora em segundo plano, não passam despercebidos para o espectador.

Os fundos de cena verde que emolduram os depoimentos no Repórter Eco, explicam-se por uma idéia — que chega a ser uma convenção dos meios de comunicação — segundo a qual, quando se fala de algo, é necessário que se faça presente aquilo sobre o que se fala. Faz-se, portanto, necessária a presença da natureza, e o urbano deve ficar escondido.

Segundo Oliveira Júnior (2001), nos filmes, os elementos da natureza, dispersos no fundo de cena, compõem o cenário das narrativas que se desenrolam no primeiro plano.

> [...] no plano de fundo dos filmes, recebemos imagens que remetem para a idéia geral de "permanência", uma vez que são reafirmados nossos valores acerca daquilo que vai ficando para nós como a imagem da paciência, da revolução, da beleza, da cidade do futuro, da floresta, do ciclo da água.

Este aspecto fica evidente na primeira reportagem exibida, no dia 05/05/2002, sobre a primeira linha de móveis da WWF que usa madeira certificada. Os depoimentos ali são de duas pessoas: do *designer* Nagib Orro, em apenas uma inserção, e do então secretário-geral da WWF Brasil e presidente do FSC (Forest Stewardship Council) Garo Batmanian, comparecendo em mais de uma inserção. O que chama a atenção é que, no início da reportagem as câmeras mostram os móveis em uma loja e os depoimentos são tomados ali mesmo, ilustrados pelos móveis. Mas, quando Garo Batmanian vai discorrer sobre o processo de certificação da madeira empregada para fazer os móveis, a ambientação muda, deixa-se o interior da loja e temos uma tomada externa emoldurada por plantas verdes, com imagens do arquivo da WWF, que mostram pessoas vestidas com roupas especiais no interior de uma mata, marcando árvores e realizando cortes nas mesmas, realizando o manejo sustentável.

Fica claro, aqui, que há uma intenção de mostrar os depoimentos que falam de natureza, emoldurados de verde. Garo Batimanian está com as mesmas roupas nos dois depoimentos, o que permite supor que as cenas aconteceram no mesmo dia, ou para a mesma reportagem, revelando a intenção da equipe em colocá-lo em um lugar "verde" quando sua fala incide sobre o corte de árvores.

Outras reportagens repetem esse procedimento, no Quadro sobre biodiversidade, veiculado no dia 05/05/2002, abordando o tema Convenção sobre biodiversidade, os depoimentos do então ministro do Meio Ambiente, José Carlos de Carvalho, e de duas funcionárias da WWF — Brasil, Analuce de Freitas (coordenadora de políticas públicas) e Rosa Lemos de Sá (coordenadora de unidades de conservação), são filmados em uma espécie de praça com jardim (ouvem-se ruídos de carro ao fundo) e muitas árvores. No dia 12/05/2002, também no referido quadro, a reportagem sobre Declaração de Florestas e os depoimentos — de um jurista e do diretor da ONG Amigos da Terra — são filmados em um jardim.

A observação atenta do formato do programa Repórter Eco permite notar que a terceira reportagem de cada edição utiliza sempre esses fundos de cena "verdes" para as matérias abordadas. Na entrevista do dia 12/05/2002, com o geógrafo Aziz Ab'Saber, seu depoimento é tomado no jardim de sua casa que se localiza próximo a um remanescente de Mata Atlântica.

Sentada em um banco, cercado de plantas verdes, em frente ao prédio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a filósofa Olgária Mattos comenta a relação homem/natureza, na edição do dia 26/05/2002. Esta entrevista poderia ter sido realizada no interior do prédio, na sala da professora, mas o espaço externo foi o escolhido pela equipe de reportagem para emoldurar a entrevista.

O mesmo procedimento é utilizado nas incursões do jornalista Washington Novaes: quando não são realizadas no estúdio, são ambientadas também em lugares onde o "verde" predomina (uma praça, um jardim). Desta maneira, torna perceptível a intenção — mesmo que involuntária —, por parte da equipe do programa, de considerar a natureza separada do urbano, pois, para falar de natureza, é preciso esconder o urbano.

Gould (2003, p. 10) nos lembra que a dicotomia entre a cidade e a natureza não existe, uma vez que não temos mais exemplos puros de cada um desses extremos. Não há lugar algum que não tenha sido contaminado pelo lixo que é levado pelos mares até as ilhas mais distantes "e praticamente todo lugar cultuado por sua natureza 'virgem' não passa de uma antiga terra cultivada recuperada como floresta". Por outro lado, diz Gould (2003), não construímos cidades sem praças, bosques e ruas arborizadas, além do que, nas cidades, geralmente encontramos fragmentos da diversidade biológica, mesmo que sob a forma de ratos, baratas, cogumelos, ervas daninhas e bactérias.

1.3. O intervalo Comercial

Machado (2001) explica que a programação televisual é organizada na forma de blocos, cuja duração varia de acordo com cada modelo de televisão: as estatais, por serem subsidiadas pelo poder público, não necessitam das verbas advindas de propagandas, apresentam blocos de maior duração do que as televisões comerciais, que se utilizam com freqüência das incursões de propagandas. A TV Cultura, embora seja uma emissora pública, em função da crise financeira, tem feito concessões às inserções comerciais em sua programação[12]. Assim, consideramos

[12] O aumento de inserções para atenuar a crise tem preocupado alguns estudiosos, como o professor da Escola de Comunicação e Artes da USP, Laurindo Lalo Leal Filho. Ele afirma que a inserção de propagandas que mostram o valor dos produtos, o que não era comum nesta emissora, pode interferir não só na programação, mas também no padrão cultural e educativo das TVs estatais, uma vez que esse tipo de propaganda capta o telespectador pela emoção, prejudicando a programação, que tem que ser reflexiva (CASTRO, 2005).

importante destacar o intervalo, seja ele comercial ou institucional, até porque ele compõe a estrutura do programa, marcando todo o horário antes, durante e depois do programa Repórter Eco.

Para a análise do intervalo, que se situa entre a segunda e a terceira reportagem, destacamos a propaganda da Natura, já que esta empresa faz parceria com o Repórter Eco no Quadro sobre biodiversidade. Percebemos logo de início a qualidade das imagens da propaganda, muito superior às imagens do programa, o que revela que esta peça publicitária foi feita com recursos mais sofisticados. As agências de publicidade preocupam-se com a qualidade de seus projetos audiovisuais, para promover o consumo dos produtos que anunciam e também para minimizar falhas, uma vez que uma mesma propaganda é vista muitas vezes pelo mesmo telespectador.

A propaganda dos produtos da Natura procura atingir o telespectador sob dois pontos: primeiro, o bem-estar[13] sempre repetido durante o *spot "bem estar bem"*. O "bem-estar" que está sendo veiculado parece ser tanto o pessoal, como aquele que se pode alcançar ao tratar bem a natureza. Nesse sentido, a natureza nos dá bem-estar e o telespectador pode dar bem-estar à natureza. O outro ponto refere-se à natureza de cada um e à natureza enquanto tal. Na propaganda em questão, uma voz feminina acompanha os gestos de uma garota, que se apresenta de maneiras diferentes, ora só olhando para o telespectador, ora abraçando uma árvore. A mesma voz com entonações diferentes; em uma delas não há movimento labial, e um ruído (lembrando o som de um gravador no momento em que é ligado) anuncia: *"Essa é a minha natureza"*, ou seja, o

[13] No boletim Informa publicado pela Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), na reportagem *Consultoras da Natura de olho no meio ambiente*, o termo bem-estar é definido como uma "relação harmoniosa, agradável, do indivíduo consigo mesmo, com o seu corpo"; o termo estar-bem é uma "relação empática, bem-sucedida, prazerosa, do indivíduo com o outro, com a natureza da qual faz parte e com o todo" (INFORMA, n.81, Ano XIII, Maio-junho de 2005).

telespectador pode consumir os produtos da Natura Ekos sem receio de "ferir" a natureza, pois estará garantindo tanto o seu bem-estar quanto o da natureza.

A mensagem quer dizer que a Natura protege a floresta, passando a idéia de que seus produtos são naturais e extraídos sem prejudicar a natureza e também que, ao usar estes produtos, o telespectador pode sentir que está em harmonia com a natureza. Esta relação fica mais clara quando observamos o encarte intitulado Tempo de andiroba, criado pela empresa Natura para divulgar os produtos da linha Ekos, produzidos a partir do óleo extraído da semente de andiroba.

Na página central do encarte, no lado esquerdo, temos uma foto preenchendo totalmente o tamanho da folha, que traz em *superclose* a imagem de duas mãos espalmadas em cima de várias sementes de andiroba submersas na água[14]. No lado direito, em contraposição, temos a imagem em *superclose* de uma mão feminina com sabonete, encostado na região do ombro. Aparecem na foto o pescoço e o cabelo da modelo, além dos ombros e da mão. O texto que acompanha a página da esquerda informa sobre as características da árvore andiroba, do programa de certificação de ativos e nos cantos inferiores da direita e da esquerda da página temos a foto de Maria Lopes Feitosa e de Raimundo de Lima da Costa, respectivamente, e ainda a informação de que são moradores da floresta. O texto da página à direita, do qual transcrevemos o trecho inicial e final, faz referência às vantagens de se usar o sabonete de andiroba:

> *Agora feche os olhos e deixe-se transportar para a beleza da floresta [...] A Natura buscou na sabedoria do povo da floresta as centenárias qualidades emolientes da andiroba e acrescentou a sua tecnologia para criar produtos que auxiliam você a se religar com a sua natureza. Experimente o Tempo de Andiroba.*

Ressaltamos que os produtos produzidos pela Natura a partir da andiroba estão expostos apenas na penúltima página do encarte.

---

[14] A imagem desta foto é muito semelhante à imagem da logomarca do Quadro sobre biodiversidade do programa Repórter Eco.

Com estas duas propagandas, a impressa no encarte e a televisiva, a Natura oferece um caminho para ligar o telespectador urbano à floresta, pois o que é vendido não são os produtos, e sim a idéia de harmonia com a natureza, que pode ser conquistada ao se consumir os produtos da linha Ekos. Esta relação de proteção também fica evidente quando a propaganda aborda o manejo sustentável da andiroba e mostra, nos dois meios (televisão e encarte), os moradores da floresta.

É oportuno lembrar que essa atenção dada ao "bem-estar" e à "natureza" se relaciona com o trabalho ambiental realizado pela empresa, voltado para o desenvolvimento sustentável das plantas que são ingredientes de seus produtos. Ao estabelecer parceria com um programa que divulga ações ambientais, a empresa torna real para o telespectador sua intenção conservacionista, atingindo diretamente um público interessado na defesa do meio ambiente.

Os intervalos não se constituem apenas de peças publicitárias: há também, como afirmamos há pouco, as mensagens institucionais da própria emissora. São feitas inserções para divulgar a programação da TV Cultura, realizando chamadas para a continuação da edição do programa e para as próximas edições do Repórter Eco, a maioria delas realizada por Laura Wie. Destacamos algumas: *Estamos com as soluções criativas do Repórter Eco [...]*. Esta frase vai ao encontro do objetivo do programa, manifestado pelas jornalistas Lia de Souza e Vera Lúcia Diegoli, coordenadora de pauta e editora chefe — respectivamente — do Repórter Eco, que em artigo citado anteriormente salientam que: *[...] hoje o programa tem que trabalhar só com propostas de soluções [...]* (SOUZA; DIEGOLI; 1997, p. 233). Essas "propostas de soluções" anunciadas na vinheta e pela jornalista concretizam-se nas ações que o programa exibe, também anunciadas em seu *slogan*: *Repórter Eco, imagem e ação em defesa do meio ambiente*.

Em uma outra vinheta, a frase não é apenas falada, ela é a própria imagem da vinheta: *no ar, na água, na terra, natureza é cultura*. Como a frase está toda em caixa alta, fica difícil

percebermos se seu significado está se referindo à cultura em sua relação com a natureza, ou à emissora TV Cultura, como o local onde a natureza é discutida. A ambivalência da frase permite a manifestação dos objetivos da emissora, que chama a atenção com o trocadilho cultura/natureza, mesmo porque esta relação é destacada nas imagens e sons do programa.

Ainda uma outra vinheta vai nesta direção e chama a atenção: *Repórter Eco, o habitat ideal para os seres vivos*. Com ela, o programa cria o "lugar ideal", um espaço imaginário onde tudo se mobiliza para as questões da natureza. O intervalo cumpre a sua função, publicitária e institucional, associando as suas peças ao conteúdo do programa, fazendo do horário de exibição do Repórter Eco não apenas o momento de informação sobre os temas ecológicos e ambientais, avançando um pouco mais, a programação pretende exercer a sua função social.

A análise dos programas selecionados recaiu sobre dois temas, o manejo sustentável e as RPPNs, são quatro reportagens que elucidam o formato do programa que tentamos destacar neste capítulo. As análises que faremos a seguir não se fazem acompanhar dos comentários do jornalista Washington Novaes, pois essas reportagens contam com a participação da apresentadora Flávia Lippi que introduz as reportagens, das locuções em *off*, de incursões das repórteres que se dirigem ao local em que as reportagens são feitas e dos depoimentos das falas autorizadas nessas reportagens.

Nas páginas anteriores havíamos destacado a atuação do jornalista Washington Novaes que manifesta o seu ponto de vista denunciando a degradação ambiental e cobrando ações efetivas voltadas para a solução desses problemas. Após a análise atenta das reportagens selecionadas, notamos que algumas delas não seguem a mesma linha de pensamento crítico do jornalista, evidenciando que o programa não exerce a função crítica em todos os blocos,

restringindo-se apenas à informar sobre determinadas ações de desenvolvimento sustentável e preservação da natureza.

fig. 1 - Flávia Lippi, apresentadora do programa Repórter Eco, enquadrada em plano médio.

fig. 2 - Flávia Lippi, apresentadora do programa Repórter Eco, em primeiro plano.

fig. 3 - Flávia Lippi, apresentadora do programa Repórter Eco, em *superclose*.

fig. 4 - Fundo de cena: depoimento de Garo Batmanian, secretario geral da WWF e Presidente da FSC no interior da loja Orro & Chistensen.

fig. 5 - Fundo de cena: depoimento de Garo Batmanian emoldurado de verde.

fig. 6 - Depoimento do jornalista Washington Novaes.

CAPÍTULO 2

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PROGRAMA REPÓRTER ECO: MODELOS APRESENTADOS

A análise das reportagens veiculadas nas sete edições do Repórter Eco permitiu constatar que a abordagem de temas ambientais pelo programa é bem diversificada, de acordo com a opção de telejornalismo que pretende divulgar novas idéias sobre variados assuntos relacionados aos problemas ambientais e ecológicos. Neste capítulo discutiremos duas reportagens que abordam a integração humana com a natureza, na perspectiva ecológica, relacionadas à idéia de desenvolvimento sustentável insistentemente veiculada no programa.

Para analisar estas reportagens é importante retomar o começo da discussão e de como o desenvolvimento sustentável passou a ser discutido no cenário internacional. Esta idéia vem sendo elaborada desde a década de 1970, uma vez que a crise ambiental se tornou evidente a partir de 1960, levando muitos estudiosos a repensar os padrões de produção e consumo do modelo capitalista.

Sachs (1991, apud LAYARGUES, 1998) lembra que o termo desenvolvimento[1] começou a ser utilizado pelos economistas a partir do discurso de posse do presidente norte-americano

[1] Vejamos a contextualização etimológica da palavra desenvolvimento: "parte-se de uma contribuição da biologia, na qual sua noção está associada a idéia de crescimento, como o crescimento de uma espécie animal ou vegetal qualquer. Obviamente a apropriação do termo pelos economistas provocou uma deturpação do conceito, que passou a ser associado a crescimento econômico" (LAYARGUES, 1998, p. 128).

Harry Truman, em 30 de janeiro de 1943, que segundo o seu entendimento a maioria das regiões do mundo encontrava-se em estado de subdesenvolvimento e propôs, para "aliviar o sofrimento dessas populações", um programa de ajuda técnica que se faria mediante incentivos às atividades industriais. Layargues (1998, p. 127) comentou o resultado da política estabelecida pelo então presidente norte americano, e afirma:

> A política de Truman e a obra de Rostow representam o darwinismo social na prática, pois elas são baseadas na idéia de sucessão de estágios, em que, tal qual na natureza, as sociedades humanas evoluiriam de formas inferiores para formas superiores. [...] Por esta hipótese, as diferenças culturais existentes entre os países seriam apenas uma conseqüência dos retardamentos em relação à modernização, entendida como sinônimo de evolução, e não as diferentes formas de se apropriar e interagir com o ambiente.

Layargues (1998) realiza uma discussão sobre o desenvolvimento centrado no crescimento econômico e como este gerou uma crise que não só resultou na degradação ambiental, mas também não resolveu os problemas sociais dos países ocidentais e muitos menos erradicou a miséria no Terceiro Mundo. O que poderia acontecer de verdadeiramente construtivo e libertador caiu no duplo reducionismo: desenvolvimento considerado apenas como critério econômico; e este atrelado ao crescimento do Produto Nacional Bruto. As freqüentes críticas dirigidas aos efeitos colaterais negativos do desenvolvimento e a percepção da necessidade da inserção do homem em uma cultura que cumpre o papel de intermediária na relação sociedade e natureza culminaram na elaboração de um novo estilo de desenvolvimento[2], mais próximo das populações que mantêm um vínculo menos exploratório com a natureza.

[2] Layargues (1998) complementa esta discussão analisando questões relativas ao desenvolvimento convencional e ao desenvolvimento endógeno. Para um maior esclarecimento sobre estes termos, consultar as páginas 126 a 136 da referida obra.

Maurice Strong, diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), pronunciou pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento durante a primeira reunião do conselho administrativo deste órgão em Genebra, em junho de 1973. Questões tipicamente sociais, como a pobreza, a desigualdade social, estavam presentes neste conceito. (BRÜSEKE, 2003; LAYARGUES, 1998).

De acordo com Layargues (1998, p. 138), o economista Ignacy Sachs parte do termo ecodesenvolvimento para apresentar sua proposta de operacionalização na forma de quadro de estratégias. A posição do economista parte da premissa de que esse modelo deve estar incondicionalmente baseado em três pilares: "eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica".

Sachs enfatiza que:

> a) devemos procurar um teto ao consumo material, o que significa encontrar o ponto "ótimo" de satisfação das necessidades humanas em cada cultura e criar limites ao consumismo;
> b) a transferência de tecnologia nem sempre é a melhor solução para o Terceiro Mundo esta, se por acaso vier a ocorrer, deve ser realizada com muito critério, observando-se sua adaptação às particularidades culturais e econômicas locais;
> c) o rumo seguido pela civilização ocidental por meio do desenvolvimento convencional, baseado em critérios puramente econômicos, precisa ser alterado. (LAYARGUES, 1998, p. 142-143)

Estas formulações foram, a princípio, mais direcionadas aos países do Terceiro Mundo, para que o desenvolvimento procedesse em conformidade com um outro padrão, que não aquele implementado secularmente nos países do Primeiro Mundo: "[...] a teoria do ecodesenvolvimento referiu-se inicialmente às regiões rurais da África, Ásia e América Latina; ela ganhou cada vez mais uma visão das inter-relações globais entre subdesenvolvimento e superdesenvolvimento". (BRÜSEKE: 2003, p. 31).

Mas as propostas do ecodesenvolvimento foram traçadas num momento pouco propício a mudanças, pois as teorias da dependência, do intercâmbio desigual e da acumulação interna de capital orientavam o planejamento do desenvolvimento. Os países do chamado Terceiro Mundo eram reféns de uma crise que acarretava inflação e recessão. Para os países em desenvolvimento era muito difícil abandonar a idéia-padrão de desenvolvimento. Esta crise acarretou a anulação da idéia de ecodesenvolvimento, para que no lugar desta surgisse um novo conceito, o conceito de desenvolvimento sustentável, que fosse capaz de eliminar a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza (LEFF, 2001).

Layargues (1998) apresenta uma outra visão para o suposto esquecimento do ecodesenvolvimento e o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável. Para o autor, os olhares dos ambientalistas e dos indivíduos sensíveis às questões ambientais estavam voltados para um outro episódio, relativo ao meio ambiente e desenvolvimento, e, em virtude da sua projeção internacional, muito mais impactante do que os postulados de Sachs. Tratava-se da Assembléia Geral da ONU de 1983, que criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, e composta por 23 membros. Dentre seus objetivos estava a proposição de estratégias ambientais de longo prazo, para que o desenvolvimento sustentável fosse atingido por volta do ano 2000. Os resultados dos trabalhos da comissão foram publicados em um livro intitulado *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como informe de Brundtland.

Segundo Layargues (1998, p. 144-145), *Nosso Futuro Comum*, tal como o título sugere, propõe uma tarefa comum a toda humanidade; contudo, não considera os acontecimentos passados, que são os responsáveis pela crise ambiental atual. A omissão do contexto histórico no relatório impediu que o trabalho atingisse o âmago da questão. de modo que a falta de criticidade

incidiu sobre uma espécie de "homem abstrato": "cuja conseqüência significa a retirada do componente ideológico da questão ambiental, que passa a ser considerada com uma certa dose de ingenuidade e descompromisso diante da falta de visibilidade do procedimento histórico que gerou a crise ambiental".

Nas considerações feitas por Layargues (1998), o grande destaque do *Nosso Futuro Comum* recaiu sobre a elaboração de um novo conceito, o de desenvolvimento sustentável, que foi assim definido pelo Relatório de Brundtland:

> Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de "necessidades", sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. (CMMAD, 1988, p. 46, apud LAYARGUES, 1998, p. 145-146)

Este relatório deu ênfase à questão da pobreza mundial, considerando-a implicitamente ligada com a degradação ambiental. Desta forma, a CMMAD não aprofundou a discussão sobre as bases do crescimento econômico, preocupando-se com a preservação dos recursos naturais que ainda restam e com a elaboração de práticas que supostamente venham a conservar e expandir as bases dos recursos naturais. Como decorrência desse raciocínio, o desenvolvimento sustentável seria a estratégia para a solução dos problemas globais. (LAYARGUES, 1998).

Alphandéry; Bitoun; Dupont (1992) comentam que a definição de um desenvolvimento pouco agressivo ao meio ambiente e o anseio pelo fim da corrida armamentista estavam presentes no relatório Brundtland, mas os meios para atingir estes postulados não foram explicitados.

> René Dumont vem repetindo há muitos anos que seria preciso, para isso, reequilibrar o papel todo-poderoso do mercado, transformar as relações Norte-Sul e contestar a hegemonia dos complexos militar-industriais. Ora, tornando-se "ciência do tempo" e dando-se como tarefa prioritária manter o planeta habitável, a ecologia não tocou nessas

> questões e, mais geralmente, no debate sobre as diferentes formas de habitar o mundo. (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992, p. 30)

Para Leff (2001, p. 19), o desenvolvimento sustentável foi a tentativa de se construir um terreno comum e para a proposição de uma política de consenso capaz de dissolver visões e interesses conflitantes de países, e classes sociais relativos ao desenvolvimento. "Assim, começou a configurar-se uma estratégia política para a sustentabilidade ecológica do processo de globalização e, como condição para a sobrevivência do gênero humano, através do esforço compartilhado de todas as nações do orbe."

O informe de Brundtland renovou a discussão da problemática ambiental e do desenvolvimento, fazendo-se necessário convocar todos os chefes de Estado para a "Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e desenvolvimento", que foi realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro. Nesse encontro foi elaborado e aprovado um programa global: a Agenda 21, que tinha por objetivo regulamentar o processo de desenvolvimento com base nos princípios da sustentabilidade. Leff (2001) comenta que neste processo o conceito de desenvolvimento sustentável, após longas discussões, foi incorporado ao discurso oficial e à linguagem comum. O autor adverte:

> Porém, além do mimetismo discursivo que o uso retórico do conceito gerou, não definiu um sentido teórico e prático capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade. Neste sentido, surgem as dissensões e contradições do discurso sobre o desenvolvimento sustentável (Reclift, 1987/1992); seus sentidos diferenciados e os interesses opostos na apropriação da natureza (Martínez Alier, 1995; Leff, 1995). Esses interesses se manifestaram nas dificuldades para conseguir acordos internacionais sobre os instrumentos jurídicos para orientar a passagem para a sustentabilidade. (LEFF, 2001, p. 21)

Um outro marco da discussão ambiental relativa ao problema do desenvolvimento global foi a publicação "World Conservation Strategy", de 1980, da International Union for Conservation of Nature and Resources (IUCN). Nobre (2002) salienta que esta publicação omitiu

questões importantes presentes não somente nas discussões entre os ambientalistas desde a década de 1970, como aquelas referentes à ordem política e econômica mundial, sobretudo as questões relacionadas à guerra e à produção de armamentos; à população e à urbanização. A ênfase ficou restrita à preservação dos recursos naturais, estabelecendo assim um vínculo inconsistente entre ecologia e desenvolvimento.

> Com isso, veio para o primeiro plano a necessidade de preservar, de conservar, de maneira que, ao retornarem as velhas questões (crescimento econômico, desigualdades sociais, instituições políticas internacionais etc.), elas viriam reorganizadas segundo esse ponto de vista, abrindo caminho para o "desenvolvimento sustentável" tal como seria definido depois pelo relatório de Brundtland. (NOBRE, 2002, p. 38-39)

Este movimento permitiu que a noção de desenvolvimento sustentável não representasse uma significativa ruptura em relação ao conceito de desenvolvimento convencional. O desenvolvimento sustentável não mudou sua estrutura em função da lógica do mercado, apenas vestiu uma nova roupagem e o sistema econômico conseguiu incorporar o componente ambiental no sistema de preços, distanciando-se assim da tão propalada "justiça social". (LAYARGUES, 1980).

Lembramos que o ecodesenvolvimento pretendia trazer uma nova visão para mediar a relação da sociedade com a natureza, que levasse em conta o aspecto cultural, sendo este o elemento norteador das ações, através da valorização das comunidades tradicionais e da sua maneira de lidar com a natureza. Foi assim que surgiu a proposta a ser posta em prática inicialmente nos países do Terceiro Mundo, nos quais o modelo capitalista ainda não estivesse plenamente desenvolvido. A estratégia supunha uma mudança de paradigma para se alcançar o novo modelo de civilização, sustentado em bases mais harmônicas com a natureza, visto que a degradação ambiental era entendida como decorrência da crise de modelo capitalista.

Para Leff (2001, p. 59), esta mudança é condição necessária e inadiável, pois o discurso neoliberal do crescimento sustentável não consegue assimilar as premissas da gestão democrática do desenvolvimento sustentável, a saber: "a eqüidade social, a diversidade cultural; o equilíbrio regional, a autonomia e capacidade de autogestão das comunidades e a pluralidade de tipos de desenvolvimento."

O final do século XX foi o palco do processo político de reapropriação social da natureza que se configura, enquanto movimento político, na construção de um paradigma alternativo de sustentabilidade, "no qual os recursos ambientais se convertem em potenciais capazes de reconstruir o processo econômico dentro de uma nova racionalidade produtiva, propondo um projeto social baseado na produtividade da natureza, nas autonomias culturais e na democracia participativa". (LEFF, 2001, p. 31).

O discurso ecológico há muito tempo tem demonstrado a consciência de que o desenvolvimento baseado na produção e na exploração da natureza não podem andar juntos sem ameaçar a existência do homem. "Olhar as sociedades do ponto de vista da natureza", uma expressão de Moscovici citada por Alphandéry; Bitoun; Dupont (1992, p. 56), é considerada pelos ecologistas como o estar ciente dos limites da ação humana:

> Esta é a razão pela qual eles opuseram a esse desenvolvimento formas de produção em pequena escala, valorizando a autonomia das coletividades e preocupando-se com a utilização do conjunto dos recursos locais físicos e culturais. Nos anos 70 floresceram, paralelamente às lutas contra a energia nuclear, projetos alternativos, mas o ecodesenvolvimento da sociedade permaneceu no campo da utopia política. (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992, p. 56)

No início da década de 1990 Viola publicou o seu estudo sobre o movimento ambientalista no Brasil, que abarcou o período de 1971 a 1991, (1992, p. 69). O autor constata que ocorreu uma ruptura a partir da década de 1990, quando o discurso sobre a proteção ambiental passou a estar sempre associado ao desenvolvimento econômico, por outro lado, a

questão central do debate ambiental fixou-se nos procedimentos para se atingir o novo estilo de desenvolvimento que interiorizasse os cuidados da proteção ambiental. Este fato pode ser constatado mesmo quando não há concordância quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável. "Desse modo esboça-se um novo debate sobre o tipo de desenvolvimento sustentável desejável, no qual podemos diferenciar três posições: estadista, comunitária e de mercado."

Segundo Viola (1992, p. 70), a posição estadista prioriza a eqüidade em relação ao critério da eficiência. Há ainda a posição comunitária, que valoriza apenas o critério da eqüidade, desconsiderando a eficiência, sendo a comunidade a esfera ideal para a alocação social e ambientalmente sustentável dos recursos. Por fim, o autor apresenta a terceira posição, que prioriza o critério da eficiência sobre o critério da eqüidade, de acordo com esta orientação, o mercado é o lugar privilegiado para o novo tipo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. "A maioria do ambientalismo específico e do sócio-ambientalismo identifica-se com a posição comunitária; entre os cientistas predomina a posição estadista, e a posição de mercado é predominante entre os empresários orientados para a sustentabilidade."

Para Sachs (2001), o modelo de crescimento adequado à realidade brasileira deve priorizar o desenvolvimento da base e não do ápice da pirâmide social, visto que o Brasil possui um excelente potencial de desenvolvimento, especialmente a partir do trabalho no campo. Mas o êxodo rural — brutal, prematuro e excessivo — concentrou a população brasileira no meio urbano e periurbano, o que dificulta o estabelecimento das bases para a produção agrícola, com uso sustentável dos recursos naturais das comunidades rurais, criando uma nova ordem do desenvolvimento.

> A ausência de estudos da economia real, feitos sob a óptica de "economia antropológica", dificulta a identificação do setor de economia popular que deve ser protegido e assistido por programas de capacitação profissional, de acesso ao crédito e de incorporação dos pequenos negócios na economia formal. (SACHS, 2001, p. 497)

Pelo acima exposto, percebe-se a complexidade da discussão sobre o desenvolvimento sustentável e as condições para sua realização. Não obstante, o desenvolvimento sustentável está presente no programa Repórter Eco nas suas diferentes reportagens, nos comentários do jornalista Washington Novaes, e até mesmo nas propagandas entre os blocos do programa, como a da empresa de cosméticos Natura, já comentada neste trabalho. Selecionamos para olhar com maior atenção duas reportagens que tratam da temática do desenvolvimento sustentável. Uma delas apresenta o Projeto Baru, desenvolvido em uma comunidade de agricultores do município de Caldazinha – GO; a outra reportagem selecionada divulga móveis fabricados a partir madeira certificada. Após as análises voltaremos a discutir, no final deste capítulo, a imprecisão no emprego do conceito de desenvolvimento sustentável, com o propósito de determiná-lo na perspectiva desta tese.

2.1. O Projeto Baru

O baru, árvore típica do Cerrado, serviu de inspiração para o nome do projeto de manejo sustentável na região do entorno do município de Goiânia, sob responsabilidade do Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (CEDAC).

A reportagem sobre o Projeto Baru, exibida no dia 26/05/2002[3], está inserida no "Quadro sobre biodiversidade". A apresentadora Flávia Lippi anuncia esta reportagem em plano americano: *A rica biodiversidade brasileira. O quadro sobre biodiversidade, resultado da parceria entre a TV Cultura e a Natura, apresenta a quarta reportagem da série sobre o Balanço*

[3] Esta reportagem foi reapresentada integralmente no programa Repórter Eco, na edição do dia 04/09/2004. Notamos apenas uma modificação na locução em *off*.

da Rio-92. Você vai conhecer o Projeto Baru, exemplo de desenvolvimento econômico aliado à preservação do Cerrado.

Logo no início da reportagem aparecem pessoas andando na praça de uma pequena cidade; acompanha esta primeira seqüência a legenda com o nome e a localização do lugar: *Caldazinha/GO*. A seguir, uma série de imagens ocupa a tela: pessoas andando a cavalo, uma casa rodeada por árvores, cercas, porteira, vacas pastando. O trecho inicial é encerrado com a exibição de árvores de pequeno porte espaçadas umas das outras, entremeadas de capim. São focalizados também lugares com vegetação exuberante, ângulo fechado na copa das árvores. Esta última seqüência de imagens parece querer mostrar a vegetação típica do Cerrado[4] e a existência de uma mata. Esta idéia fica evidente na locução em *off* que acompanha estas imagens:

> *A pequena Caldazinha fica a 35 quilômetros de Goiânia. A paisagem mais comum é o Cerrado devastado pelo cultivo da soja e pela agropecuária. Cenário semelhante em pelo menos 80% do Cerrado brasileiro. Pequenas áreas ainda conservam uma riqueza que faz do Cerrado um dos* hot spots *do planeta: regiões mais ricas em biodiversidade e também as mais ameaçadas. A comunidade Boa Esperança vive na fronteira entre a conservação e a devastação deste bioma.*

Esta locução inicial, além de situar geograficamente o projeto, antecipa o problema que a reportagem irá abordar: a devastação do Cerrado, com sugestões de manejo sustentável para a região de Goiânia, que poderá ajudar na conservação desse bioma. Este momento inicial trata do específico, a pequena Caldazinha, e a insere no âmbito regional: o Cerrado, relatando a extensão da sua devastação. As imagens que acompanham esta locução mostram uma cidade pequena, pacata, as pessoas na praça, para depois mostrar as pessoas no campo, o gado, e finaliza com imagens de uma mata sem a presença humana. Esta última seqüência pretende ilustrar o que a locução diz sobre o bioma Cerrado: um dos *hot spots* do planeta.

---

[4] O bioma Cerrado apresenta várias fitofisionomias, dentre elas o cerrado típico, que se caracteriza por apresentar árvores espaçadas umas das outras, com vegetação de gramíneas entre as árvores. (RIBEIRO; WALTER, 1998).

O termo *hot spots* diz respeito a regiões ameaçadas de extinção, que possuem grande diversidade de espécies e, portanto, devem ser preservadas. Os critérios para a definição deste termo são de ordem quase estritamente biológica, não se considera nessa definição a importância da presença humana nas regiões denominadas de *hot spots*.(DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Outro termo que chama a atenção pelo sentido figurado a ele atribuído pela locução é o de fronteira. A locução situa a comunidade Boa Esperança na fronteira entre a conservação e a devastação, salientando que nem tudo está perdido. A palavra fronteira estabelece o limite vislumbrado na reportagem e revela a idéia segundo a qual o que deve ser protegido tem a sua delimitação, uma vez que existe a fronteira entre o que é preservado e o que é degradado, dando uma idéia antiga de conservação. A posição expressa na edição do texto e visualizada nas imagens não atenta para as inovações introduzidas pela biologia da conservação, que atualmente propõe não a idéia de fronteira, mas a de corredor ecológico, pois a conservação da natureza depende da interligação das áreas protegidas, o que contribui para uma maior variabilidade genética entre as espécies, atenuando a perda de biodiversidade, decorrente da exploração econômica da natureza. A este respeito é relevante o raciocínio abaixo:

> Veja-se, por exemplo, a teoria dos refúgios, que serviu de base, nas décadas de 1970 e 1980, para o estabelecimento de parques nacionais na Amazônia, verdadeiras ilhas de conservação, e que depois passaram ao desuso. Hoje fala-se em "corredor ecológico" como forma de resolver a insularização das unidades de conservação, apesar de ser uma estratégia não devidamente avaliada pela sociedade brasileira, nem na sua complexidade ecológica nem na social e política. (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p.34)

Na reportagem dedicada ao Projeto Baru, o termo fronteira enfatiza a delimitação de espaços para a conservação, uma definição de limite que está defasada quando abordamos os estudos mais recentes sobre conservação, no entanto o programa não polemiza, não discute, e, portanto, não apresenta visões diferentes daquela de fronteira. As imagens que acompanham esta locução mostram um local com vegetação rasteira (gramínea) com gado, tendo ao fundo uma

casa, uma porteira e uma cerca. O movimento da câmera — um *travelling*[5]— dá a sensação de que passamos pela porteira em meio à cerca que delimita o espaço do gado. Mostrar a passagem pela cerca no momento em que a locução está falando em fronteira reforça a idéia de limite, de separação entre um domínio e outro.

Após a locução inicial, conforme a descrição acima, a reportagem apresenta os depoimentos de dois moradores locais, filmados em primeiro plano, tendo ao fundo uma casa simples, de cor amarela, rodeada por plantas e chão de terra batida: *Nós somos todos pequenos proprietários. E a gente não queria, não quer ir para a cidade*[6]. (Terezinha Rodrigues Campos, Presidente da Associação Boa Esperança). *O agricultor tem dificuldades, ele não tem como investir em soja e em outras produções maiores, então a gente hoje está investindo aqui para melhorar a qualidade do meio ambiente, trabalhando com coisas do Cerrado.* (Jesus Lopes da Silva, da Rede de Comercialização).

A reportagem prossegue e apresenta o Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (CEDAC). As imagens mostram uma casa com árvores ao redor, uma placa na frente da casa é focalizada rapidamente: "CEDAC – Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado / Unidade de Beneficiamento de Produtos Agroecológicos do Cerrado / PROGRAMA / Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado". A seguinte locução em *off* acompanha a imagem da placa: *O projeto para o manejo sustentável do Baru é uma das formas de manter o homem no campo. Criado em 2000, o projeto é uma parceria*

[5] *Travellings*: deslocamentos de câmera, por qualquer meio, para aproximar, afastar ou acompanhar um objeto. (ALMEIDA, 1994, p. 38).

[6] Em todas as transcrições realizadas a partir das falas foram feitas pequenas alterações na grafia para alterar a forma escrita.

das comunidades dos agricultores do CEDAC, Centro de Desenvolvimento Agropecuário[7] *do Cerrado.*

Esta locução, inserida logo após os depoimentos dos moradores locais, reforça a idéia de que essas pessoas podem continuar vivendo no campo. A Presidente da Associação Boa Esperança, Terezinha Rodrigues Campos, fala que não quer ir para a cidade e a locução em *off* diz que o projeto é uma das formas de manter o homem no campo. Mesmo que a moradora não diga que é o projeto que pode mantê-los no campo, o encadeamento que a locução realiza após esta fala conduz a este entendimento. A parceria entre os agricultores também é evidenciada, mas não fica claro se o projeto surgiu entre eles, ou se foi discutido em conjunto com o CEDAC, ou ainda se este último resgatou uma prática extrativista da região e a repassou para os moradores.

Um outro aspecto chama a atenção neste trecho da reportagem: a locução em *off* entra em contradição com os dizeres da placa, pois o uso dos conceitos agroecológico (placa) e agropecuário (locução) são antagônicos. Neste caso, como a imagem da placa é rápida, ela não permite a sua leitura, e o telespectador pode não perceber a distorção dos conceitos. Mas, então, qual seria a função de mostrar a placa, se não é possível realizar a leitura sem a gravação prévia da reportagem? No andamento da matéria, a equipe de reportagem utiliza este tipo de recurso para dar existência ao CEDAC, para mostrar que a equipe esteve lá, pois mostrar o local faz parte do processo significante dos programas informativos/telejornalísticos. Contudo, a menção visual à placa não condiz com a linha editorial que orientou a edição da matéria; o agroecológico da placa tem pouca visibilidade, ao passo que o agropecuário, de conotação econômica, fica registrado nitidamente na locução em *off*.

[7] Na edição do dia 04/09/2004, esta mesma reportagem foi reapresentada e esta locução foi modificada, reparando o erro conceitual apresentado. A palavra agropecuário foi substituída pela palavra agroecológico, o que mostra que alguém se preocupou em fazer estas correções e não outras.

O depoimento que vem logo em seguida traz esta característica dos programas informativos, a de mostrar o local do fato jornalístico e o depoimento das pessoas envolvidas com a matéria. A coordenadora técnica do CEDAC é filmada na frente da casa em que, na cena anterior, a placa foi rapidamente mostrada. A coordenadora diz: *Surgiu a necessidade de fazer um trabalho que pudesse melhorar a renda familiar, e uma proposta que surgiu foi o aproveitamento do baru. Foi a planta escolhida em função da facilidade de armazenamento, de beneficiamento, apesar de não ser conhecido e nem pesquisado.* (Alessandra Carla da Silva, Coordenadora Técnica do CEDAC).

Esta fala destaca as características do manejo sustentável, que objetiva a melhoria da renda familiar, o uso de técnicas simples e de impacto limitado sobre o meio ambiente. Mesmo quando a coordenadora técnica do CEDAC diz que a árvore baru não é conhecida nem pesquisada, a sua afirmação deixa de denotar a valorização da idéia cientificista de "manejo". A definição deste termo no "Glossário de Ecologia da Academia de Ciências do Estado de São Paulo" (Aciesp) assim está redigida:

> Aplicação de programas de utilização dos ecossistemas, naturais ou artificiais, baseada em teorias ecológicas sólidas, de modo que mantenha, da melhor forma possível as comunidades vegetais e/ou animais como fontes úteis de produtos biológicos para o homem, e também como fontes de conhecimento científico e de lazer. A orientação de tais programas deve garantir que os valores intrínsecos das áreas naturais não fiquem alterados, para o desfrute das gerações futuras. O manejo correto exige primeiro o conhecimento profundo do ecossistema para o qual é aplicado. O manejo é dito de flora, de fauna, ou de solo quando a ênfase é dada aos recursos vegetais, animais ou o solo. Quando todos os componentes do sistema têm a mesma importância, diz-se tratar-se de manejo ambiental. (GLOSSÁRIO, 1997, p. 160)

Esta definição deixa claro que a técnica de manejo deve ser bem pesquisada e adequada ao bioma para o qual é aplicado. Para Diegues (2000), tal definição só considera o manejo chamado "científico", não deixando espaço para o manejo realizado pelas populações tradicionais.

As imagens que acompanham a locução em *off* e a fala da coordenadora do CEDAC mostram a coleta do baru por pessoas com vestimentas simples que, enfileiradas, entram em uma mata. Uma pessoa é destacada nesta cena, sendo possível notar que se trata da moradora Terezinha Rodrigues Campos (Presidente da Associação Boa Esperança). No interior da mata, as pessoas coletam o baru, colocando-o em sacos; a câmera focaliza os frutos no chão, uma mão coletando e os sacos onde o baru é acondicionado. Na continuação da cena, as pessoas, novamente enfileiradas, saem da mata com o saco parcialmente cheio nas costas; ouve-se ao fundo o som das pessoas cantando.

As cenas desta coleta estão organizadas dentro de uma cronologia (pessoas aparecem entrando na mata, coletando os frutos no seu interior e depois saindo), o que oferece ao telespectador a sensação de que ele as acompanha na coleta do baru. Mas o que as imagens mostram para proporcionar a idéia de que o projeto é sobre manejo sustentável? Entrar e sair enfileirados da mata significa uma certa organização, visando uma proteção da mata, pois todos pisam no mesmo lugar. Cantar uma canção ao realizar o trabalho traz a idéia de que esta prática é antiga e conhecida por todos os envolvidos na coleta.

Mas estas características são vagas e podem não se mostrar claras para o telespectador durante a apresentação do programa. É, portanto, a locução em *off*, seguida da fala da coordenadora do CEDAC, que dá a idéia de manejo sustentável ali praticado. Diz a locução: *O baru ainda é abundante na vegetação remanescente do Cerrado. É coletado em áreas dos próprios agricultores, ou de terceiros, seguindo os princípios da sustentabilidade.*

A fala da coordenadora técnica do CEDAC complementa:

> *A coleta do baru de forma adequada, deixando partes dos frutos no pé para que a fauna silvestre possa se alimentar. E os agricultores extrativistas não colocariam mais fogo no Cerrado por causa do prejuízo ambiental que isso ocasiona. E não se teria mais o*

> *trabalho infantil, que é uma das condições, uma das premissas, porque em algumas regiões o trabalho infantil faz parte do extrativismo predatório.*

A fala da coordenadora não elucida as imagens, tampouco tem relação com o que é mostrado na cena da coleta do baru, mas explica os princípios da sustentabilidade, enunciados pela locução em *off* anterior à fala da coordenadora.

Além da coleta do baru, o programa mostra cenas do seu beneficiamento: em uma casa branca, pessoas com roupas também brancas e munidas de toucas e máscaras retiram os frutos dos sacos e os abrem com auxílio de uma máquina de alavanca. As sementes que saem dos frutos partidos são colocadas em uma bandeja branca e depois seguem para outra máquina. Nas imagens seguintes, só aparecem a máquina e uma mão com luva manipulando-a. *Close* na máquina, a tampa transparente permite verificar o conteúdo sendo triturado (massa ou grãos miúdos de cor avermelhada).

Uma voz em *off* explica o processo: *A unidade de processamento foi construída na comunidade de Boa Esperança.* Na seqüência, o depoimento de uma moradora local explica como foi construída a unidade de processamento, destacando que se trata de uma obra coletiva: *Desde o alicerce da indústria, a gente juntou pedra, entrou no mato para juntar pedra. Primeiro foi um caminhão para juntar as pedras, depois não deu as pedras. As mulheres daqui, eu também junto, teve que ajudar, tudo, as indústrias, as mulheres que ajudaram também, com a ajuda dos homens também, [...] parceria.* Entra pergunta em *off* da repórter: *Tá, aí foi difícil?* Resposta da moradora: *Foi, foi muito difícil, cansativo, a gente tinha que levantar cedinho, comia comida fria lá no mato, mas a gente sabia que ia ter melhora, né?* (Alessandra Miguel Rodrigues, 19 anos)

No retorno da locução em *off* é oferecida a informação complementar:

> *A renda das famílias que trabalham na unidade de processamento aumentou, em média, de 300 para 600 reais por mês. O baru colhido nas outras seis comunidades é processado aqui. O equipamento ainda é rústico. Nestas imagens, elas simulam o*

processo de produção da farinha de baru, que começou a ser usada na merenda escolar da região noroeste de Goiânia, uma das mais carentes do município.

No trecho transcrito acima aparece novamente o encadeamento das falas: locução em *off*, moradora e locução em *off*. Esta última complementa o que foi dito pela moradora Alessandra no final de sua fala, quando respondia a pergunta da repórter: *Tá, e aí foi difícil?*, ao que ela responde: *Foi, foi muito difícil, cansativo, [...], mas a gente sabia que ia ter melhora*, logo em seguida temos a locução em *off* que diz: *A renda das famílias que trabalham na unidade de processamento aumentou em média [...]*. Além de complementar a fala da moradora, a última locução destaca que o projeto melhorou a renda familiar, reforçando a idéia de que vale a pena permanecer morando no campo.

No momento em que a reportagem exibe o processamento do baru, a repórter que, na edição da matéria, é a responsável pela locução em *off*, diz: *Nestas imagens, elas simulam o processo de produção da farinha de baru.* Ao proferir tais palavras, a repórter deixa transparecer que todas as outras imagens não são simulações, porque, se assim fosse, ela teria dito. Esta fala pretende aumentar a credibilidade das imagens anteriores, que reforçam o realismo do projeto. Dessa forma, a fala é usada para produzir e ampliar os significados das imagens.

Por outro lado, a simulação pode também levar o telespectador a duvidar de outras situações apresentadas, pois não é comum em programas deste tipo dizer que determinadas imagens são simulações. Porém, neste caso, ao dizer que as imagens são uma simulação da produção de farinha do baru, a fala quer explicar algo que no momento das filmagens só podia ser simulado. Em cenas anteriores, onde aparecem algumas pessoas da comunidade Boa Esperança coletando o baru, temos também uma simulação, pois as atitudes das pessoas, embora pareçam naturais, remetem a uma encenação, uma simulação dos trabalhos que são

correntemente desenvolvidos pelos participantes do projeto: podemos ver, nesta encenação uma preocupação das pessoas em veicular uma conduta de respeito com o meio ambiente em atitudes que são restritas ao mundo privado. São situações utilizadas pelo meio televisivo, que servem para caracterizar o lugar, o projeto que está sendo realizado.

Outros produtos vendidos pela Rede de Comercialização Solidária são mostrados pela repórter da TV Cultura, que aparece no local da reportagem (uma legenda identifica Comunidade Boa Esperança - GO), o interior de uma sala de paredes brancas, com vários pacotes em cima de uma mesa. A câmera focaliza a etiqueta de um dos pacotes. Aparece a logomarca: "Empório do Cerrado". Maria Zulmira diz:

> *O Projeto Baru é o pontapé inicial de uma iniciativa inédita no Cerrado brasileiro, que é a criação de uma rede de comercialização solidária. Ela já reúne 330 famílias de agricultores extrativistas e familiares de 11 municípios do Estado de Goiás. Para dar identidade à rede, foi criada a marca Empório do Cerrado, que tem como símbolo uma espécie nativa, o* Paepalanthus. *A farinha do baru é o primeiro produto da rede de comercialização solidária. Outros derivados de espécies nativas vão seguir o mesmo caminho.*

Maria Zulmira afirma que o projeto de manejo do baru é realizado por agricultores familiares e extrativistas que conseguem comercializar os seus produtos – tanto aqueles extraídos do baru, quanto os outros produtos – graças à rede solidária de comercialização. Essa informação valoriza o extrativismo sustentável, diferenciando-o do extrativismo predatório. Diferenciação que já foi destacada na fala da coordenadora técnica do CEDAC que, ao explicar o Projeto Baru, comentou sobre alguns cuidados que as comunidades estão tomando no desenvolvimento deste projeto, como a ausência de trabalho infantil e manejo adequado do solo, premissas do extrativismo sustentável, que o diferenciam do extrativismo predatório, em que estas práticas são usuais.

É importante lembrar que muitas relações comerciais nas regiões interioranas ainda são dominadas pelo sistema de aviamento, que se caracteriza pelo adiantamento ao pequeno produtor, nesse caso, o coletor que se encarrega de entregar aquilo que extrai da floresta a troco de produtos manufaturados de primeira necessidade. Esta relação comercial entre o patrão e o coletor teve sua origem no extrativismo do século XIX e início do século XX, com o ciclo da borracha estabelecido na Amazônia Central. (PINTON; AUBERTIN, 2000).

A reportagem sobre o Projeto Baru valoriza as práticas comerciais introduzidas pela Rede de Comercialização Solidária, o que situa este projeto naquilo que se convencionou chamar de manejo sustentável, que se utiliza de uma planta típica do Cerrado, consequentemente o Projeto Baru serve de modelo para outras experiências. Daí as características que evidenciam o manejo sustentável serem valorizadas, como podemos observar nos depoimentos que fecham a reportagem, apresentados a seguir:

> *Sozinho a gente é fraco, mas quando a gente agrupa em um grupo maior a gente tem fortaleza para trabalhar junto. Quando a gente cria uma rede igual a gente criou essa rede de comercialização solidária, ela envolve um número maior de agricultores e facilita mais na produtividade. E também um aproveitamento maior [...] das coisas do Cerrado, né?* (Jesus Lopes da Silva - Rede de comercialização).
>
> *Eu vou tá garantindo o meu futuro daqui para frente.*(Alessandra Miguel Rodrigues).
>
> *Mostrar a importância da conservação da biodiversidade e do valor disso. E do conhecimento das populações tradicionais do uso e do aproveitamento de forma sustentada. Eu acho que isso é reaplicável em qualquer bioma, em qualquer lugar do Brasil* (Alessandra Carla da Silva, Coordenadora Técnica do CEDAC).

O término da reportagem com estes depoimentos reitera o propósito de tornar a vivência deste grupo um caso modelar. Assim, a reportagem extrapola os limites daquilo que é local e generaliza para outros biomas, outras regiões, atribuindo à comunidade Boa Esperança a responsabilidade pelo uso sustentado dos recursos da natureza, como forma inteligente de melhorar a renda econômica, sem devastar o bioma Cerrado.

A ênfase na responsabilidade que as populações locais, compostas de pequenos agricultores extrativistas, têm pelo aproveitamento econômico e pela conservação da natureza pode gerar o acobertamento e omissão, tanto dos grandes grupos empresariais, como dos governos estaduais e federal, ou até mesmo o desrespeito à legislação relativa a preservação ambiental. Pinton; Aubertin (2000, p. 157) elucidam que a valorização das atividades extrativistas que utilizam o manejo sustentável para a preservação da Floresta Amazônica tem delegado a responsabilidade pela proteção dos recursos naturais às populações tradicionais. Segundo os autores: "seria, pois, injusto fazer que os coletores carreguem a responsabilidade pela proteção da floresta e esquecer a dos órgãos oficiais, encarregados de organizá-la."

A discussão a respeito das populações tradicionais, que se vêem incumbidas de conservar a natureza com suas atividades de manejo, está relacionada à idéia de desenvolvimento sustentável, sendo o conhecimento e as práticas destas populações bons exemplos de desenvolvimento responsável; daí, a relação entre desenvolvimento sustentável e populações tradicionais. A reportagem reforça este aspecto quando situa a comunidade Boa Esperança, de Caldazinha/Go, na fronteira entre a devastação e a conservação.

Quando a fala da coordenadora técnica do CEDAC enfatiza que o projeto pode ser aplicado em qualquer outro bioma brasileiro, ela reforça novamente a idéia de que o projeto é um exemplo. Esta idéia já havia sido introduzida na abertura da reportagem, na fala de Flávia Lippi: *Você vai conhecer o Projeto Baru,* ***exemplo*** *de desenvolvimento econômico aliado à preservação do Cerrado* (grifo nosso). Apresentar uma idéia como um modelo que pode ser reaplicável indistintamente é reducionista e configura-se como uma tendência do pensamento ambiental para a valorização do manejo sustentável realizado pelas populações tradicionais, a fim de conservar os recursos naturais. O reducionismo consiste em querer fazer dos mais variados problemas

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO

ambientais situações que podem ser solucionadas com a aplicação de um determinado projeto inicialmente pensado em conformidade com uma determinada realidade local.

A valorização do manejo sustentável ganhou força nas décadas de 60 e 70 do século passado, quando os antropólogos começaram a perceber em seus estudos etnográficos que os povos selvagens viviam bem, pois dispunham de técnicas adaptadas ao seu meio e as suas necessidades:

> Eco contemporâneo do selvagem, o camponês aparece, assim, nas múltiplas páginas que lhe são dedicadas, como esse ser da medida, da prudência e da modéstia, cujas necessidades limitadas e o conhecimento da natureza poderiam servir como modelo para uma sociedade menos predadora e na medida do homem. (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992, p. 102-103)

A constatação dos antropólogos chegou até os ecologistas da época,[8] que começaram a propagar a necessidade de retornar à "Idade de Ouro", voltar a atenção para a vida selvagem naquilo que ela tem de natural, a relação harmônica com a natureza. Algo que já havia sido manifestado na Antiguidade e retomado no Renascimento: viver de acordo com a natureza. Na verdade, o que se preconizava não era copiar o modelo de vida dos povos selvagens, mas tirar dele os ensinamentos essenciais.

Muitos discursos ambientalistas atuais continuam valorizando a lição que os agrupamentos sociais mais simples, como os camponeses, podem dar ao mundo ocidental e preconizam a valorização dessas comunidades, chegando ao extremo de colocá-las como exemplo, como modelo, sem considerar as diferenças que existem não apenas entre os diversos segmentos sociais dessas comunidades, mas também na própria relação que elas estabelecem com o meio ambiente.

[8] Os ecologistas da época citados por Alphandéry; Bitoun; Dupont são: Ivan Illich, André Gorz, Cornelius Castoriadis, Michel Bosquet, Serge Moscovicci, dentre outros.

Em contrapartida, há também os pesquisadores que não acreditam nesta aplicação de modelos, ou seja, são contrários à transplantação de experiências, uma vez que cada região tem suas características físicas e geográficas próprias, assim como práticas culturais diferenciadas, o que ocasiona diferentes maneiras de lidar com o manejo. Torna-se difícil, então, pensar em projetos de manejo que sejam aplicáveis em outros biomas. Segundo Diegues (2000), muitos ambientalistas partem do princípio de que os problemas ambientais exigem soluções aplicáveis em todo os cantos do mundo:

> Essas soluções mágicas para problemas como o desmatamento ou para a destruição de ricos ecossistemas costeiros são tidas como universais, pois parte-se do princípio que as relações entre as diversas sociedades e o mundo natural são as mesmas em todos os lugares, sobretudo na chamada era da globalização. (DIEGUES, 2000, p. 2-3)

Entretanto, a reportagem sobre o Projeto Baru não ressalta as contradições existentes entre as diferentes posições relativas à conservação dos recursos naturais, nem polemiza o desenvolvimento sustentável em face da atividade coletora. A análise detida da reportagem, graças à decupagem das imagens, evidencia esta falácia do trabalho jornalístico que, no afã de "espetacularizar" o cotidiano na mídia, eleva uma experiência particular de manejo à condição de modelo a ser seguido em qualquer contexto. O voluntarismo da reportagem prejudica a compreensão da diversidade de idéias, de temas aos quais podemos atentar numa observação mais geral do programa.

A idéia de manejo sustentável vai sendo construída desde o início da reportagem, especialmente pelos textos e falas autorizadas. Esta forma de organizar as imagens, arrolar os fatos e argumentos é uma maneira de convencer e apresentar as informações na direção de uma conclusão preestabelecida, o que reforça a idéia apresentada por Machado (2001, p. 104) de que uma notícia veiculada em um telejornal apresenta um processo significante que já vem

determinado pela equipe de reportagem: "Sujeitos falantes diversos se sucedem, se revezam, se contrapõem uns aos outros, praticando atos de fala que se colocam nitidamente como o seu discurso com relação aos fatos relatados".

Todos os argumentos tecidos pelas falas, seja a dos moradores locais, seja a das locuções e da coordenadora técnica do CEDAC, juntamente com as imagens do local, das pessoas que vivem no campo, conduzem ao entendimento de que o manejo é sustentável e realizado por agricultores familiares, aproximando-os do conceito de populações tradicionais. Parece haver uma tentativa de convencimento de que o projeto surgiu dessa população, utilizando uma técnica tradicional, praticada espontaneamente por este núcleo populacional, desde sempre.

Cunha (1999) argumenta que a pertença à categoria "populações tradicionais" significa, entre outras coisas, ter uma organização local e lideranças legítimas, associar-se às tradições de uso sustentável dos recursos naturais no passado e aderir ao uso de técnicas de baixo impacto ambiental no futuro, em um território delimitado.

A moradora Terezinha Rodrigues Campos é identificada como presidente da Associação Boa Esperança, sua imagem e fala estão presentes na reportagem, contudo sua fala é curta e o tempo delegado ao seu depoimento é bem menor do que, por exemplo, ao concedido à coordenadora técnica do CEDAC, que está presente em várias inserções durante a reportagem. Percebemos, então, que algumas pessoas estão autorizadas pelo programa para falar sobre o projeto, pois há tratamento diferenciado quanto ao tempo de cada fala, ao número de inserções, o que define muito bem o papel de cada entrevistado, reforçando a dicotomia entre a prática cotidiana das populações tradicionais e a introdução de novos hábitos com as atividades extensionistas planejadas por técnicos extensionistas.

Provavelmente, as pessoas da comunidade aparecem para dar sentido à narrativa que o programa escolheu para apresentar o manejo sustentável do baru: o resgate e a valorização dos conhecimentos tradicionais (socialmente justo); o aumento da renda familiar das pessoas que vivem no campo (economicamente viável); a garantia de não comprometer o ambiente (ambientalmente correto). Nesse sentido, a reportagem valoriza a comercialização dos produtos naturais, priorizando a viabilidade comercial do desenvolvimento sustentável.

A reportagem, no entanto, não fez menção às dificuldades enfrentadas pela comunidade na incorporação das novas atividades relacionadas à coleta do baru e sua comercialização, ou à forma como se deu esta mudança na maneira de sobreviver utilizando os recursos da terra. Tais questões são apagadas para mostrar os aspectos do desenvolvimento sustentável, considerando os valores sociais, econômicos e ambientais dos produtos obtidos a partir do manejo sustentável.

2.2. Linha de móveis com madeira certificada

Em outra reportagem sobre manejo sustentável veiculada no programa Repórter Eco, no período em que foram gravadas as sete edições analisadas, percebemos novamente a tendência em veicular o desenvolvimento sustentável atrelado à visão mercantil, de incentivo ao mercado verde. Exibida no dia 05/05/2002 e inserida no primeiro bloco de reportagens, que se caracteriza por apresentar projetos voltados para a proteção da natureza, como já foi comentado no primeiro capítulo. Nesta reportagem a matéria mostra uma linha de móveis que usa madeira certificada. As primeiras imagens são captadas no interior de uma loja onde os móveis fabricados com este tipo de madeira são comercializados. No final da reportagem, são veiculadas imagens do banco de arquivos da WWF, uma ONG ambientalista, mostrando árvores sendo marcadas e cortadas por um grupo de trabalhadores no interior de uma floresta.

A seguir, analisaremos os trechos iniciais e os finais desta reportagem, anunciados pela apresentadora Flávia Lippi em *superclose*: *A ONG WWF Brasil faz o lançamento da sua primeira linha de móveis ecologicamente corretos.* (Flávia Lippi, agora em plano americano): *As peças são feitas com a chamada madeira certificada. O selo verde indica que as árvores foram cortadas sem colocar em risco o equilíbrio de nossas florestas.* (A apresentadora do programa é mostrada em primeiro plano): *Por enquanto os móveis são vendidos apenas em São Paulo, mas em todo país cerca de 70 empresas sinalizam que aumentou a procura com produtos feitos com menos impacto ambiental.* Corte.

Entram imagens que mostram o interior de uma loja, a câmera focaliza móveis e também apresenta, em tempo suficiente para a leitura, alguns painéis que divulgam o trabalho da WWF na produção de móveis com madeira certificada. Um desses painéis apresenta o seguinte slogan: *Natureza, agora, sai de fábrica.* Acompanhando este *slogan*, há algumas fotos, a logomarca da WWF e, no lado direito do painel, estão escritas na vertical as seguintes palavras: *a indústria.* Um outro painel traz a frase: *A forma encontra o conteúdo.* Fotografias e um texto compõem este painel.

Estas frases provavelmente foram produzidas para uma campanha publicitária a fim de atingir um público que, preocupado com a proteção da natureza, deseja consumir produtos ambientalmente corretos. A natureza, assim enfatizada, torna-se objeto de consumo.

Alphandéry; Bitoun; Dupont (1992, p. 123) chamam atenção para o fato de que a sociedade de consumo almeja alcançar, em pouco tempo, a satisfação daquilo que ela própria ainda tem o direito de chamar de "duas 'paixões humanas': a necessidade da natureza e o desejo de não envelhecer e nem morrer". Sendo assim, aqueles bens que antes eram considerados alienáveis e naturais passam a ser parte integrante dos objetos de consumo. Prosseguindo a argumentação,

com a mesma linha de raciocínio, os autores afirmam que o ar puro, o silêncio, o verde, a beleza das paisagens, o pulmão, os rins, o coração, o rosto do homem, na sociedade pós-industrial, têm grandes chances de se tornarem "bens mercantis quase da mesma ordem que uma televisão ou um gravador, signos de distinção social mais apreciáveis que o uso de um belo traje ou a posse de um automóvel potente [...] o homem e a natureza estão em condição de se tornarem objetos de consumo."

Ainda durante a abertura, a reportagem dá sinais de que este tipo de consumo está sendo ampliado; isto fica evidente quando Flávia Lippi diz que *em todo país cerca de 70 empresas sinalizam que aumentou a procura com produtos feitos com menos impacto ambiental.* Discurso semelhante encontramos em textos produzidos por algumas ONGs que divulgam a importância de as empresas oferecerem uma outra forma de consumo, valorizando os produtos "verdes" e, assim, criando um mercado de consumo para estes produtos:

> Os produtos florestais certificados pelo FSC (Forest Stewardship Council), por sua vez, têm conquistado mercado pela pressão internacional dos consumidores e das redes varejistas de mobiliário e decoração, que exigem garantias de que os produtos madeireiros e não-madeireiros extraídos de florestas nativas não contribuem para a sua destruição. (KISHINAME, 2002, p. 391- 392)

A análise crítica da reportagem, auxiliada pela literatura especializada, evidencia a intenção de criar um consumo de produtos ambientalmente corretos por parte das empresas responsáveis pela produção desses produtos. Esta intenção está presente nas campanhas de ONGs ambientalistas e nas reportagens do Programa Repórter Eco analisadas nesta tese. É de se perguntar se estas instituições não encobrem o processo secular de coisificação da natureza, valendo-se de um discurso bastante incisivo de proteção da mesma.

Acompanha as imagens do interior da loja a seguinte locução em *off*:

> *Design e ecologia, os móveis da* griffe *WWF em estilo Contemporâneo. A série fabricada pela Orro & Chistensen ganhou o selo FSC. Reconhecido internacionalmente, atesta que a matéria prima é certificada, os critérios são rigorosos: o produto deve ser*

ambientalmente correto, socialmente justo e financeiramente viável. Há outro selo, de cadeia de custódia, em que o processo é monitorado do começo ao fim.

Esta locução introduz o selo FSC[9] (Forest Stewardship Council — Conselho de Manejo Florestal), enfatizando as três dimensões do desenvolvimento sustentável, conhecidas internacionalmente nos meios empresariais por *triple bottom line*: a econômica, a social e a ambiental. Esta idéia será reiterada ao longo de toda a reportagem, deixando entrever que a preocupação com a natureza está no valor que a mesma adquiriu com a implementação do comércio verde.

Seguem imagens do selo FSC, dos móveis e os depoimentos de Garo Batmanian — secretario geral WWF Brasil e presidente da FSC — e do *designer* Nagib Orro, de cuja fala destacamos:

Quanto mais você economiza, menos impacto ambiental você gera, tanto na produção, como no momento do descarte da peça. Quando a gente soube da possibilidade que o FSC nos trazia de estar tendo acesso a uma madeira honesta, proveniente do manejo sustentável, cujas famílias que trabalham no lugar também estão contempladas. E é uma maneira que a gente poderia estar utilizando para a confecção dos móveis, a gente foi ver, a gente foi atrás. E a gente se apaixonou por esta idéia, de estar trabalhando com madeira com consciência tranqüila.

Este depoimento apresenta as idéias-chave daquilo que será revelado durante a reportagem. Ele já anuncia que a "madeira é honesta", que o "manejo é sustentado" e que é possível ter a "consciência tranqüila" ao trabalhar com móveis que usam a madeira certificada. Elaboradas desde o início da reportagem, tais idéias, presentes no discurso do programa, seja nos depoimentos, seja na locução em *off* — o que nos chama a atenção —, conduzem o entendimento

[9] O FSC é uma instituição Internacional, sem fins lucrativos, com sede em Oaxaca, constituída, em 1993, por representantes de organizações afins, como entidades ambientalistas, industrias da madeira e pesquisadores, com o objetivo do incentivo à promoção do manejo correto das florestas. A certificação florestal tem como fundamento a garantia dada ao consumidor de que determinado produto é originário de manejo florestal ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável. (disponível em <wwwfsc.org.br>. Acesso em 06 jul. 2004).

das imagens que posteriormente irão mostrar o manejo sustentado de produtos florestais, trazendo um sentido de proteção das florestas.

As cenas do manejo florestal estão no final da reportagem e começam com o depoimento do secretário geral da WWF Brasil, Garo Batmanian, filmado em plano americano, fora da loja, tendo ao fundo árvores e arbustos:

> *Uma floresta bem manejada significa que, para cada árvore extraída, você danificou cerca de 13, uma floresta mal manejada significa que para cada árvore extraída, você danificou cerca de 27. E a floresta que foi simplesmente removida, você perdeu a floresta para fazer uma pastagem.*

Corte. Imagem do interior de uma floresta, onde três pessoas, de costas para a câmera, caminham. Aparece uma pessoa de frente, vestida com calça, camiseta e boné caminhando na floresta. Voz de Garo Batmanian, agora em *off*, prossegue: *Então, no caso das florestas bem manejadas, aquelas que diminuem ao máximo esse impacto e garantem o emprego, a carteira assinada, a posse da terra correta, sem conflitos sociais. Isso é garantido com o símbolo da FSC.*

Enquanto Garo Batmanian fala, vemos um homem amarrando uma árvore caída no chão com uma fita vermelha. Suas vestes são as mesmas da cena anterior, agora é possível perceber que calça botas e usa capacete de proteção. Vemos algumas árvores marcadas com fita vermelha e branca; uma árvore tem um cartão fixado no tronco, indicando o número 2. Ao fundo, imagem desfocada de outra árvore marcada. Entra a legenda: "Edição de Imagens: Fábio Rodrigues". A câmera dá um *close-up* em um homem (meio corpo) fixando, com martelo e prego, um cartão, idêntico ao da cena anterior, no tronco de uma árvore. Aparecem dois homens em volta do tronco de uma outra árvore, um deles está apontando, com o braço, para o lado direito e olha o alto, em direção à copa da árvore. Um trator *skidder*[10] é visto de frente, locomovendo-se no interior da floresta.

[10] Trator adaptado para remoção de toras no interior de florestas.

Corte. O dono da voz (Garo Batmanian) aparece focado em primeiro plano, olhando para frente, e diz: *Passa para nós consumidores, o poder* (dois homens no interior de uma fábrica pegam uma lâmina de madeira, mudando-a de lugar) *daquilo que a gente quer* (tronco de árvore caído no meio da floresta) *para o futuro da exploração na Amazônia.* Em seguida aparece a legenda: "Móveis WWF Brasil, loja Orro & Chistensen, tel.: (0-11) 381-2933, site:www.wwf.brasil.org".

Corte. Um homem com roupas e equipamentos profissionais sobe pelo tronco de uma árvore. Esta cena difere muito das outras pelo seu colorido, pois é mais clara. O tipo de árvore também é diferente das anteriores e as roupas do homem são mais apropriadas ao frio. Continua a legenda descrita na cena anterior. Entra música e há o *close-up* em mãos com luva plantando uma muda, volta o colorido mais intenso das outras cenas. A câmera afasta-se e aparece o homem, agora de corpo inteiro, agachado plantando mudas em um viveiro. A música prossegue, *superclose* em mão carimbando uma madeira com o selo FSC. Mesma música. Termina a reportagem.

A imagem do selo FSC em *superclose* encerra a matéria, mas anteriormente, durante toda a reportagem, é repetida reiteradamente e ganha densidade, insistindo, para o telespectador, com a garantia da existência do manejo florestal, representada nas imagens do selo FSC, que aparece em seis inserções, conferindo, a cada uma, um tempo de 54 segundos, num total de 3 minutos e 42 segundos ao longo de toda a reportagem. Dessa forma, a reportagem confere ao selo o significado de manejo florestal sustentável.

Outros símbolos foram utilizados na reportagem dos móveis, como as imagens de árvores marcadas, trazendo a idéia de que nem todas irão ser cortadas, e a logomarca da WWF. A locução em *off* e os depoimentos buscam auxiliar o entendimento do telespectador — desde a

abertura, com a fala de Flávia Lippi (*O selo verde indica que as árvores foram cortadas sem colocar em risco o equilíbrio de nossas florestas.*), passando pela repórter do programa (*A série fabricada pela Orro & Chistensen ganhou o selo FSC. Reconhecido internacionalmente, atesta que a matéria prima é certificada, os critérios são rigorosos*), pelo *designer* da loja (*Quando a gente soube da possibilidade que o FSC nos trazia de tá tendo acesso a uma madeira honesta, proveniente do manejo sustentável, cuja famílias que trabalham no lugar também tão contempladas.*) e pelo secretário da WWF (*Então, no caso das florestas bem manejadas, aquelas que diminuem ao máximo esse impacto e garantem o emprego, a carteira assinada, a posse da terra correta, sem conflitos sociais. Isso é garantido com o símbolo da FSC.*) — e reforçam a associação entre o selo e a idéia de proteção. O discurso é reiterativo e, quando aparecem as imagens das árvores sendo marcadas e cortadas, já se repetiu inúmeras vezes a importância da certificação.

Quando a fala diz que o *emprego é garantido*, a *carteira é assinada,* e as imagens mostram homens com vestimentas apropriadas (bota, capacete de proteção), estabelece-se uma associação entre segurança e direito social. Mas é a locução em *off* que comunica que o selo FSC — respaldado por outro símbolo, o da WWF — é a garantia desses direitos[11]. Temos, então, uma cadeia não só de falas, mas também de símbolos visuais, que querem convencer o telespectador da viabilidade dos produtos "verdes".

[11] Os direitos que o selo FSC garante e que estão expostos na fala de Garo Batimanian são encontrados em alguns princípios e critérios desta certificadora, dos quais destacamos: o princípio nº 2, Direito e Responsabilidades de posse e uso – as posses ao longo prazo e os direitos de uso da terra e dos recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos; o princípio nº 3, Direitos dos povos indígenas – os direitos legais e costumários dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios ou recursos devem ser reconhecidos e respeitados; e o princípio nº 4, Relações comunitárias e direito dos trabalhadores – as atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar, a longo prazo, o bem-estar econômico e social dos trabalhadores florestais e das comunidades locais (disponível em <wwwfsc.org.br>. Acesso em 06 jul. 2004).

As declarações da repórter da TV Cultura, do *designer* da loja e do secretário geral da WWF não sofrem, em nenhum momento, um processo de averiguação e nem é colocada em dúvida sua validade. Suas posições impõem-se como opiniões irrefutáveis, o que deixa transparecer que eles não estão defendendo suas concepções sobre os benefícios do uso de madeira certificada na fabricação de móveis, e sim relatando experiências que se impõem por serem as únicas; os outros sujeitos citados não se podem fazer representar. Os trabalhadores que realizam o manejo florestal aparecem no final da reportagem, mas sua voz não é ouvida, e esta situação não é questionada.

Quanto à fiscalização realizada pelo selo FSC, novamente é a fala quem traz a garantia ao telespectador de que a mesma existe. A este respeito, cabe citar Machado (2001, p. 71), que reforça a pertinência da fala sobre as imagens, pois a nossa civilização, embora considerada como a civilização das imagens, tem ainda grandes vínculos com o poder das palavras; tanto é assim, que a televisão, por ser herdeira do rádio, é ainda centrada na oralidade: "Herdeira direta do rádio, ela se funda primordialmente no discurso oral e faz da palavra a sua matéria-prima principal."

2.3. Marcas do Desenvolvimento Sustentável

A ênfase no discurso oral que se sobrepõe às imagens é percebida nas duas matérias analisadas neste capítulo: são as falas que dão ao telespectador a idéia de desenvolvimento sustentável que as reportagens mostram com imagens e sons. Esta mensagem parece concentrar-se na disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável e, especialmente, da comercialização de produtos provenientes do manejo sustentável dos recursos naturais. A ênfase, em ambas as matérias, sempre recai na relevância de os projetos respeitarem a tríade do

desenvolvimento sustentável: o economicamente viável, ambientalmente correto e socialmente justo.

Outra tônica constante das duas reportagens analisadas neste capítulo é a presença de organizações que auxiliam a comercialização dos produtos provenientes do manejo sustentável — na reportagem sobre o baru, temos o CEDAC; na dos móveis, a WWF e o FSC. Estas parcerias evidenciam que os preceitos do desenvolvimento sustentável elaborados pelas conferências internacionais estão determinando as ações ambientalistas e a criação de instituições que pretendem assegurar o desenvolvimento sustentável. Com relação às propostas de gerenciamento dos recursos financeiros, as conferências determinaram que cabe ao Banco Mundial administrar os fundos destinados aos programas de desenvolvimento sustentável, por meio do Fundo Mundial para o Meio Ambiente. Layargues (1998) alerta que este gerenciamento é passível de sofrer manipulação da cúpula decisória, que pode direcionar os investimentos considerando os interesses privados de quem financia os projetos, ao invés de priorizar as demandas sociais dos países que necessitam resolver seus problemas básicos. O autor cita como exemplo o financiamento de programas que envolvem a proteção das florestas tropicais: é sabido e notório que estas áreas contêm matéria-prima para a biotecnologia de que os países desenvolvidos tanto necessitam. Assim, os recursos financeiros servem também para a apropriação dos produtos e a geração de patentes para os países desenvolvidos.

Estas idiossincrasias são abordadas também por Lescure (2000), que comenta o extrativismo sustentável; para o autor, a comercialização dos produtos demanda a intervenção de ONGs e empresas que negociam o produto, estabelecendo uma rede de comercialização. O mesmo autor adverte que os produtos extrativistas que têm sua comercialização restrita ao mercado verde ficam à mercê de uma relação comercial que fragiliza as comunidades

extrativistas, tornando-as dependentes de ONGs e empresas especializadas, que se tornaram mais que simples intermediários ou parceiros comerciais — essas organizações constituem-se em instâncias privilegiadas entre os produtores primários e o mercado consumidor:

> Há, portanto, um risco real de ver novos atores substituírem o tradicional patrão e monopolizar o mercado, limitando as possibilidades de uma integração regional. É preciso também notar que essas empresas, ao se colocarem como compradoras exclusivas, mantêm os coletores na sua dependência (LESCURE, 2000, p. 200)

Destacamos também o fato de a TV Cultura, uma emissora pública, sustentada pelo poder público, não apenas legitimar o discurso de uma ONG — a WWF — muito presente no programa Repórter Eco, mas também, no caso da última reportagem analisada neste capítulo, divulgar os móveis produzidos por essa ONG, utilizar seu arquivo de imagens e autorizar a fala de seu secretário geral.

Lima (2002), em seu estudo sobre a natureza das ONGs, analisa o papel destas e adverte sobre o problema de legitimidade, uma vez que elas não podem falar em nome de terceiros, apenas em nome próprio, o que impõe restrições institucionais, legais e de legitimação. Tais organizações não representam a sociedade, pois organizam-se diferentemente do Estado, que possui um papel legitimado por meio do voto.

Scherer-Warren (1995) comenta que as ONGs são consideradas por vários autores como o "terceiro setor", o da sociedade civil organizada com potencial transformador próprio, diferenciando-se dos dois outros setores — o Estado e o Mercado.

Recorrendo novamente às contribuições de Lima (2002, p. 113), a autora identifica na crise ambiental divulgada a partir da década de 1960 o início do movimento de criação dessas organizações, especialmente as de caráter ambiental, e conclui:

> As ONGs ambientalistas ajudam a criar esse nicho político e é por meio dele que pressionam os governos e os substituem quando for necessário, desenvolvem pesquisas, novos projetos e experiências, apóiam iniciativas voltadas à promoção do

> desenvolvimento sustentável, estreitam as relações e parcerias entre as ONGs locais e globais, exigem transparência e dão evidências de como é possível responder à crise. [...] Muitos questionam sua legitimidade como agente e representante da sociedade civil; uma vez que não podem falar em nome de terceiros, fazem-no somente em nome próprio.

Assim, a WWF utiliza a legitimidade atribuída à TV Cultura, por ser uma rede estatal filiada à Rede Educativa de Rádio e Televisão; a ONG ganha a confiabilidade e a credibilidade que são conferidas a esta emissora por ser uma empresa pública.

Pensamos que a presença da ONG na reportagem analisada neste capítulo está relacionada a um novo discurso que, segundo Lescure (2000, p. 192), "mobilizou planejadores e pesquisadores em favor do extrativismo, que fazem referência, respectivamente, ao meio natural, que é 'politicamente correto' preservar, e aos marginalizados e ameaçados povos da floresta, que é, da mesma forma, 'politicamente correto' defender."

Na última reportagem analisada, quando o secretário da WWF Brasil diz que são os consumidores que terão o "poder" de decidir sobre o futuro da exploração da Amazônia, sua eloqüência, além de esvaziar o poder de outras esferas, como o Estado, atribui, neste caso aos consumidores, a tarefa de proteger a floresta. A idéia divulgada em ambas reportagens está na valorização dos produtos provenientes do manejo sustentável, procurando atingir o público consumidor desses produtos.

Apesar de mostrar diferentes maneiras de se promover o desenvolvimento sustentável, a reportagem sobre o Projeto Baru mostra uma comunidade buscando sua subsistência em um recurso da natureza e utilizando-o de forma sustentável com uma certa organização que permite a esta comunidade sobreviver no campo. Na reportagem sobre os móveis, o manejo da floresta que garante o selo de certificação agrega valor ao móvel produzido pelo *designer* Nagib Orro, mas a comunidade que extrai as árvores não é ouvida e nem se menciona o ganho que ela vai ter com

este tipo de trabalho, pois a fala do presidente da certificadora apenas garante direitos trabalhistas, como a carteira assinada. Provavelmente estas pessoas não poderão adquirir móveis com selo FSC.

De alguma maneira, as reportagens apresentadas demonstram as questões teóricas discutidas no início do capítulo sobre a complexidade do desenvolvimento sustentável e como sua aplicação não garante a tão propalada mudança no relacionamento da sociedade com a natureza. Ambas trazem em comum a idéia de proteção da natureza que deverá ser legada às futuras gerações, para que estas possam desfrutar das mesmas condições ou ainda de condições melhores que a sociedade atual, incentivando o consumo de produtos concebidos dentro do princípio da sustentabilidade.

Em artigo publicado no caderno "Mais" do jornal "Folha de São Paulo" de 14/03/2004, Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia de 1998, questiona se a discussão em torno do desenvolvimento sustentável incorpora uma visão adequadamente ampla da humanidade. Ele responde, dizendo que deveríamos nos perguntar se o conceito de padrão de vida, ou de necessidades, parte integrante dos discursos sobre desenvolvimento sustentável, é abrangente o bastante:

> Sustentar um padrão de vida não é a mesma coisa que sustentar o direito à liberdade das pessoas para terem ou salvaguardarem aquilo que valorizam e aquilo a que atribuem importância, por quaisquer motivos. Nossa razão para valorizar determinadas oportunidades não precisa sempre derivar da contribuição que elas oferecem ao nosso padrão de vida. (SEN, 2004, p.17).

Sen (2004) complementa, dizendo que as pessoas têm necessidades, mas também valorizam sua capacidade de avaliar, de agir e de participar; assim, ver o ser humano apenas sob o aspecto de suas necessidades pode nos dar uma visão muito restrita e insuficiente da humanidade. Retomando uma distinção medieval, ele argumenta que não somos apenas

pacientes, mas também agentes[12], cuja liberdade de decidir qual valor atribuir às coisas e de que maneira preservar esses valores pode estender-se muito além do mero atendimento de nossas necessidades.

A idéia de liberdade, segundo Sen (2004), deve ser incorporada ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, pois assim este último ficaria mais amplo e efetivo, dando origem ao que ele chama de "liberdades sustentáveis", em que o papel da cidadania é fundamental, como uma maneira de tornar as pessoas agentes e não pacientes, pois, ao se tornarem agentes poderão entender e se envolver nas causas ecológicas:

> A relevância da cidadania e da participação social não é apenas instrumental. Elas são parte integrante daquilo que temos motivo para preservar. É preciso combinar a noção básica do direito à sustentabilidade defendida por Brundtland, Slow e outros com uma visão mais ampla dos seres humanos, que os encare como agentes cuja liberdade importa, e não como pacientes que não se distinguem dos padrões de vida dos quais desfrutam. (SEN, 2004, p. 18).

Para podermos vislumbrar o desenvolvimento atrelado à idéia de liberdade, é necessário direcionar o foco para os fins que o tornam importante: "o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e instituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos." (SEN, 2000, p. 18).

Dentre as privações de liberdade apontadas por Sen (2000), destacamos neste trabalho a negligência dos serviços públicos, pois é nessa categoria que está a educação, e acreditamos ser por meio dela que poderemos alcançar um novo patamar para a relação sociedade-ambiente, a educação para a liberdade faz das pessoas agentes, nomenclatura empregada por Sen, os

[12] Sen (2000, p. 33) distingue o termo agente, usado na sua teoria, do emprego deste termo na literatura sobre Economia. Neste último uso, o termo agente está se referindo a uma pessoa que age em nome da outra. "Estou usando o termo *agente* não nesse sentido, mas em sua acepção mais antiga — e 'mais grandiosa' — de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo."

responsáveis pela conservação da natureza, vendo nela não somente a fonte de satisfação das necessidades, mas também o espaço vital que comporta inclusive a esfera da existência humana.

fig.7 - Imagem de uma porteira representando a fronteira entre a devastação e a conservação do Cerrado.
(Reportagem Projeto Baru)

fig. 8 - Terezinha Rodigues Campos, Presidente da Associação Boa Esperança.
(Reportagem Projeto Baru)

fig.9 - Pessoas da comunidade Boa Esperança caminhando para realizar a coleta do Baru.(Reportagem Projeto Baru)

fig. 10 - Quadro exposto no interior da loja Orro & Chistensen (Reportagem sobre linha de móveis com madeira certificada).

fig.11 - Imagem do selo FSC (Reportagem sobre linha de móveis com madeira certificada).

CAPÍTULO 3

A NATUREZA E A PRESENÇA HUMANA NAS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL

Antes de analisarmos como o programa Repórter Eco tratou deste tema, é oportuno apresentar estudos especializados que influenciaram as iniciativas de criação das primeiras reservas brasileiras. Estes estudos estão relacionados com os valores que foram atribuídos à conservação da natureza em diferentes momentos históricos da vida brasileira.

O pensamento conservacionista brasileiro se fez presente desde o Brasil Colônia. A Coroa portuguesa, preocupada com a derrubada da floresta primária da Mata Atlântica para extração do pau-brasil e com a possibilidade de escassez dessa madeira, decretou, por meio das Cartas Régias (1796-1797), a propriedade régia das matas e arvoredos à borda da costa ou dos rios que desembocavam imediatamente no mar. Cabia aos juízes conservacionistas a vigilância de tudo que dissesse respeito ao corte e à remessa de madeiras. Contudo, a legislação colonial nunca foi cumprida (URBAN, 1998).

Passando do período colonial para o imperial, Dean (1996) discute a importância dos cientistas estrangeiros, especialmente após o término da Guerra do Paraguai em 1870, na conservação das florestas no Brasil. Naquela época era muito comum a presença de cientistas estrangeiros que, ao chegarem ao país com alguma expedição, ficavam por aqui para ocupar cargo de dirigente de instituições ligadas à conservação. É o caso do botânico sueco Alberto

Loefgren, que dirigiu as seções de meteorologia e botânica da Comissão Geológica e Geográfica do Estado de São Paulo. Dentre várias ações, Loefgren iniciou uma campanha por um código nacional de florestas e inspirou a comemoração do primeiro Dia da Árvore no Brasil. Foi ele talvez quem primeiro percebeu o fenômeno de "fronteira vazia", assim descrito por Dean (1996, p. 248): "a frente pioneira de um povoamento deixava para trás 'terreno exaurido' e improdutivo que constantemente aumenta de extensão."

Loefgren fracassou em convencer o poder legislativo a tomar medidas concretas para proteger as florestas primárias. Desde os tempos coloniais os ocupantes das terras não respeitavam a legislação, desacreditada até mesmo pela Coroa portuguesa, e mais tarde pelo Império, "a proibição colonial de fazer derrubadas em terras particulares — madeira de lei, isto é, madeiras nobres da floresta primária — tornou-se letra morta após a independência e foi oficialmente revogada em 1876 [...]."(DEAN, 1996, p. 248).

A questão preservacionista não deixou de estar influenciada pelas idéias européias, contudo, na Europa a origem do ambientalismo, segundo Riechemann; Buey (1994), está relacionada com as condições de saúde da população das grandes cidades. Seu início, na Inglaterra, foi conseqüência do impacto da industrialização no século XIX. Por um lado, havia necessidade de melhorar as condições de saúde para trabalhadores das indústrias e, por outro lado, existia um movimento de proteção à natureza, que o autor denomina de conservacionismo aristocrático, uma vez que tinha como objetivo proteger áreas naturais para atividades de caça, de pesca, de proteção das paisagens para pintura e desenvolvimento do turismo para as classes abastadas da sociedade.

Riechemann; Buey (1994) lembram que, nos Estados Unidos, diferentemente da Europa, os movimentos de proteção à natureza estavam mais voltados para a exploração dos bosques, já que

no final do século XIX a maior parte do território norte-americano havia sido vendida para proprietários particulares. A vontade de incentivar o espírito nacionalista em um país que não tinha tradições históricas, ligada à preocupação com a devastação acentuada decorrente da forma como se deu a colonização das terras virgens — "conquista do oeste" —, levou à criação de "santuários" vedados à atividade humana, para salvar o que ainda restava de natureza "original". Nash[1] (1982, apud SERRÃO, 2002) ressalta que a criação dos parques nacionais norte-americanos estava inspirada na idéia de que atividades de lazer e turísticas realizadas em áreas pitorescas estimulavam o sentimento nacionalista, já que essas áreas eram consideradas símbolos nacionais.

No Brasil, os cientistas e técnicos encarregados das primeiras iniciativas de conservação florestal não conseguiam sequer implementar medidas contra o desperdício de madeira, quanto mais criar parques e reservas. O engenheiro André Rebouças, inspirado no modelo do Parque Nacional de Yellowstone, dos Estados Unidos, tentou, sem sucesso, criar parques nacionais em Sete Quedas e na Ilha do Bananal, em 1878 (DEAN, 1996). A argumentação de Rebouças em favor da criação dos parques em Iguaçu e Ilha do Bananal estava mais voltada para a visão desenvolvimentista de implantar o turismo para promover o progresso econômico nessas regiões, do que para a postura preservacionista de proteção das florestas. O pensamento ambientalista do Brasil, nos períodos colonial e imperial, já expressava a preocupação com o tema das florestas, mas havia também os que percebiam a existência de uma multiplicidade de problemas interligados, como: "desflorestamento, esgotamento dos solos, disponibilidade de água, mudanças climáticas, extinção de espécies animais e vegetais etc." (PÁDUA, 2002, p. 17).

[1] A autora cita a seguinte obra de Nash: *Wilderness and the americam mind.* 3rd ed., Yale University Press, 1982.

A criação do Bosque dos Jequitibás, em 1880, no município de Campinas, Estado de São Paulo, estava associada à necessidade de melhorar as condições de saúde da população, o que evidencia outra perspectiva para a proteção do ambiente natural, relacionando-o com a saúde, já que o projeto de criação do bosque previa também a canalização dos córregos da região, para conter epidemias que ameaçavam a população (SERRÃO, 2002).

Alberto José Sampaio, diretor do Museu Nacional, fundou em 1931 a Sociedade de Amigos da Árvore e organizou a primeira conferência brasileira sobre proteção da natureza, com o objetivo de pressionar o governo para criar um sistema de parques nacionais e instituir o Código Florestal (transformado em lei, três anos depois, em 1934). Antes da aprovação deste Código, o Brasil possuía apenas duas reservas florestais: a do Alto da Serra no Estado de São Paulo e a de Itatiaia, na Serra da Mantiqueira, no Estado do Rio de Janeiro. Apenas em 1937, o Itatiaia foi declarado parque nacional, o primeiro no Brasil (DEAN, 1996).

O Código Florestal de 1934 previa a possibilidade de áreas florestais serem protegidas em reservas particulares. As chamadas "florestas protegidas" permaneciam na posse e domínio do proprietário particular e eram inalienáveis, sendo consideradas de conservação perene. Mais tarde, algumas iniciativas de proteção de áreas particulares foram desenvolvidas pelo extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, porém a iniciativa do órgão decorreu da pressão exercida pelos proprietários particulares que não desejavam a caça em suas fazendas, sobretudo no Rio Grande do Sul, embora esta atividade estivesse regulamentada pela Lei 519/67 – Lei de Proteção à Fauna. A Portaria IBDF nº 327 N. P. criou a modalidade "refúgio de animais nativos" e, após onze anos de vigência desta lei, a idéia avançou mais um pouco, estendendo a proteção não só à fauna, mas também à vegetação; a Portaria 327/77 foi substituída pela Portaria IBDF-P nº 217, de 27 de julho de 1988, criando-se, então, as Reservas Particulares de Flora e

Fauna. Foi mediante o Decreto Federal nº 98.914, de 31 de janeiro de 1990, que se instituiu a Reserva Particular do Patrimônio Natural que, desde então, vem sendo aprimorada e hoje é regida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação — SNUC (WIEDMANN, 2003, p. 5).

A primeira proposta de lei que regeu o SNUC foi elaborada pela Fundação Pró-Natureza (Funatura), por encomenda do antigo IBDF. Um anteprojeto foi entregue ao IBAMA em 1989, mas só chegou à Câmara dos Deputados em 1992, de onde foi encaminhado à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (CDCMAM). A comissão teve como relator o deputado Fábio Feldman, que contou com a assessoria de Maurício Mercadante. O Ministério do Meio Ambiente iniciou uma série de debates sobre o projeto de lei e seus substitutivos, e assim teve início uma acirrada disputa entre ONGs ambientalistas, pesquisadores e técnicos; cada segmento queria que a diretriz predominante da futura lei abarcasse a conservação da biodiversidade em conformidade com os seus projetos (FERREIRA, 2001).

O deputado Fábio Feldman, no final de 1994, entregou à CDCMAM um Substitutivo Preliminar. Na ocasião Maurício Mercadante, que havia atutado com assessor do relator, considerou a proposta de substitutivo muito preservacionista e pouco afeito à presença humana nas unidades de conservação. Logo depois, o deputado Fábio Feldman deixou a relatoria da comissão, sendo substituído pelo deputado Fernando Gabeira:

> Em 1995 o Deputado Fernando Gabeira passou a ser o novo relator. Neste período promoveu-se um amplo debate sobre o Projeto de Lei do SNUC, inclusive para analisar experiências concretas de conservação envolvendo populações consideradas tradicionais ou simplesmente rurais, a presença humanas em Unidades de Conservação (UCs) e a proposta de criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN. (FERREIRA, 2001, p. 129)

No final de 1996, depois de um longo e penoso debate envolvendo deputados, ONGs ambientalistas e agências ambientais governamentais, a Casa Civil da Presidência da República mobilizou a bancada governista e impediu que o projeto de lei fosse votado, alegando a

existência de dispositivos inconstitucionais e outros, que aumentariam as despesas do Governo Federal. "Na verdade, a decisão da Casa Civil foi motivada por pressões de setores do próprio Governo, contrários ao substitutivo considerado pouco conservacionista do Deputado Gabeira." (FERREIRA, 2001, p. 130).

A autora continua:

> No começo de 1998, por iniciativa do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, ONGs ambientalistas reuniram-se para discutir alguma possibilidade de consenso sobre o SNUC. As propostas apresentadas resultaram em uma predominância da posição preservacionista, e foram quase todas aceitas pelo relator. (FERREIRA, 2001, p. 130)

Em 19 de julho de 2000, depois de oito anos tramitando no Congresso, a Lei nº 9.985, que instituiu o SNUC, foi sancionada com vetos pelo então vice-presidente da República, Marco Maciel. Os avanços da nova lei são inegáveis, pois:

> 1) unificou o arcabouço jurídico referente às modalidades de UCs existentes no Brasil, anteriormente dispersas em várias outras leis, como o Código Florestal, o Código de Fauna e o artigo 18 da Lei que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente; e 2) divide as modalidades existentes em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. (FERREIRA, 2001, p. 130)

Alguns vetos eram previsíveis como, por exemplo, os referentes à definição de população tradicional e o artigo que propunha a reclassificação de Unidades de Conservação (UCs) de uso indireto, caso se observasse a presença de população tradicional em seu interior. Esse veto foi conseguido graças à pressão exercida por setores do IBAMA e por ambientalistas contrários à presença de moradores no interior das UCs. "Com isso, as populações que habitam hoje UCs consideradas de proteção integral, depois de sua regulamentação, terão que ser indenizadas e reassentadas pelo poder público" (FERREIRA, 2001, p. 131).

A maioria das reservas brasileiras conta com a presença de populações vivendo nelas ou no seu entorno: no Estado do Rio de Janeiro, 73% das reservas têm moradores no seu interior; no

Paraná, 20%; no Espírito Santo, 25%; no Estado de São Paulo, na maioria das reservas, vivem populações tradicionais e não tradicionais:

> Tanto no interior como no seu entorno essa presença tem gerado conflitos com a administração das unidades [...] A oposição populações tradicionais versus necessidades de conservação dos recursos naturais cada vez mais é traduzida pela crítica às características do modelo de conservação vigente e à procura de uma compreensão mais precisa destas populações e de seu padrão de ocupação do espaço e utilização dos recursos naturais. (ARRUDA, 2000, p. 275)

A tendência para combinar conservação da natureza com áreas sem a presença humana teve origem na idéia, já discutida neste capítulo, de copiar o modelo de parques e jardins dos Estados Unidos. O conceito de natureza selvagem (*wilderness*) foi incorporado ao modelo brasileiro, criando a situação de desrespeito para com as populações que vivem no interior e no entorno das unidades de conservação.

Retornando à discussão sobre a conservação da natureza na época do crescimento econômico brasileiro (1940-1970), Dean (1996) destaca o papel contraditório do governo que, apesar de ter a responsabilidade pública com a proteção das áreas verdes, fomentou a criação das empresas governamentais de mineração, siderurgia, hidroeletricidade, petróleo e petroquímica. Ao criar as indústrias acima mencionadas, o Estado optou por um modelo de desenvolvimento que permitia, inclusive, a exploração das reservas públicas já consolidadas. Em 1956, a Universidade Federal de Viçosa foi obrigada a trocar uma faixa de mil hectares de floresta primária pelo equivalente em terras degradadas. Nesta floresta iniciou-se a extração de carvão vegetal, depois que ela foi vendida para a siderúrgica Belgo-Mineira. Sobre este fato, Dean (1996, p. 292) comenta: "a corrupção burocrática, sistêmica e generalizada, descobriu nas leis ambientais um pasto verdejante."

A mesma siderúrgica criou em 1991 a Reserva Particular do Patrimônio Natural "Belgo-Mineira", que protege hoje quinhentos e dezoito hectares de Mata Atlântica e Cerrado. Nesta

reserva, entre outras ações, foram realizados levantamentos de espécies vegetais e animais e desenvolvidas atividades de educação ambiental com alunos dentre outros segmentos da comunidade regional. Em função destas atividades, a siderúrgica Belgo-Mineira recebeu vários títulos e certificações, tais como: o reconhecimento público do IBAMA, da ECO 92, da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente e da Câmara Americana do Desenvolvimento e Comércio, além das seguintes certificações: IS0-9002 (qualidade do produto), ISO-14001 (meio ambiente) e BS-8800 (segurança e saúde). (ALMEIDA, 2001).

O exemplo citado acima permite vislumbrar maneiras distintas de percepção da natureza e da importância de sua conservação. A mudança no pensamento conservacionista revela não só um sentimento diferente em relação à natureza, mas também a adoção, por parte da empresa em questão, de um discurso ecológico que passa a ser fundamental para obter as certificações e, conseqüentemente, prosseguir as suas atividades extrativistas em escala industrial.

No Brasil, o SNUC, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2.000, regulamenta duas modalidades de reservas, a saber: as unidades de proteção integral[2], nas quais é admitido o uso indireto de seus recursos, para atividades educacionais, científicas e recreativas, e as unidades de uso sustentável[3], que são aquelas nas quais pode ocorrer o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

A Lei nº 9.985, no capítulo I, art. 2°, expressa o entendimento legal dos conceitos envolvidos em seus artigos e define como proteção integral "a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais". Esta definição está articulada com o conceito de uso indireto: "aquele que não

[2] Unidades de proteção integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

[3] Unidades de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais", o que pode dar margem à interpretação de que, em reservas de proteção integral, a presença de moradores locais não é permitida.

Vejamos como o programa Repórter Eco lida com as imprecisões da conservação da biodiversidade por parte das diferentes correntes do pensamento ecológico e sua expressão na legislação, analisando uma série apresentada no Quadro sobre biodiversidade que aborda as Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Para tanto, discutiremos duas das quatro reportagens apresentadas nesta série, a saber: a reportagem sobre a RPPN de Toque-Toque Pequeno e uma outra, que mostra a RPPN Fazenda Bulcão.

3.1. RPPN Toque-Toque Pequeno

Na série Reserva Particular do Patrimônio Natural[4], as reportagens do Repórter Eco acontecem *in loco*. Deslocar a equipe de reportagem para a reserva confere veracidade às informações, bem como atende à necessidade de apresentar o resultado deste tipo de experiência, a fim de sensibilizar o telespectador para a importância desta modalidade de reserva.

A reportagem sobre a RPPN Toque-Toque Pequeno foi exibida no dia 19/03/2002. Vinculada ao Quadro sobre biodiversidade, a reserva é anunciada como tal pela apresentadora Flávia Lippi que, com o mesmo ritual já discutido nos capítulos anteriores, diz:

> *A rica biodiversidade brasileira. O quadro sobre biodiversidade brasileira, resultado da parceria entre a TV Cultura e a Natura, apresenta hoje a 2° reportagem sobre RPPN, "Reserva Particular do Patrimônio Natural". Você conhece a RPPN de Toque-Toque*

[4] Esta série foi apresentada em quatro reportagens, a saber: RPPN Sesc Pantanal, RPPN Toque-Toque Pequeno, RPPN Jubran e RPPN Fazenda Bulcão. Conseguimos gravar apenas as três últimas, já que o início das gravações (coleta de dados) se iniciou em 19 de abril de 2002, quando já havia sido apresentada a primeira reportagem desta série sobre a RPPN Sesc Pantanal. Fizemos contato com a TV Cultura, porém não foi possível localizar esta edição do programa. Conseguimos obter através do *site* "biodiversidadebrasil", que divulga os programas da pareceria entre a TV Cultura e a Natura, a decupagem apenas da fala desta reportagem. (disponível em: <wwwbiodiversidadebrasil.com.br>. Acesso em 23 set. 2002.)

Pequeno. A reserva fica entre o litoral e a Serra do Mar e abriga espécies de animais e vegetais significativas para o inventário da fauna e flora do Estado de São Paulo.

As imagens exibidas após esta apresentação buscam dar existência ao local. Com uma bela panorâmica, vemos um pôr do sol no mar, a praia, as casas da cidade e as construções nas encostas da Serra do Mar. Em movimentos de aproximação e distanciamento, a câmera vai mostrando uma bela paisagem litorânea. Mostra também, rapidamente, um trecho de erosão no solo e volta novamente para a paisagem da Serra, focalizando uma placa que identifica a reserva. Ali está escrito: "RPPN Toque-Toque Pequeno".

Uma música tranqüila acompanha estas imagens, durante a locução em *off* o volume da música fica mais baixo. A locução diz:

> *Os tons dourados e a vista da praia de Toque-Toque Pequeno* (legenda: "Praia de Toque-Toque // Litoral norte Paulista") *são uma das atrações do litoral norte de São Paulo, mas um olhar atento revela o efeito de um crescimento desordenado que vem tomando conta de um dos mais belos trechos do litoral da costa brasileira: erosão, morros cortados, condomínios de luxo à beira da praia e construções irregulares subindo a Serra do Mar. A RPPN, Reserva Particular do Patrimônio Natural de Toque-Toque Pequeno é uma exceção nesta paisagem. A reserva, criada em 2000, começa na Rodovia Rio-Santos e sobe pela Serra do Mar, são 30 hectares equivalentes a 30 campos de futebol, que conserva uma área importante para a manutenção da biodiversidade do Brasil.*

A imagem fecha em uma flor, depois em uma aranha em sua teia e finaliza com uma larva locomovendo-se em cima de um galho.

Este primeiro trecho de reportagem enfatiza a beleza do lugar e, ao mesmo tempo, indica os problemas ambientais que são relatados pela voz em *off*, salientando a necessidade de um "olhar mais atento" para aquele lugar. Esta cena destaca para o telespectador, logo no início, o valor da preservação de lugares com beleza cênica. Esta importância está presente em um dos objetivos da Lei do SNUC — "proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica". Mas outros objetivos desta lei também são referenciados, como o interesse que esses

locais despertam para a realização de pesquisas científicas. As cenas que seguem vão mostrar dois biólogos do Projeto Biota em suas atividades de estudo na reserva.

O biólogo Emerson Mossoli (seu nome está em legenda), focalizado em plano americano na reserva, diz: *A importância de uma reserva ecológica nesse ambiente é que ela serve de elo de ligação entre o ambiente litorâneo e o ambiente de Serra do Mar e principalmente porque essa área, ela consiste de Mata Atlântica, que é um dos ambientes que tem a maior biodiversidade do mundo.*

Corte nas imagens, que passam a mostrar o mar, a praia, a serra e voltam à imagem da flor e um gafanhoto focalizado sobre uma rocha.

Corte seco nas imagens e sons, volta a locução em *off*, enquanto novas imagens mostram dois homens, um dos quais já sabemos ser o biólogo Emerson Mossoli e o outro, logo em seguida, saberemos ser Fábio Kiyohara. Os dois caminham por uma área natural carregando peneiras, baldes, cestos e outros instrumentos. Diz a locução: *A RPPN integra a área de pesquisa do Projeto Biota, que faz o levantamento da fauna e flora do Estado de São Paulo. Financiados pela FAPESP, pesquisadores do Instituto de Biociências da USP estudam os crustáceos que vivem nos rios e corredeiras que ligam as águas doces ao mar.*

Corte seco nas imagens, que voltam a mostrar a praia, o mar e a serra. Corte novamente nas imagens, para apresentar novamente os biólogos: a mão de um deles segurando uma peneira saindo da água é focada. A locução em *off* continua: *muitas espécies dependem desses ambientes de água salobra para fecharem o ciclo reprodutivo. Os biólogos da USP já encontraram 7 espécies* (a imagem mostra balde com exemplares de camarão) *de camarão e uma de caranguejo.* (A imagem mostra os dois biólogos na corredeira, um com a peneira na mão e outro afastando uma pedra).

Novo corte, neste momento na locução em *off*, e entra a fala do biólogo Emerson Mossoli, que dá explicações sobre uma espécie de camarão encontrada exclusivamente em corredeira. A imagem apresenta o biólogo pegando um camarão da peneira; com o auxílio de uma pinça, ele mostra algumas partes do animal. Enquanto faz suas considerações, o biólogo afirma:

> *Esse é um camarão que eu disse, exclusivamente de corredeira. Esse aqui é um "Átia". Ele vive em locais bem oxigenados, onde tem bastante turbulência da água. Esse é um exemplar de tamanho médio, ele pode chegar a um pouco maior que isso* (Imagem focaliza o camarão na mão do pesquisador). *Uma característica dele que difere de outros camarões* (Imagem mostra o biólogo batendo com uma pinça nas "garras" do camarão) *é que ele tem essas espécies de garras que é para ele se fixar, que é exclusivamente para ele viver em uma correnteza bem forte que ele usa para se fixar.* (Imagem mostra o biólogo colocando o camarão de volta no balde).

O depoimento acima, feito por Emerson Mossoli, permite intuir que uma pergunta em *off* foi dirigida ao biólogo, pois ele se refere ao evento retratado na reportagem pela segunda vez, quando diz: *esse é um camarão que eu disse*. Esta afirmação permite inferir que ele já comentou com alguém que está no local realizando a reportagem sobre a espécie de camarão apresentada, mesmo que ele esteja olhando para frente, mostrando para os telespectadores o tal camarão. São detalhes que a edição do programa não se preocupou em apagar, talvez porque o telespectador esteja acostumado com a presença do entrevistador. Mas esta cena é importante porque, além de revelar a presença da equipe no local da reportagem, mesmo que ela não apareça nas imagens, mostra que de certa forma há uma preparação prévia da matéria que, neste caso, passou pela edição e evidencia que as falas, provavelmente, foram combinadas anteriormente. Isso de certa forma compromete o aspecto espontâneo presente na primeira aparição dos biólogos, na qual eles estão realizando seu trabalho de investigação "como se não houvesse" uma equipe de reportagem registrando o acontecimento.

Esta seqüência de imagens ressalta a pesquisa na reserva e termina com o depoimento do biólogo Fabio Kiyohara – "biólogo Biota-USP" (legenda). No mesmo local, o biólogo é focado em plano americano, olhando para frente. Ele diz:

> *A presença desse grande número de espécies nessa área indica que é uma área ainda bastante preservada, porque para você encontrar esse grande número de espécie, servem como indicador biológico da qualidade da água. Qualquer influência humana através da poluição pode fazer com que esse número de espécies diminua ou mesmo a população tenha um tamanho reduzido chegando até desaparecer conforme o grau de poluição da água.*

A imagem registra os pesquisadores saindo pela mesma ponte por onde começou o plano, dando a impressão de que eles realizaram uma ação cronológica: entraram na ponte pelo lado direito do vídeo, realizaram a coleta (trabalho da pesquisa) e foram embora pelo outro lado da ponte, lado esquerdo do vídeo. Esta cronologia traz uma idéia do que seja a rotina desses biólogos na reserva. Registro cronológico semelhante foi mostrado na reportagem sobre o Projeto Baru, já comentada no capítulo anterior. Pessoas coletando o baru no interior da mata foram mostradas simulando o cotidiano do trabalho de coleta.

Na reportagem sobre o baru, as cenas que simulam a atividade coletora são relatadas por uma voz em *off*, mas, na reportagem sobre a reserva Toque-Toque Pequeno, o trabalho de pesquisa é apresentado na voz dos biólogos Mossoli e Kiyohara. O consentimento dado aos biólogos para explicar o cotidiano através da simulação da atividade científica reforça a idéia de que a voz autorizada é apenas aquela das pessoas que, de alguma forma, estão habilitadas a explicar as atividades no interior da reserva graças ao conhecimento científico. No caso do baru, as pessoas que fazem a coleta podem falar em alguns momentos apenas, mas as explicações ficam sempre a cargo dos especialistas.

A fala dos biólogos confere veracidade aos fatos, que aparentam acontecer em perfeita sintonia com o local, sem provocar danos ambientais, já que na sua última fala, o biólogo

Kiyohara enfatiza que, por não haver presença humana, há qualidade ambiental no local da reserva. Temos nesta fala um indicativo de que não há moradores na reserva. Além disso, também é valorizada a presença dos pesquisadores, cuja movimentação e ações realizadas no ambiente natural parecem não causar qualquer impacto significativo; ao contrário, sua atuação resultará em benefícios para a preservação da biodiversidade, ainda que isso não seja elucidado na reportagem. Trata-se de algo estabelecido *a priori*, afinal os especialistas entendem de maneira adequada o ambiente e suas necessidades.

A apresentação da pesquisa pelos biólogos é realizada de maneira didática: as partes do animal são apontadas enquanto a função e a importância das mesmas são explicadas. A cena em questão traz a dubiedade entre a relação harmoniosa e a intervenção na natureza, sendo necessário dar destaque à pesquisa científica para justificar a interferência realizada no ambiente.

A próxima seqüência de cenas apresentará o dono da reserva de Toque-Toque Pequeno e, assim como a locução em *off* apresentou os biólogos na seqüência anterior, será esta mesma voz que apresentará o dono da reserva: *A criação da RPPN foi a solução encontrada pelo proprietário Horácio Tackano para proteger e conseguir apoio governamental na fiscalização.*

As imagens que acompanham estas cenas mostram várias pessoas caminhando em uma trilha no meio da mata, entre as quais é destacada a imagem de um homem — pela legenda que entra a seguir saberemos ser Horácio Tackano, dono da RPPN Toque-Toque Pequeno. Ele é filmado de frente, caminhando pela mata, sua voz entra no áudio:

> *A gente sempre teve problema de invasão, lixo, esgoto, a gente sempre fica enfrentando esse tipo de problema aqui e tem que combater com Educação Ambiental e ter muita paciência com as pessoas. Então, a gente resolveu fazer [...] pegar esse decreto de RPPN e fazer a RPPN justamente para preservar o local, preservar a integridade da água, das árvores e de todo o local, de toda a biodiversidade que a gente tem aqui.*

Antes de terminar o depoimento há um corte na imagem, que passa a mostrar novamente o grupo de pessoas caminhando pela mata; no final, a câmera focaliza a água de uma corredeira, um dos integrantes do grupo abaixa e bebe um pouco de água.

Segue um pequeno trecho só com imagem da água e som natural. Entra locução em *off*: *As nascentes da reserva fornecem água para os moradores de Toque-Toque Pequeno.* Corte na fala, volta depoimento do dono da reserva:

> *Você vê a importância de você ter uma RPPN, uma reserva num lugar desse porque essa captação é que fornece água para toda a região, são mais de 300 casas que são abastecidas pela nossa, pelos nossos recursos hídricos, não? Você vê que é sempre importante a gente preservar a área para a gente sempre ter água.*

Imagem de uma pequena queda d´água, ao longe o dono da reserva está posicionado ao lado de um aparelho que aparenta ser o de captação de água, a câmera se aproxima até meio corpo do dono da reserva e depois vai se distanciando novamente, coincidindo com o final do depoimento.

Um encadeamento de imagens é observado nesta seqüência, a importância dada para a água aparece não apenas nas falas, mas também nas imagens que criam uma sensação de coerência e harmonia. Esta é percebida quando, entre as imagens da água que circula pela reserva, uma pessoa é focalizada bebendo água em uma pequena corredeira.

Nesta seqüência, os dois trechos pequenos de locução em *off* são fundamentais para que a informação do dono da reserva fique mais clara. Os depoimentos parecem ser livres e são introduzidos pela locução que, ao encadear as falas, organiza-as, conduzindo o entendimento pretendido pela reportagem. Neste caso, a voz em *off* tem a função de marcar e alinhavar momentos distintos: a pesquisa, o dono da reserva e o ecoturismo. Este último também é

apresentado pela locução em *off*, que busca, na fala de Tackano, evidenciar o ecoturismo para a sobrevivência financeira da reserva.

Diz a locução em *off*: *Horácio Tackano dirige a associação dos proprietários de RPPNs do Estado de São Paulo e a confederação Nacional de reservas particulares* (Imagem da mata focando pessoas caminhando em terreno íngreme). *As entidades buscam formas de incentivar o aumento de RPPNs no País, unindo a conservação da biodiversidade ao uso econômico sustentável das áreas.* No final da locução em *off*, o grupo de pessoas chega a um local no alto da mata. A câmera focaliza um dos membros do grupo, amarrado em cordas, iniciando a descida pela cachoeira. A locução em *off* continua:

> *Na reserva de Toque-Toque Pequeno funciona um programa piloto de ecoturismo, a área tem vocação natural para os esportes de aventura. A RPPN é mantida com o dinheiro pago pelos turistas* (imagem de cachoeira, som natural da mata e cachoeira) *A cachoeira tem 250m de altura, ideal para a prática de* canoing, *a trilha para chegar até a cachoeira é íngreme. No trajeto, algumas árvores raras como o jequitibá* (Imagem focaliza uma árvore). *Há também 50 mil pés do ameaçado palmito jussara* (imagem focaliza uma palmeira) *plantado pelo dono da RPPN.* (Imagem focaliza os instrumentos usados para o ecoturismo). *O Ibama acompanha e incentiva a prática de ecoturismo na reserva, cuidados especiais foram tomados para minimizar o impacto da prática de esportes.*

A locução dá relevo aos aspectos que o programa considera mais relevantes, chamando a atenção para o caráter inovador das atividades de ecoturismo realizadas no local, embora nada aponte, na reportagem, para a existência de um programa piloto na reserva: as atividades dos turistas são aquelas realizadas em qualquer área de floresta com cachoeiras. Também é destacada a importância do ecoturismo para a manutenção da reserva e, portanto, para a proteção daquela área. Ao relacionar o uso econômico sustentável da área com o ecoturismo que é realizado e que mantém economicamente a reserva, a reportagem restringe o entendimento do que seja uso sustentável. Parece que a ambigüidade está na própria lei, quando insere as RPPNs na categoria

de uso direto; elas deveriam estar, pelo próprio texto da lei, na categoria de uso indireto, como já foi comentado no início deste capítulo.

A prática de ecoturismo difere em muito do uso dos recursos de maneira sustentável, pois este último prevê o manejo por parte da população local — ou do entorno — de parcela dos recursos naturais para a subsistência; as RPPNs, tal como foram idealizadas, deveriam estar no grupo de reservas de proteção integral, permitindo apenas a pesquisa e a visitação, para o ecoturismo e a Educação Ambiental.

A reportagem sobre a RPPN de Toque-Toque Pequeno termina mostrando um pequeno grupo de pessoas realizando ecoturismo na reserva, o que acaba dando voz não só ao guia turístico, como a um turista alemão pertencente ao grupo em visita na área. As imagens mostram os turistas praticando o *canoing* e depois focaliza, do alto da reserva, a praia de Toque-Toque Pequeno. No canto esquerdo do vídeo aparece a logomarca do programa, no centro a seguinte legenda: "Imagens / Elizeu Ferreira". O som é de música que alterna suavidade e dramaticidade. Entra a última locução em *off*: *O sucesso desse projeto piloto pode* (imagem do *canoing*) *incentivar novas criações de Reservas Particulares do Patrimônio Natural* (imagem da tabuleta da entrada da reserva, depois da corda na descida da cachoeira, muita mata e legenda: "Auxiliar de câmera / Flavio Alves Ferreira"), *contribuindo dessa forma para a conservação da biodiversidade brasileira* (Legenda: "Edição de texto / Wanderley Scarpin"). O som da música se eleva, imagem deixa a cachoeira e vai para a praia, aparece legenda: "Pós-produção / Roberto Cataldo". Imagem vai se distanciando até fechar.

Volta a apresentadora do programa, Flávia Lippi, que acrescenta informações e ainda convida o telespectador a criar uma RPPN, ela diz: *Atenção, você que tem uma área particular com espécies vegetais e animais e quer transformá-la em reserva. Quem tem acesso à Internet*

pode entrar no site *do IBAMA para saber os passos de uma RPPN, como a que você acabou de assistir*. Corte no enquadramento e em seguida a tela toda é ocupada pelos seguintes dizeres: "Informações sobre RPPN, *site* www.ibama.gov.br". A voz de Flávia Lippi, neste momento, em *off*, continua: *entre na página de unidades de conservação, onde estão as informações sobre Reserva Particular do Patrimônio Natural.* É interessante notar que mesmo depois de finalizada a reportagem, Flávia Lippi complementa o que foi dito na locução final, reforçando a importância de se criar esta modalidade de reserva, explicitando a intenção do programa de estimular a criação de novas RPPNs.

Uma vez analisada a reportagem constatamos duas circunstâncias distintas voltadas para a conservação da natureza. Durante a reportagem são enfatizadas as duas atividades desenvolvidas na RPPN Toque-Toque Pequeno: pesquisa científica e ecoturismo. Após o desfecho das imagens *in loco*, a apresentadora Flávia Lippi oferece informações para a criação de RPPNs. Nesta reportagem o cotidiano da reserva valoriza a pesquisa científica, sendo esta atividade um dos atrativos para a criação de novas RPPNs em áreas particulares com exemplares de animais e vegetais. As informações passadas pela apresentadora para a criação de novas reservas, associadas às imagens *in loco* e os depoimentos dos biólogos, acabam oferecendo um atrativo para os proprietários de áreas deste tipo, sugerindo que eles podem patrocinar um trabalho parecido com aquele que os biólogos realizam no início da reportagem quando informam que na reserva de Toque-Toque Pequeno está sendo realizado um levantamento da fauna e da flora. Por fim, as palavras de Flávia Lippi reforçam o convite à esta iniciativa: *Atenção você que tem uma área particular com espécies vegetais e animais e quer transformá-la em reserva.*

A apresentadora não passa informações sobre como chegar até a reserva, revelando que o encadeamento é alinhavado pela pesquisa e não pelo ecoturismo. Tanto é que, em outros

momentos, a reportagem utiliza imagens e sons endereçados a um público que pode conhecer e reconhecer espécies científicas, como o camarão átia, o jequitibá e o palmito jussara, que são mostrados e identificados pela fala em *off* como tais. Um telespectador comum teria condições de reconhecer estas espécies? Resta apenas acreditar na locução em *off*. Assim, o discurso científico é valorizado, levando ao entendimento de que as reservas estão sempre "abertas" aos cientistas e "fechadas" às pessoas comuns. Esse acaba sendo o tratamento que o programa dá a uma questão polêmica em relação às reservas: a presença de pessoas dentro delas. Parece que as reservas estão sempre "abertas" apenas aos cientistas.

Novamente fazemos referência ao trabalho de Serrão (2002, p. 141) que, ao discutir o processo de preservação da reserva da mata de Santa Genebra (Campinas, SP), mostra que a mesma possui uma cerca que impede as pessoas comuns de entrarem sem autorização, mas está aberta aos cientistas. Nas palavras da autora:

> Por exemplo, a prática discursiva científica aposta que, se a floresta for aberta a todos, eles — todas as outras pessoas exceto aqueles que "sabem" como interagir com o mundo natural — poderão destruí-la, perturbá-la, mesmo que esses todos sejam aqueles que pagam impostos e que sustentam a estrutura científica e tecnológica da mesma sociedade.

Esta mesma autora comenta que a ciência, além de contribuir para o processo de formalização de reservas, determina regras para "inventar" esses lugares, cuja manutenção deve seguir as recomendações relativas ao que pode e ao que deve ser feito.

Estas questões mais polêmicas não são abordadas pelo programa, que deixa de discuti-las. Ressaltamos a questão da presença/ausência de pessoas neste tipo de reserva. As discussões vão

surgir após o encerramento da série, durante o debate realizado dedicado às RPPNs, exibido no programa Biodiversidade Debate[5] apresentado no dia 05/05/2002.

Ali estavam presentes Maria Tereza Jorge Pádua — Diretora Fundação Pró-Natureza (Funatura) — e Célia da Silva Pereira — Especialista em Análise e Planejamento Ambiental e Coordenadora Nacional do núcleo de RPPN do IBAMA[6]. Em uma das falas de Maria Tereza fica evidente sua visão relativa às reservas particulares. Vejamos sua resposta ao jornalista Ricardo Arnt, que a questiona sobre este problema:

> *Você diz que a RPPN deveria estar entre as unidades de conservação de uso indireto, aquelas de proteção integral, e não entre as de uso direto, por quê? As RPPNs afinal não são habitadas pelos proprietários?* Ela responde: *Pois é, porque elas estão na verdade na Lei 9.985, a Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, elas ficaram como de uso direto, mas eu estava te explicando que elas nasceram como de uso indireto, então é só um uso dos recursos sem aproveitamento econômico, né, acho que assim todo mundo entende. Elas nasceram assim, na lei elas estão assim, eu acho extremamente importante porque, se você permitisse o uso direto para uma RPPN, o proprietário particular teria as vantagens que a lei faculta, a isenção do imposto territorial, não iria ter problemas com reforma agrária, ou invasão, ou seja o que for, que a RPPN não tem, não é? E poderia assim mesmo, produzir na terra como qualquer outro brasileiro, qualquer outra região, não faria muito sentido. A RPPN o objetivo dela sempre foi preservar, conservar a biodiversidade, nós não podemos conservar a biodiversidade com o plantio no mesmo espaço de soja, arroz, algodão, não podemos, ou até de pinhos e eucalipto. No caso, para preservar a biodiversidade é que existem as RPPNs que são particulares, não é? De domínio privado. Então para preservar a biodiversidade isto é incompatível com o uso direto, com o plantio ou uso da madeira, o uso do solo, da flora ou da fauna.*

Mas, na lei que estabelece o SNUC, as RPPNs estão alocadas na modalidade de reservas que podem fazer uso dos seus recursos naturais. A esse respeito, Theulen (2003, p. 9) comenta:

> Embora concebida desde 1990, como de proteção integral, a partir da aprovação da lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a RPPN passou a ser considerada como categoria de manejo integrando o grupo das unidades de uso sustentável. Porém o único inciso que tratava da utilização de recursos foi vetado, sendo permitido apenas atividades de pesquisa científica e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. Ou seja, esta categoria é, por

[5] Este programa foi apresentado na época da coleta dos dados, e por isso foi gravado e decupado.

[6] Também estavam presentes como debatedores os jornalistas: Ricardo Arnt – Editor da Revista "Exame"— e Washington Novaes – Consultor do primeiro relatório nacional para a convenção sobre a biodiversidade e supervisor geral do Repórter Eco.

> princípio e por definição, de proteção integral e, por erro, está classificada no grupo de uso sustentável.

Esta suposta falha na lei permitiu que os proprietários de RPPNs do Estado de Minas Gerais, reunidos no I Seminário de Reservas Particulares de Minas Gerais, elaborassem a Carta de Peti, que reivindicava o direito ao uso de partes dos recursos naturais das RPPNs. Destacamos a seguir duas das reivindicações que traduzem esta preocupação:

> 1) que o IBAMA faça, em conjunto com as associações e proprietários de RPPNs, a regulamentação de normas de uso dessas reservas;
>
> 2) criação de instrumentos jurídicos que permitam o desenvolvimento de atividades não impactantes, tais como: coleta de sementes, mudas, plantas medicinais e ornamentais, em reservas privadas reconhecidas pelo Poder Público. (COSTA, 2001).

As decisões sobre o que é permitido realizar nas RPPNs são reflexo de uma disputa política que se estabeleceu na regulamentação do SNUC, já comentadas neste capítulo. O resultado desta disputa torna-se visível quando a referida lei não contempla nem os proprietários das reservas que pressionam o Governo na busca de soluções para o uso dos recursos naturais nas RPPNs e nem mesmo os especialistas na área que acreditam que esta modalidade de reserva está situada entre aquelas de uso direto dos recursos, quando deveriam estar entre as de uso indireto.

O 2° parágrafo do artigo 21, que regulamenta o uso das RPPNs, trata justamente do que é permitido realizar nesta modalidade de reserva:

> § 2° Só poderá ser permitida, na Reserva Particular do Patrimônio Natural, conforme se dispuser em regulamento:
> I – a pesquisa científica;
> II – a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais;
> III – (VETADO).

Com o veto ao inciso terceiro, a lei restringe o uso destas reservas às atividades científicas e à visitação com objetivo turístico, recreativo e educacional. Ora, estas atividades podem ser realizadas em algumas reservas de uso indireto. Mas, por que não foi possível estabelecer esta

discussão na reportagem sobre a RPPN Toque-Toque Pequeno ou nas outras reportagens da série? Como dissemos anteriormente, a discussão aconteceu, mas foi realizada em outro programa, o Biodiversidade Debate, cujo objetivo foi discutir a série já apresentada pelo programa Repórter Eco no Quadro sobre biodiversidade.

Em análise realizada sobre o programa Globo Ecologia, Andrade (2003, p. 203) observa que diálogos polêmicos não fazem parte dos princípios que regem os meios televisivos. Os vários depoimentos, mesmo quando trazem pontos de vista diferentes, não ficam evidentes para os telespectadores, pois todos os depoimentos parecem convergir para uma polifonia consensual e "as contradições que provavelmente possam existir não se encaixam no espetáculo televisivo, essencialmente visual e pouco afeito a polêmicas que descartem os efeitos estéticos e adentrem pelos exercícios da argumentação".

A posição de Andrade (2003) sugere que é impensável testemunharmos um debate entre as pessoas que aparecem na reportagem dialogando entre si e esquecendo-se dos telespectadores. O diálogo deve ser estabelecido entre os "atores" que prestam os depoimentos e os telespectadores, pois é assim que se dá o processo de endereçamento da televisão.

No programa Biodiversidade Debate, em razão de seu formato que visa exclusivamente a discussão especializada, as pessoas convidadas trocam idéias e pontos de vistas divergentes; contudo, a questão sobre a possibilidade da presença de moradores nas RPPNs mais uma vez não ficou esclarecida.

Em outra reportagem da série, que passaremos a analisar logo abaixo, não há o atrativo da beleza cênica do local da reportagem; trata-se, como veremos, da recuperação de uma área degradada, o que coloca a discussão sobre a presença humana em outro patamar.

3.2. RPPN Fazenda Bulcão

A última reportagem da série Reserva Particular do Patrimônio Natural, apresenta a RPPN Fazenda Bulcão, de propriedade do fotógrafo Sebastião Salgado. Esta reserva foi a primeira do Brasil a ser criada em área degradada. Reconhecida como reserva particular pela Portaria I.E.F. nº 081, de 07 de outubro de 1998, a RPPN abriga o Instituto Terra[7], uma ONG que desenvolve projetos de educação e recuperação ambiental da Mata Atlântica na região onde está situada. Para isso, estabeleceu parceria com o Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO), com a Companhia Vale do Rio Doce, com o Ministério do Meio Ambiente (subprograma Projetos Demonstrativos) e com a empresa de cosméticos Natura S/A.

A recuperação da Mata Atlântica, desmatada a partir da década de 1920, será realizada mediante pesquisa e avaliação de técnicas de baixo custo, contando com a participação comunitária e prevê também o desenvolvimento de atividades educativas com a finalidade de disseminar as técnicas de conservação (LEITE, 2000).

A reportagem sobre a RPPN Fazenda Bulcão foi exibida no dia 28/04/2002 e, mais uma vez, a abertura de Flávia Lippi seguiu o padrão de todas as outras reportagens inseridas no Quadro sobre biodiversidade. Ela diz:

> *A rica biodiversidade brasileira. O quadro sobre biodiversidade, resultado da parceria entre a TV Cultura e a Natura, apresenta hoje a última reportagem da série sobre RPPN — Reserva Particular do Patrimônio Natural. Você vai conhecer a RPPN Fazenda Bulcão, em Minas Gerais, que investe no plantio de mais de trezentas mil mudas de espécies da Mata Atlântica. O projeto tem apoio da Natura e o dono da reserva é Sebastião Salgado, considerado um dos maiores fotógrafos do mundo.*

[7] O Instituto Terra é uma entidade privada sem fins lucrativos, com sede em Aimorés, MG. Seu Conselho Diretor é composto por Sebastião Salgado (Presidente), Lélia Wanick Salgado (vice-presidente), Celso Luiz Marques, Virgílio Viana, Renato Moraes de Jesus, Rodrigo Andrade e Luís Paulo de S. Pinto. Seu Conselho Consultivo é composto por Célio Vale, Francisco Buarque de Holanda, João Pedro Stédile, José Mindlin, Gustavo Fonseca, Fernando Morais e Russel A. Mittermeier. Tem como objetivo promover, executar e apoiar programas e ações concretas de conservação, recuperação, gestão e educação ambiental. (LEITE, 2000).

Esta apresentação inicial salienta algumas características da reserva que serão retomadas durante toda a reportagem, quais sejam: a recuperação da Mata Atlântica e o trabalho do fotógrafo Sebastião Salgado. Este último transfere para a reportagem seu *status* de fotógrafo mundialmente conhecido, o que contribui para a divulgação desta iniciativa.

Após esta apresentação, a imagem mostra uma serra vista a partir de um local que em seguida saberemos ser a RPPN Fazenda Bulcão, pois Sebastião Salgado aparece focalizado em plano americano. Som inicialmente natural; entra a seguinte locução em *off: A serra dos Aymorés tocada pela luz do entardecer é paisagem do sudeste mineiro* (entra legenda: "Serra dos Aymorés / Minas Gerais"), *que mora na memória de um dos fotógrafos mais importantes do mundo.* (Imagem de Sebastião Salgado, no canto direito do vídeo, meio corpo, seus gestos mostram as terras.) *Sebastião Salgado convive há décadas com este recorte de montanhas à beira do rio Doce, aqui na fazenda Bulcão, que foi do pai dele.* (Imagem da serra, com ênfase no relevo, no meio da paisagem um rio, câmera aproxima, focalizando-o mais de perto).

Corte apenas no som, câmera volta a focalizar Sebastião Salgado, que diz:

> *Meu conceito de espaço nasceu aqui. É claro que eu virei fotógrafo muito tempo depois* (Legenda: "Sebastião Salgado / Dono da RPPN/Fotógrafo"). *Mas eu acho que todo o imaginário, um sistema de imagens, um arcabouço de imagens que já trouxe comigo, eu acho que necessariamente ele veio daqui. Inclusive grande parte das minhas fotografias são de homens situados na natureza, onde eu acho que o valor da natureza é muito forte.*

Corte seco, uma série de fotografias de Sebastião Salgado é mostrada. Esta seqüência de fotos é acompanhada por uma música que diminui o volume para entrar a seguinte locução, em *off: O fotógrafo que vive na França e vem ao Brasil pelo menos uma vez por ano, registrou a degradação social e ambiental, ao acompanhar homens sem terra para trabalhar e para viver, de vários países. E não esqueceu do próprio chão, a cidade mineira de Aymorés, hoje com 25 mil habitantes.*

A exibição das fotografias de Sebastião Salgado é uma tentativa de ilustrar aquilo que ele acabara de afirmar: *Meu conceito de espaço nasceu aqui*, ou seja, reforça a busca do passado ao qual ele se refere em sua fala, pois elas revelam a preocupação do fotógrafo em "situar o homem na natureza" que, segundo seu depoimento, é uma referência que se formou na sua infância e está presente na suas fotografias. Provavelmente as fotografias foram filmadas a partir do seu livro "Terra". Doze fotos foram selecionadas de uma coleção de 107 fotos do livro mencionado. Ao serem selecionadas entre tantas outras, essas fotos ganham densidade e adquirem sentidos, "[...] uma vez que nelas estaremos 'vendo' também todas as outras excluídas, mas que sabemos existir" (OLIVEIRA JUNIOR, 2000).

Segundo Coutinho (2001, p. 74), a presença de fotografias na televisão transmite veracidade à fala, "como se a imagem pudesse conferir veracidade à palavra". Por outro lado, esta mesma autora comenta que a fotografia pode trazer outra simbologia, uma linguagem icônica que vem sendo construída na nossa memória, remetendo a outro espaço-tempo que não o local da tela e o tempo presente. É o que acontece nesta reportagem: por não ter o que mostrar — a reserva foi criada em área degradada sem beleza cênica — o programa opta por mostrar as fotografias de Sebastião Salgado, que vão trazer o passado, a memória do fotógrafo relatada em todas as sua falas.

Assim, essas fotografias dão existência à fala de Sebastião Salgado, não apenas reforçando o seu passado, sua infância, que ele próprio admite ter influenciado o seu arcabouço de memória impregnado na sua fotografia, mas também valorizando as pessoas que vivem do trabalho na terra, em constante luta pela vida.

Para Gonçalves Filho (1988, p. 95), as pessoas que estão seduzidas pelo sonho de um lugar sem classes, os trabalhos da memória podem estimular "a atenção de um olhar zeloso,

entusiasmando a luta política não apenas em direção ao futuro, mas também em direção aos mananciais simbólicos e às esperanças históricas do passado". É o que vemos nas fotografias "escolhidas" para o conjunto de imagens desta reportagem. A luta pela terra, Gente da terra, Trabalhadores da terra, são frases que compõem as legendas destas fotografias no referido livro e revelam a valorização que Sebastião Salgado atribui ao homem em luta pela sobrevivência, mostrando a beleza que muitas vezes fica escondida pelos padrões estéticos banalizados pela massificação da cultura.

A ausência da paisagem natural, já devastada, é substituída pelas reminiscências de Sebastião Salgado — valorizadas a ponto de fazerem parte do eixo condutor da reportagem —, que são ilustradas com suas fotografias, revelando a beleza escondida no rude. Por isso ele é mundialmente conhecido e seu trabalho respeitado.

Após a exposição das fotografias há um corte seco nas imagens. Aparecem pessoas andando na rua ou praça de uma cidade. Novamente um corte seco, voltam imagens do local da reserva, onde Sebastião Salgado aparece caminhando com a esposa, Lélia Wanick Salgado. A locução em *off* continua:

> *Junto com a mulher, Lélia Wanick Salgado, editora de livro e organizadora de exposições, comprou a fazenda de 650 hectares que era do pai e retirou o gado daqui. Em 98 eles criaram a primeira RPPN, Reserva Particular do Patrimônio Natural, em área degradada do Brasil e por meio do Instituto Terra* (Imagem de uma casa em construção), *uma ONG fundada pelo casal, trabalham para formar um centro de referência de informações sobre reflorestamento e uso do solo. É para unir recuperação ambiental à permanência do homem no campo.*

A área é bastante degradada, por isso a equipe de reportagem parece não ter belas imagens para mostrar, ao contrário da reportagem sobre a reserva de Toque-Toque Pequeno. Talvez este seja o motivo de as belas fotografias de Sebastião Salgado serem exibidas na reportagem, pois elas, como já dissemos, reforçam a importância do homem inserido na natureza. Este aspecto

ganha densidade nas falas de Sebastião Salgado, como aquela apresentada no depoimento anterior: *parte das minhas fotografias são de homens situados na natureza, onde eu acho que o valor da natureza é muito forte.* Fica a cargo da locução em *off* trazer a idéia de reserva atrelada à conservação da natureza.

A tensão estabelecida entre os depoimentos de Sebastião Salgado — que busca o resgate do homem — e a locução em *off,* introduzindo a natureza degradada e a proposta de sua recuperação, permanece em toda reportagem. As imagens da fazenda Bulcão, área degradada e, por isso, sem atrativos espetaculares, são intercaladas com imagens das pessoas que prestam depoimentos. A própria repórter da TV Cultura aparece em um dos depoimentos. Sua imagem é captada em plano americano, tendo ao fundo a fazenda. Este depoimento aparece logo após a locução em *off* comentada anteriormente. A legenda: "Claudia Tavares / Fazenda Bulcão", identifica a repórter e a torna testemunha ocular da RPPN. Ela diz:

> *Toda essa região do município de Aimorés, que fica a quase 500 Km de Belo Horizonte e a quase 200 de Vitória do Espírito Santo, onde está a RPPN, já foi exuberante em Mata Atlântica, mas a derrubada de árvores para gerar espaço para plantio de culturas como o café, formar pasto para o gado e gerar energia para locomotivas foram implacáveis, sobrou muito pouco da floresta. O que a equipe do Instituto Terra quer é trazer a vida de volta, vida que marcou a infância do fotógrafo.*

Corte. Câmera mostra em *close-up* as folhas de uma planta. O fundo musical selecionado confere dramaticidade às imagens. Corte, volta imagem de Sebastião Salgado próximo a uma pequena encosta. Ele gesticula para apontar o lugar, enquanto diz:

> *A vida aqui era muito forte quando eu era menino, sabe, muito interessante. Nessa parte onde nós estamos, aqui era uma parte da mata muito imensa, ela ia até bem mais embaixo e para cima. Nós tínhamos aqui um pedaço de mata fantástico e a tarde era muito interessante, você ficava embaixo na sede, no curral e você ficava escutando os macacos aqui em cima, você entende.*

Corte rápido nas imagens e som, volta a música anterior, câmera focaliza os galhos de uma árvore. Corte, Sebastião Salgado aparece e continua seu depoimento:

> *Aqui a gente produzia arroz, produzia feijão, produzia batata, produzia leite, produzia carne de porco, produzia gado para ser vendido, né? E chegava a trabalhar 35 famílias nessa propriedade. Então, a quantidade de criança aqui dentro [...] era uma vida total. A gente vivia quase um sistema de autarquia, era quase um sistema auto-suficiente de produção.*

Corte rápido nas imagens e sons, aparece capim balançando ao vento e a mesma música. Retorna Sebastião Salgado, que finaliza sua fala: *uma vida tão forte, tão densa, tão intensa e a gente não podia imaginar naquela época que tudo iria acabar.*

Esta alternância entre as imagens do fotógrafo prestando depoimento e as imagens focalizadas em plantas com fundo musical denso conferem dramaticidade à cena. O espetacular que não pode ser atribuído às belas imagens do lugar é transferido para a fala de Sebastião Salgado, muito mais voltada para resgatar a vida das pessoas daquele lugar do que para resgatar a mata. Percebemos, então, um conflito — que o programa não valoriza e sim tenta apagar — nesta idéia de conservação da natureza, quando as locuções em *off* trazem dados mais técnicos e científicos da conservação, ao passo que o depoimento de Sebastião Salgado busca resgatar uma harmonia entre o homem e a natureza que ele percebia existir na época de sua infância.

Além de alinhavar as falas do fotógrafo, a locução precisa trazer a idéia de conservação da natureza que foi degradada; é o que diz a seguinte locução em *off*: *Hoje não faltam exemplos de desequilíbrio que a perda da floresta provocou.* (Imagem mostra erosão na terra e raízes expostas de uma árvore.)

Retorna o depoimento de Sebastião Salgado que, focado em plano americano na Fazenda Bulcão, aponta com as mãos um local e diz:

> *Aqui foi uma lagoa profunda. Uma lagoa interessante, quando a gente era menino, a gente vinha nadar aqui, pescar traíra, pescar lambari. E hoje, hoje, tá verde porque é época de chuva, tem um pouquinho de água, mas essa parte aqui ficou inteiramente assoreada, inteiramente morta, com o desmonte dos morros ao lado, isso foi uma erosão brutal.*

Suas falas sempre resgatam a vida que existia naquele lugar, tanto é assim que a importância dada à lagoa assoreada está mais voltada à lembrança dos meninos de outrora, inclusive ele, nadando e pescando naquele lugar, contrabalançando outra tendência que vê a conservação da natureza sem considerar a presença humana. Os aspectos técnicos e científicos da conservação são marcados pela locução em *off* que vem logo depois:

> *Na área onde o gado foi retirado há oito anos, a mata vem se regenerando naturalmente. Escondidos na floresta vivem aqui cerca de 150 espécies de aves* (Imagem mostra um passarinho) *e 18 de mamíferos, algumas ameaçadas de extinção, segundo levantamento feito pela ONG Instituto Terra* (*Close* em plantinha nascendo no chão). *O plantio de 300 mil mudas* (*Close* nas mudas) *de cerca de 125 espécies de Mata Atlântica, o que cobre 25% da área, marca o projeto de reflorestamento. A intenção é chegar a mais de um milhão de árvores* (Imagem de vários ângulos do viveiro de mudas). *As mudas virão deste viveiro e de um outro que será construído ao lado. As experiências são monitoradas por cientistas* (Imagem de sementes que preenchem a tela toda e em vários outros tipos de frutos com sementes), *para que possam vir a ajudar na recuperação de outras áreas degradadas.*

Estas últimas imagens do passarinho, de mudas e de sementes não foram, necessariamente, filmadas na reserva. Elas podem ter sido obtidas em um banco de imagens ou filmadas em outros locais. Não importa, a locução e a edição apagam a transposição das imagens, que, dessa forma, parecem ter sido obtidas no lugar onde aconteceu a reportagem e dão existência à fala que dá importância à pesquisa realizada na reserva. A locução em *off* menciona que a experiência do viveiro será monitorada por cientistas, valorizando um dos objetivos das reservas particulares, a atividade científica.

Logo após esta seqüência de imagens, vai ser mostrada a casa de Educação Ambiental que, embora ainda esteja em construção, já oferece cursos. As imagens mostram uma sala de aula

típica, alunos enfileirados olham para frente, onde um suposto professor usa alguns recursos típicos de uma aula: um quadro e um retroprojetor.

Será que estas imagens foram obtidas pela equipe da TV Cultura no dia que realizaram a reportagem? Ou foram registradas anteriormente pelo Instituto Terra e repassadas para a reportagem? Os telespectadores não têm condições de saber. O que eles ficam sabendo é o que a locução em *off* pode dizer, já que a situação mostrada não é realizada diariamente e as pessoas que aparecem — alunos e professor — não fazem parte do cotidiano daquele lugar, o que impede qualquer tipo de simulação.

A locução em *off* diz:

> *O centro de educação ambiental para difundir as experiências está em construção na fazenda do fotógrafo. Toda madeira usada na obra é de reflorestamento. Não inaugurou, mas já recebe professores da região para os cursos gratuitos. Também deverão passar por aqui produtores rurais integrantes do MST e tratoristas da região de Aymorés.*

Auxiliadas por esta locução, as imagens tornam-se suficientes para garantir o processo significativo da mensagem. Esta é uma das condições que dão realidade e veracidade às informações veiculadas na televisão, mesmo que elas não sejam "tão" reais. Somos conduzidos a admitir que este é objetivo da reportagem a partir das cenas e depoimentos filmados e editados por uma equipe. Assim, situações inusitadas podem ser apagadas para conduzir a matéria a um determinado entendimento já pré-estabelecido.

A equipe de reportagem poderia, por exemplo, ter aproveitado a aula para entrevistar alguns alunos, ou até mesmo o professor, o que substituiria o depoimento de Lélia Warnik Salgado, que relata o que eles querem fazer na escola. Ela diz:

> *O que nós queremos passar é justamente uma maneira de utilizar a terra* (Entra legenda: "Lélia Warnik Salgado") *e viver da terra muito mais coerente do que essa maneira que vem sendo usada até hoje no Brasil. Tendo esse centro, por exemplo, trabalhando com os agricultores, a gente quer saber as necessidades deles. O que você pensa em fazer,*

> *qual é a sua necessidade. E a partir dessas necessidades, nós vamos procurar as pessoas. As pessoas especialistas são essas pessoas que virão dar o curso aos agricultores* (Imagem de pedreiro preparando a massa para a construção).

As pessoas que são mostradas (alunos, professor e pedreiros), mas que não têm permissão para falar, são transformadas em figurantes, conferindo verossimilhança à descrição da RPPN Fazenda Bulcão e do que o Instituto Terra busca ou tem intenção de fazer. As falas autorizadas são as de Lélia Wanick Salgado e de Sebastião Salgado, mesmo que elas não esclareçam sobre a importância das reservas particulares para a conservação da natureza. Parece que nesta reportagem o mais importante é a legitimidade alcançada por Sebastião Salgado como figura pública, tornando-o ideal para incentivar a criação de novas RPPNs. Mesmo que a reportagem tenha que apagar as contradições que possam aparecer na fala do fotógrafo relativa à idéia de conservação da natureza que o programa parece veicular, sendo esta última mais voltada para a criação de reservas como locais de lazer, contemplação da natureza, de pesquisa científica e não o lugar de pessoas, observemos um dos últimos depoimentos de Sebastião Salgado ao final da reportagem:

> *Em se falando em recuperação ambiental, eu acho que a gente tem que falar em recuperação de cidadão, recuperação de direito de viver, não é isso? Recuperação de todas as condições sociais, porque existe hoje quase que todo um processo de reeducação, de recuperação, de readaptação a uma terra degradada e um processo dinâmico de reconstrução e fazendo novamente uma condição de vida decente para todas as pessoas que moram numa área desta.*

Sebastião Salgado associa a recuperação da mata à recuperação da vida, não só da mata como das pessoas. Esta poderia ser a melhor propaganda para a criação de reservas particulares? Não encontramos nos objetivos das RPPNs presentes na Lei do SNUC nenhuma idéia que possa contribuir com o resgate da memória; no entanto, a reportagem se esforça para veicular uma referência à beleza cênica, que foi buscada nas célebres fotografias de homens inseridos na natureza, mas não ao resgate da vida das pessoas. As falas de Sebastião Salgado apontam para

outra direção para agregar um outro valor a esse tipo de reserva: o resgate do passado e da vida que existia antes, mesmo que este passado tenha contribuído para a devastação da Mata Atlântica. Mas esta tensão em recuperar vidas — a da floresta e a do homem — não está presente na reportagem. Talvez por ser a televisão, como já foi mencionado, um meio pouco afeito às polêmicas. Embora os próprios depoimentos, tanto de Sebastião Salgado como de sua esposa, utilizem argumentos que contradizem suas próprias falas, de alguma maneira estas contradições são apagadas.

A reportagem é finalizada com as seguintes vozes:

> *Nossa esperança para o futuro é que realmente esse lugar vire um pouco do que ele já foi antes. E que isso seja também um pouco de exemplo que sirva de exemplo para a região, para todos que vierem. Porque, realmente, eu acho que a gente pode reverter esse caminho tão infeliz que foi tomado.* (Lélia Wanick Salgado).

(Imagens de erosão, terra sem plantação).

> *Houve um esvaziamento, um empobrecimento da terra, houve a morte da terra, e as pessoas morreram juntas, morreu a escala de valores, ela se precipitou. E a tendência hoje, a tentativa hoje que a gente tá com esse projeto é oferecer além da possibilidade de uma recuperação ambiental, uma outra escala de valores. Onde a gente possa junto, refazer, recuperar, eu acho que a gente pode recuperar o planeta* (Sebastião Salgado).

(Imagem da natureza com flor no canto esquerdo do vídeo. Entra legenda: "Edição de imagens / Fábio Rodrigues". Trilha sonora dramatizada, corte seco. Termina a reportagem).

Na fala de Lélia Wanick Salgado fica realçada a importância das ações ambientais como exemplo, aspecto também observado na reportagem sobre o Projeto Baru, com o destaque final dado pela coordenadora técnica do projeto, salientando que o mesmo pode servir de exemplo, já que a idéia desenvolvida é "reaplicável" em qualquer outro bioma. A idéia de modelo aparece com freqüência no discurso ambiental veiculado no Repórter Eco. Ele é reiterativo nesta questão modelar, mas não faz as devidas distinções relativas ao local, à cultura e ao bioma, como já

apontamos no capítulo anterior. O programa dá destaque para ações que possam ser aplicadas para a proteção da natureza, ao invés de explorar a complexidade deste assunto.

Chamamos a atenção para outro aspecto da fala de Lélia Wanick Salgado, quando diz: *Nossa esperança para o futuro é que realmente esse lugar vire um pouco do que ele já foi antes [...];* o "antes" que Lélia Wanick Salgado quer resgatar foi um tempo em que já se desmatava para o plantio de café, de arroz, de feijão. Lembranças que estão presentes em fala anterior de Sebastião Salgado: *Aqui a gente produzia arroz, produzia feijão, produzia batata, produzia leite, produzia carne de porco, produzia gado para ser vendido, né?[...].*

De alguma maneira estas falas estão relacionadas à ocupação humana da Mata Atlântica, pois o início da devastação daquela região remonta à década de 1920, fato lembrado no texto de Leite (2001) que faz a apresentação do projeto do Instituto Terra, com sede na RPPN Fazenda Bulcão. Apresentado no I seminário sobre RPPNs do Estado de Minas Gerais, o texto descreve o projeto de recuperação Florestal da Fazenda Bulcão: "anteriormente coberta pela exuberante Mata Atlântica e que foi progressivamente desmatada a partir da década de 20 e se encontra atualmente bastante degradada".

É interessante notar que as razões dadas por Sebastião Salgado para valorizar aquele local, rememorando sua infância, foram de certa forma as mesmas que contribuíram para a devastação da Mata Atlântica. Plantações de café, formação de pasto para o gado foram ações que acarretaram a devastação deste bioma. Em estudo realizado sobre a história da devastação da Mata Atlântica, Dean (1996) comenta que um dos perigos que esse bioma enfrentou no surgimento do século do café (séc. XIX) foi a idéia que chegou a ser compartilhada como valor de crença, segundo a qual o café tinha que ser plantado em solo coberto por floresta "virgem". Mesmo sendo o café uma planta perene, as plantações mais velhas não eram replantadas, mas

abandonadas e novas faixas de florestas primárias eram devastadas para manter a produção deste grão.

Dean (1996) comenta que quase todas as transformações físicas e econômicas ocorridas entre as décadas de 1950 a 1970 estavam relacionadas à região da Mata Atlântica. Muitos investimentos foram realizados por empresas nacionais e multinacionais que se concentraram no "triângulo industrial" formado pelas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, espaço geográfico no qual a indústria se expandiu rapidamente, trazendo consigo o crescimento populacional:

> A maior parte desse aumento da população ocorreu nas cidades, mas o extermínio das últimas faixas de florestas convertíveis em fazendas e pastagens se intensificou em um período de prosperidade global e crescimento mundial da demanda de café, algodão, cacau e soja e de crescimento da demanda urbana por estas e outras matérias-primas e gêneros alimentícios. (DEAN, 1996, p. 282)

Diante dos sucessivos processos de devastação da Mata Atlântica ocasionados desde o Brasil Colônia, como já foi comentado no início deste capítulo, é interessante notar que somos "herdeiros" de uma visão conturbada das nossas florestas. Sevcenko (1996) comenta que neste impasse se misturam duas visões: a do colonizador, do desbravador que destruiu a floresta e, em contrapartida, a visão poética que as matas suscitavam em algumas pessoas. É esta última visão que fica manifesta na fala de Sebastião Salgado, querendo recuperar o que ficou perdido, não só a natureza, mas o respeito pelo homem. A interferência do homem sobre a natureza relatada nos depoimentos de Sebastião Salgado e Lélia Wanick Salgado se refere a uma visão idealizada, são lembranças de uma época que não existe mais, acompanhadas de um outro olhar sobre a conservação da natureza. Um olhar que vê uma relação mais harmoniosa entre os homens e entre estes e a natureza, no tempo passado.

De um outro contexto extraímos um exemplo diverso de cuidado com a conservação da natureza. Quando era criança na Inglaterra, Schama (1996) e outros alunos da sua escola colocavam pequenas folhas verdes numa árvore de papel e, conforme a árvore era preenchida, a custo de seis *pences*[8] cada folha colocada, uma árvore de verdade era plantada no solo da Galiléia. Este autor comenta que era pouco o que ele e as outras crianças sabiam sobre a existência da floresta que plantavam de longe, tudo o que sabiam era que a criação do novo estado de Israel significava "voltar à origem do nosso lugar no mundo, ao berço da nação [...] E se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem" (SCHAMA, 1996, p. 16-17).

Este mesmo autor argumenta que nem todas as culturas se relacionam com a natureza da mesma maneira. "O que os mitos da floresta antiga significam para uma cultura européia pode se traduzir em algo totalmente diverso de outra cultura" (SCHAMA, 1996, p. 25).

3.3. A presença/ausência das pessoas nas reservas

Nas reportagens analisadas no programa Repórter Eco chama a atenção a ausência de moradores locais em boa parte das seqüências mostradas. Das quatro reportagens da série sobre as RPPNs, apenas uma delas apresenta um morador local. Trata-se da primeira delas, que mostra um homem, Dito Verde, apresentado como um pantaneiro que, apesar de ter sido indenizado para deixar a reserva recém-criada, não quis sair do local. Esta reportagem não foi analisada em razão

[8] O valor arrecadado com as folhas verdes era dado para a arborização da região árida do recém-criado Estado de Israel.

da dificuldade em obter uma cópia do programa[9], mas, mesmo sem examinar a reportagem, é possível notar que o depoimento deixa implícita a impossibilidade de haver moradores neste tipo de reserva, já que ele foi indenizado para sair do local.

Nas outras reportagens aparecem pessoas, mas estas não são identificadas como moradores locais. Na reportagem da RPPN Toque-Toque Pequeno, há os biólogos e os turistas, além do dono da reserva. Sebastião Salgado e Lélia Wanick Salgado são os donos da RPPN Fazenda Bulcão, mas não moram no local, o que é perceptível pela própria locução em *off* no início da reportagem: *O fotógrafo que vive na França e vem ao Brasil pelo menos uma vez por ano, [...]*. Mas em sua fala Sebastião Salgado resgata as pessoas que viviam naquele local e que fazem parte da sua história de vida. Na RPPN Jubran, nem ao menos o dono aparece na reportagem, cujas imagens na maior parte do tempo são realizadas na Reserva Ecológica de Taiamã, com depoimentos do gerente da RPPN Jubran, representante do Instituto Ecológico Sócio-Ambiental da Bacia Platina e técnicos do Ibama, ligados à Estação Ecológica.

A presença de moradores em reservas é um assunto bastante controverso, tanto na literatura, como na legislação. Esta polêmica não é dirimida no debate realizado para fechar a série RPPNs, mencionado anteriormente, Biodiversidade Debate: quando o jornalista Ricardo Arnt, editor da revista *Exame*, questiona Maria Tereza J. Pádua, vice-presidente da Funatura, a respeito das reservas particulares serem habitadas ou não, sua pergunta não é respondida.

[9] Lembramos que esta reportagem ficou fora de nossa análise, pois foi apresentada um domingo antes de iniciarmos nossas gravações do Repórter Eco.

Não há, além do depoimento de Dito Verde, nenhuma outra manifestação de antigos moradores das áreas que se tornaram RPPNs e que foram apresentadas nesta série do Repórter Eco. Somente foram entrevistadas as pessoas que desempenham funções técnicas e científicas, ou personalidades como Sebastião Salgado e sua esposa Lélia Wanick Salgado, donos da RPPN Fazenda Bulcão, e ainda Horácio Tackano, dono da RPPN Toque-Toque Pequeno. O programa não apresenta opiniões divergentes sobre a destinação deste tipo de reserva, mesmo quando elas transparecem nas falas de Sebastião Salgado, por exemplo. Mas não é possível distinguir a opinião expressa por este daquela que foi a escolhida para ser veiculada pelo programa

Nas falas de Flávia Lippi, podemos reconstituir a voz autorizada do Repórter Eco, que apresenta em diferentes momentos — abertura do programa, apresentação da matéria, conclusão — a valorização das reservas como forma de preservação da biodiversidade e ato efetivo de cidadania.

> *A rica biodiversidade brasileira. No quadro sobre biodiversidade, resultado da parceria entre a Natura e a TV Cultura, você acompanha hoje a primeira reportagem da série sobre RPPN — Reserva Particular do Patrimônio Natural. Confira a diversidade de espécies vegetais animais da maior RPPN do País. É a reserva Sesc Pantanal, que fica no Estado do Mato Grosso.* (Voz de Flávia Lippi na abertura da reportagem exibida no dia 07/04/2002).

> *[...] Você conhece a RPPN de Toque-Toque Pequeno. A reserva fica entre o litoral e a Serra do Mar e abriga espécies animais e vegetais significativas para o inventário da fauna e flora do Estado de São Paulo.* (Abertura da reportagem sobre a RPPN Toque-Toque Pequeno, exibida no dia 19/04/2002)

> *[...] Você conhece hoje a RPPN de Jubran, na região do Pantanal mato-grossense. A reserva foi criada em um lugar estratégico, fica ao lado da Estação Ecológica de Taiamã.* (Abertura da reportagem sobre a RPPN Jubran, exibida no dia 21/04/2002).

> *[...] Você vai conhecer a RPPN Fazenda Bulcão, em Minas Gerais, que investe no plantio de mais de trezentas mil mudas de espécies da Mata Atlântica. O projeto tem o apoio da Natura e o dono da Reserva é Sebastião Salgado, considerado um dos maiores fotógrafos do mundo.* (Abertura da reportagem sobre a RPPN Fazenda Bulcão, exibida no dia 28/04/2002).

A fala de Flávia Lippi — na abertura das reportagens, sempre idêntica em todas as edições analisadas — e a parceria com a empresa Natura, já prenuncia o que será focalizado em cada reportagem do programa. Na RPPN Sesc-Pantanal e na de Toque-Toque Pequeno, a atenção se volta para a pesquisa e ao ecoturismo que podem ser realizados nas áreas das respectivas reservas. Na RPPN Jubran, a pesquisa também é enfatizada, mas nesta reportagem é destacado o fato de que esta RPPN está localizada ao lado da Estação Ecológica de Taimã. A Estação Ecológica, assim como o assunto sobre reservas, passa a ser o tema de toda a reportagem. A abertura da RPPN Fazenda Bulcão valoriza a pesquisa, pois foi criada em área degradada, mas também enfatiza a presença do dono, Sebastião Salgado, colocando-o em destaque antes mesmo de começar a reportagem.

A Lei que estabelece o SNUC, em seu art. 21, § 2, normatiza o que é permitido nas RPPNs; podemos observar que os pontos salientados por Flávia Lippi correspondem ao que está estabelecido pela lei: a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. Em praticamente todas as aberturas, Flávia Lippi fala sobre a importância da pesquisa científica nestas modalidades de reserva, o que vai ao encontro da proteção da biodiversidade, que é o objetivo maior das RPPNs; a educação ambiental e o ecoturismo também são destacados.

No caso da RPPN Jubran, na abertura da reportagem, ao anunciar a reserva, Flávia Lippi não destaca as atividades de educação ambiental e ecoturismo; o que a apresentadora diz é que a RPPN Jubran está localizada ao lado da Estação Ecológica de Taiamã. Esta ênfase na localização da RPPN, ao lado de outra reserva de *status* distinto, elucida outra idéia importante inclusa no art. 25 da Lei do SNUC, a saber: "As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando

conveniente, corredores ecológicos". Se as RPPNs estão isentas desta zona tampão, não fica descartada a possibilidade das RPPNs servirem de zona de amortecimento e até mesmo de corredores ecológicos. Parece ser este o caso da RPPN Jubran criada ao lado de outra modalidade de reserva que necessita desta zona de amortecimento para a conservação da natureza.

Na reportagem sobre a RPPN Jubran, seja na sua abertura, seja em outros momentos, há uma referência à função de zona tampão que a RPPN exerce para a Estação Ecológica de Taiamã, que passa a ter, durante a reportagem, uma importância maior que a própria RPPN, o que é evidenciado pelas diversas vozes da reportagem, das quais destacamos duas:

Além de usar a área para Educação Ambiental, a RPPN foi criada numa área estratégica, é vizinha da Estação Ecológica de Taiamã. (Locução em *off*).

Então, a RPPN funciona como um colchão protegendo e prorrogando a área onde os animais perambulam e se reproduzem. (depoimento de Jacó Kupffner / Gerente RPPN/MT).

As imagens da reportagem sobre a RPPN Jubran se restringem a mostrar a Estação Ecológica de Taiamã, os depoimentos são de técnicos que trabalham na Estação, exceto o gerente e o agrônomo da RPPN Jubran, contudo, eles estão na Estação Ecológica de Taiamã. Nenhum morador local comparece nesta reportagem.

Para ampliar nossa análise, buscamos em Máximo-Esteves (1998, p. 58) um comentário sobre o entendimento atual relativo a parques, jardins e reservas, a posição da autora expressa o exemplo que alcançou o consenso relativo ao controle da natureza pela sociedade.

> Sendo, em princípio, uma reserva natural, seria suposto que fossem considerados como o último reduto da intromissão social. Mas estes parques naturais serão mesmo naturais? Ou são efectivamente parques construídos, e socializados *in extremis*, ao ponto de serem criados e reinventados com a finalidade complementar (ou principal?) de uma outra exploração — a exploração turística?

Na reportagem sobre a RPPN Toque-Toque Pequeno, o biólogo afirma que na reserva há qualidade ambiental porque não há moradores, no entanto, é fato que a reserva foi adaptada para o ecoturismo, tendo nesta atividade a sua fonte de sustentação. Então, algumas pessoas estão autorizadas a entrar no local (pesquisadores e ecoturistas), outras não (moradores). Além disso, algumas pessoas, provavelmente moradoras do entorno, são vistas pelo dono da RPPN como "invasoras", pois jogam lixo e coletam o palmito jussara para comercialização.

É interessante notar que, na idéia de reserva particular veiculada nesta reportagem, fica subtendido que algumas pessoas saem para outras entrarem. Saem os moradores do local e do entorno — eles não aparecem nas reportagens — para tornar este espaço "intocável", em seguida entram os pesquisadores e os ecoturistas, que procuram o lugar justamente por ser "intocável". A idéia do intocável parece estar ligada ao uso dos recursos naturais e a contemplação da beleza cênica, o que exclui a presença de moradores locais que necessitam fazer uso dos recursos naturais. Paradoxalmente é admitida a presença dos "visitantes".

O proprietário da RPPN Toque-Toque Pequeno diz que a criação da reserva foi uma maneira encontrada para proteger o local da ação predatória dos moradores próximos, que além da extração do palmito jussara também deixavam lixo em sua propriedade. Além da solução para os problemas imediatos, Horácio Tackano conseguiu atrair para o local pesquisadores do Projeto Biota/USP e o *apoio governamental na fiscalização* da área.

A natureza apresentada nesta reportagem só atinge os propósitos do proprietário da reserva graças ao significado que lhe é atribuído por parcelas da população que apreciam e buscam este espaço cênico como a representação da natureza intocada, "natural", para o deleite de todos que podem ter acesso a esses espaços preservados. Há também a possibilidade da educação das crianças para o respeito ao "verde", pois as pessoas são orientadas para circular na

reserva, sendo o próprio lugar (re)construído a partir de uma visão pré-determinada de natureza agradável e saudável.

Para tornar essas afirmações mais claras, vejamos a gravura abaixo, "Reprinted National Park Service, Portfolio of Park Structures, 1934" (MCCLELLAND, 1998:427):

Fig. A – (Re)construção de parques[10]

A gravura ilustra com uma certa ironia as construções dos parques para receber os visitantes. No centro da ilustração aparecem pessoas (re)plantando árvores, outras olhando um papel, provavelmente o mapa do parque em construção. Percebemos nesta imagem que o local está sendo modificado, adaptado para receber as pessoas, que não são poucas. A ação da gravura parece indicar uma construção elaborada a partir de elementos da natureza, como que feitos

[10] Imagem extraída do livro de Mcclelland, 1998, p. 427.

daquilo que a natureza oferece: pedra e madeira utilizados para edificar a ponte, a casa e os bancos.

Mcclelland (1998) oferece um histórico da construção dos parques nacionais americanos e comenta que o processo de transplantar e replantar tornou-se freqüente com a naturalização da paisagem desde 1930. Dentre os engenheiros, os *landscapes engineers* destes parques, a autora cita Charles P. Punchard, Daniel Hull, e Thomas C. Vint, cujas atividades pretendiam incentivar os administradores dos parques a usarem técnicas que conciliassem a construção de áreas artificiais com recursos nativos, criando uma forma de arquitetura que concebesse edificações com aparência "natural", dissimulando tanto quanto possível a intervenção humana.

Os serviços de criação e manutenção dos parques introduziram o conceito enunciado frequentemente como áreas selvagens, *wilderness areas*, para que as mesmas fossem consideradas intocadas, sendo seu acesso permitido apenas a pé ou a cavalo. Com o passar do tempo, algumas soluções inovadoras foram elaboradas para aumentar o número de visitantes em trilhas educacionais, sem sacrificar a natureza. O sistema de criação e aprovação dos projetos garantia que haveria uma harmonia com a natureza e que ela seria alcançada por uma dinâmica que implicava a responsabilidade compartilhada pelos administradores e pelos visitantes dos parques (MCCLELLAND, 1998).

O significado da preservação, para as pessoas que administravam e planejavam os parques, estava relacionado com a idéia de manter as condições e as paisagens naturais longe das intrusões artificiais. Ainda segundo Mcclelland (1998), essa proposta permitia restaurar áreas cujas condições naturais tinham sido perdidas devido ao uso do local em outras atividades. A preservação dos cenários naturais foi a ação principal do governo norte-americano na passagem

do século XIX para o século XX para que os parques nacionais fossem mantidos, garantido às futuras gerações o acesso e o usufruto desses lugares.

Em seus esforços para corrigir os problemas dos parques, Punchard (1919, citado por Mcclelland, 1998) estabeleceu um padrão de aparência visual a ser desenvolvido nas áreas dos parques. Esse padrão foi concebido a partir dos princípios dos jardins do século XIX, cujas paisagens eram cuidadosamente estruturadas: plantações eram usadas para encobrir as falhas paisagísticas e estradas eram abertas para melhorar o efeito das paisagens.

A idéia era (re)construir a natureza para que ela pudesse ser admirada. E com isso estabelecia-se toda uma educação do olhar, de como as pessoas deveriam andar, comportar-se nestes locais.

Não podemos deixar de lembrar que o funcionamento dos parques norte-americanos influenciou a proposta de criação das reservas brasileiras, tal como havíamos dito no início deste capítulo. Portanto, toda esta formulação de natureza intocável para ser admirada, que foi modelada e modificada, passou a se fazer presente na noção de parques, jardins e reservas. Até mesmo na legislação que estabelece as unidades de conservação no Brasil, o termo "beleza cênica" comparece no texto da lei. No capítulo II do SNUC, art. 4°, que trata dos objetivos da referida lei, destacamos o Inciso VI que ilustra o nosso argumento: "proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica".

A reportagem sobre a RPPN Toque-toque Pequeno também destaca a beleza cênica e investe na adaptação do local para receber visitantes. Se observarmos a placa, é possível perceber a tendência de utilizar material encontrado na natureza, como bambu e madeira para edificar os espaços que dão suporte à reserva. Na RPPN Fazenda Bulcão, a locução em *off* enfatiza que as madeiras usadas nas obras provem de reflorestamento — *O centro de educação ambiental para*

difundir as experiências está em construção na fazenda do fotógrafo. Toda madeira usada na obra é de reflorestamento. O reflorestamento realizado na reserva também está sendo executado com base em teorias que inclusive deverão servir de exemplo para outras experiências.

Schama (1996) comenta que os fundadores do ambientalimo moderno[11], Henry David Thoreau e John Muir, viam nos "ermos bravios" o antídoto para os venenos da sociedade industrial. Este mesmo autor adverte, dizendo que os "ermos bravios", ou a natureza selvagem, são produtos da cultura e cita, para exemplificar, o parque Yosemite (EUA), cujo estacionamento é tão grande quanto o parque. No entanto o idealizamos como o pintor Albert Bierstadt e os fotógrafos Carleton Watkins e Ansel Adams o registraram: sem a presença humana. Mesmo que não seja possível esconder totalmente esta presença, "é evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença, e conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos" (SCHAMA, 1996, p. 17).

Thomas (1996) se refere a um tempo em que o domínio do homem sobre a natureza não ia muito além dos limites naturais, ambos os domínios eram quase que comuns, depois, principalmente a partir dos tempos modernos e do crescimento das cidades, ressurgiu o novo anseio pelo campo; o progresso da lavoura criou um apreço pelas ervas daninhas, montanhas e natureza não tocada. Outro aspecto relacionado com este tipo de mentalidade civilizada diz respeito à eliminação dos animais selvagens considerados perigosos ao homem. Após o extermínio desses animais, em nome da segurança da comunidade humana, a preocupação com o risco da extinção de espécies animais selvagens que ainda restam levou a um empenho cada vez maior em proteger e conservar as criaturas selvagens no seu estado natural.

[11] Chama-se "ambientalismo moderno" ou "novo ambientalismo", o ambientalismo com características políticas, opondo-se ao "antigo ambientalismo" de caráter filantrópico (Mac Cormick, 1992, p.77).

O autor comenta com ironia o comportamento das crianças de hoje e o amor aparente voltado para os animais. Com uma dieta alimentar rica em carne e protegidas pela medicina, que se vale dos experimentos realizados com animais, à noite elas levam seus bichinhos de pelúcia para a cama; por sua vez, os adultos atribuem aos parques naturais e às áreas preservadas a mesma função que os bichinhos de pelúcia exercem para as crianças: "são fantasias que cultuam os valores mediante os quais a sociedade, como um todo, não tem condições de viver." (THOMAS, 1996, p. 357).

Umberto Eco comenta os cuidados com os animais e as atividades educativas no zoológico "Marine World África-USA" de Redwood City, São Francisco, EUA. Dentre várias descrições do local, trazemos para esta discussão um acontecimento do "Ecology Theater", considerado por Eco o centro simbólico do zôo. Neste local, o palco está arrumado para representar uma zona selvagem, onde, ao som da mais genuína música *folk*, duas garotas fazem entrar três filhotes de animais selvagens: "um leãozinho, um pequeno leopardo e um tigre de bengala de apenas seis meses". As moças dirigindo-se à platéia comentam que, embora sendo animais ferozes, são muito mansos quando encontram um ambiente agradável e amigo e convida as crianças a acariciá-los. (ECO, 1994, p. 62).

A docilidade destes animais, que Eco (1994) atribui à sonolência provocada pelas sementes de papoulas provavelmente ingeridas, sensibiliza as crianças a protegê-los, já que podem acariciá-los como o fazem com seus inofensivos "bichinhos de pelúcia",

> A emoção de acariciar um tigre de bengala não é coisa corriqueira e o público respira bondade ecológica por todos os poros. Do ponto de vista pedagógico, a coisa produz certo efeito sobre os meninos, e é claro que os ensinará a não matar os animais ferozes, admitindo-se que algumas vezes na vida lhes aconteça encontrar um. Mas para realizar esta "paz natural" (como indireta alegoria da paz social) foram necessários muitos esforços: a educação dos animais, a construção de um ambiente artificial que pareça natural, as *hostesses* que educam o público. De modo que a essência final desse apólogo sobre a bondade da natureza é o Adestramento Universal. (ECO, 1994, p. 63)

É o que parece acontecer com as reservas naturais que, discutidas nas reportagens sobre as Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Repórter Eco, exibem uma artificialização da natureza que fica escondida pelos aparatos técnicos da televisão: os ângulos que o cinegrafista escolhe para as imagens dos locais apresentados, as imagens e as falas de Flávia Lippi, as pessoas selecionadas para prestarem depoimento, a equipe que realiza a pauta e a montagem do programa. São artificializações que garantem ao telespectador uma natureza não-contaminada, já que a natureza intocada, como o próprio nome diz, está disponível apenas nas imagens.

Os parques, reservas e jardins estão se multiplicando e pretendem mostrar àqueles que visitam tais lugares um "meio ambiente colocado em uma vitrine". São estes os lugares ideais para se ensinar a amar a natureza? questionam Alphandéry; Bitoun; Dupont (1992, p. 37-38), ao que eles mesmos respondem com outra indagação:

> A natureza fica ali como que personalizada, transformada em sujeito de direito através de medidas de proteção jurídica. Isso feito, empregam-se meios técnicos, muitas vezes excepcionais e ultramodernos, para salvar espécies em perigo. Não arriscamos, assim, a deixar de lado a natureza comum, tornada antropomórfica e destinada à poluição ou à desfiguração cotidiana?

O ordenamento jurídico, em certos aspectos, acaba supervalorizando a natureza, colocando-a acima dos valores humanos e, conseqüentemente, separando-a da existência humana e das condições de sobrevivência dos contingentes populacionais radicados nos meios urbanos. O risco que se corre é o de se cometer injustiças contra esses agrupamentos humanos, em favor da suposta proteção ambiental. Ou deixar de lado a "natureza comum" mais próxima desses agrupamentos.

As imagens do Repórter Eco cumprem o papel de divulgação dos temas ecológicos, a veiculação das reportagens informam o telespectador das ações em curso, esclarecem sobre o que pode ser feito para melhorar as condições de vida da sociedade brasileira. Contudo, a questão

ecológica fica em aberto, até porque a sociedade permanece dividida entre a idéia de natureza intocada sem a presença humana e a proposta do manejo sustentável que admite a presença humana nas áreas nativas. Portanto, o Repórter Eco espelha o impasse relativo à integração dos espaços social e natural, evidenciando que esta discussão está em aberto e continuará suscitando novas idéias para a promoção da atividade humana sem a degradação da natureza.

fig. 12 - Horácio Tackano, dono da RPPN Toque-Toque Pequeno.

fig. 13 - Pessoas caminhando no interior da RPPN Toque-Toque Pequeno.

fig. 14 - Pessoas praticando o *canoing* na RPPN Toque-Toque Pequeno.

fig. 15 - Sebastião Salgado, fotógrafo e dono da RPPN Fazenda Bulcão.

fig. 16 - Sebastião Salgado mostrando área degradada na RPPN Fazenda Bulcão.

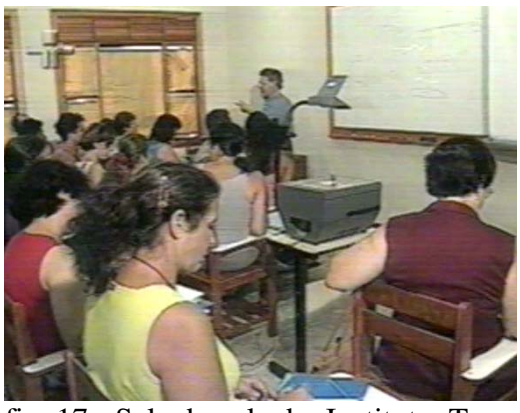
fig. 17 - Sala de aula do Instituto Terra com sede na RPPN Fazenda Bulcão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de reportagens apresentadas pelo Repórter Eco e analisadas nesta tese são diversificadas, trazem diferentes abordagens para o tema da ecologia, informando o telespectador nos mais variados assuntos: meio ambiente, natureza, sociedade e cultura. As reportagens analisadas com mais atenção, no entanto, revelam uma certa uniformidade na narrativa construída pelo programa. Os depoimentos, as locuções em *off*, as falas de Flávia Lippi e das repórteres aparentemente não se contradizem. A edição das diferentes falas são encadeadas pela locução em *off* que procura apagar as possibilidades de contradição.

A degradação do espaço natural foi enfocada na reportagem dedicada à Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Bulcão de propriedade de Sebastião Salgado. O que fica mais relevante nesta reportagem é o depoimento do fotógrafo sobre suas recordações da paisagem familiar, independente da sua constituição original, pois a propriedade rural já havia passado por sucessivas transformações até chegar ao estágio de degradação em que se encontra. O objetivo de Sebastião Salgado é recuperar uma paisagem familiar que não tem unicamente valor ecológico, mas que tem muito de sentimental. Portanto, esta reportagem tem algo especial, ela evidencia duas coisas: primeiro que não existe natureza intocável, segundo, e mais importante, todo espaço natural é também um espaço social, uma síntese cultural entre o homem e a natureza, o homem modificando a paisagem natural e, depois, querendo reconstituí-la, esperando que ela lhe devolva o tempo consumido com as ações de transformação da natureza. A recuperação do espaço degradado cumpre uma função educativa, reforçada pelas locuções em *off* que reiteram os

aspectos positivos da constituição de uma reserva particular em área degradada, como forma de possibilitar a recuperação da mata "original". A locução se encarrega de apagar possíveis contradições entre o depoimento de Sebastião Salgado que oferece suas reminiscências de um tempo em que já havia as lavouras onde antes era vegetação nativa.

Na série dedicada às RPPNs fica evidente a educação para o ambiente, uma característica do Repórter Eco observada nas edições analisadas, ou seja, nessas reportagens são enfatizadas as regras para que as pessoas adquiram um padrão de comportamento em locais de natureza exuberante, como na reportagem sobre a RPPN Toque-Toque Pequeno na qual os biólogos e os ecoturistas têm que se comportar de determinada maneira, com base nas normas do IBAMA, que regulamenta as atividades de ecoturismo permitidas em reservas particulares. Na RPPN Fazenda Bulcão, cursos são ministrados para ensinar as pessoas que lidam com a terra a usá-la de maneira eficiente, sem prejudicá-la. Acrescentamos ainda que na reportagem que divulga o Projeto Baru, as pessoas que coletam o baru na mata se comportam dentro dos princípios da sustentabilidade, ou seja, entram em filas, realizam a coleta deixando parte dos frutos para que a fauna silvestre possa se alimentar e saem novamente enfileirados. São exemplos de modelos de comportamento em locais de preservação, tanto aqueles destinados à contemplação, quanto os que podem ser explorados em atividades sustentáveis. Assim, o programa reafirma a efetividade dessas normas de disciplina que possibilitam a presença humana nas reservas, acreditando que o seu cumprimento fosse garantia de que a circulação das pessoas não representará impacto ambiental significativo.

Tanto ecoturistas que seguem em trilhas que conduzirão ao local que permite a melhor apreciação das belezas naturais, como os moradores locais que percorrem a trilha traçada para coletar os frutos de forma sustentada, servem de exemplo que o programa se encarrega de

mostrar, informando que o acesso à natureza deve ser realizado de forma planejada. A importância é evidenciar uma suposta proteção, embora estas atividades possam esconder outras preocupações, como Alphandéry; Bitoun; Dupont (1992, p. 39) observam:

> Essas evocações da natureza podem se basear em concepções perfeitamente contraditórias. Por exemplo, o turismo "verde" (férias na fazenda, caminhadas, cicloturismo, viagens em carroções, encontro de jovens, descoberta da fauna e da flora, etc.) é praticado em nome da busca da autenticidade, de um modo de vida mais lento e próximo da natureza. Mas estas formas de turismo podem muito bem ser acompanhadas de uma orgia de compras de equipamentos cada vez mais sofisticados por consumidores pouco desejosos de experimentar até o fim os méritos da austeridade. Então, às vezes é difícil de saber aquilo que domina essas práticas ecológicas, se a relação com a natureza ou a relação com o objeto, como mostra a voga da ornitologia nos Estados Unidos.

Do mesmo modo, nas reportagens que tratam do desenvolvimento sustentável, a superação da dicotomia natureza/cultura parece não se estabelecer e o que é ainda mais grave, parece que ela aumenta ainda mais a separação que muitas vezes aparece "maquiada" com um discurso em nome da conservação da natureza para ampliar o mercado consumista, acomodando os produtos naturais em belas embalagens extraídas das paisagens.

É o que verificamos na análise apresentada no segundo capítulo dedicada ao Projeto Baru e ao uso de madeira certificada na fabricação de móveis em "estilo contemporâneo", desenhados e criados pelo *designer* Nagib Orro. Embora os enfoques sejam distintos quanto ao desenvolvimento sustentável, as duas reportagens são apresentadas como modelo de manejo. O Projeto Baru mostra *in loco* as pessoas coletando frutos, enquanto que na reportagem sobre os móveis com selo de certificação as imagens são do banco de arquivos da WWF e mostram homens cortando árvores no interior de uma floresta. A forma como se dá o corte das árvores é mostrado como prova do adequado manejo da madeira e da garantia conferida pela certificação, importante para a produção de móveis diferenciados e voltados para um mercado consumidor especial.

Contudo o conhecimento das próprias pessoas a respeito do trabalho que realizam em ambos projetos não recebe destaque. No Projeto Baru a comunidade está autorizada a falar, mas o programa não se encarrega de mostrar suas dificuldades, apenas levanta os aspectos positivos do projeto. Na reportagem sobre os móveis, as pessoas que realizam o corte das árvores não são ouvidas, e muito provavelmente não terão acesso aos móveis que são fabricados com a madeira que elas retiram da floresta.

> Sob essas formas sincréticas, a sensibilidade naturalista atual desenvolve então uma ecologia hedonista e uma ecologia do consumo. Entretanto, estaríamos errados em acreditar que elas excluem por isso qualquer referência à sociedade e ao mundo e repousam exclusivamente em comportamentos individualistas. Os exemplos da dietética ou da produção e do consumo de produtos biológicos podem dar testemunho dessa situação. O que há de mais característico de nossas sociedades de consumo ocidentais que a expansão dos mercados ligados a essas práticas? (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992, p. 41)

O conceito de desenvolvimento sustentável foi elaborado para amenizar a dicotomia entre desenvolvimento econômico e preservação da natureza como foi comentado no segundo capítulo, mas este discurso muitas vezes favorece a manutenção das diferenças e podem dificultar o desenvolvimento sustentável dos países em crescimento. Os educadores da Rede Brasileira de Educação ambiental não estão de acordo com o entendimento de que o desenvolvimento sustentável corresponda à idéia adequada para o futuro da educação ambiental. A UNESCO propôs no Congresso Ibero Americano sobre Desenvolvimento Sustentável que ocorreu no Rio de Janeiro, entre os dias 31 de maio a 02 de junho de 2005, a "Década para o Desenvolvimento Sustentável". Esta proposição mereceu críticas dos educadores ambientais da referida rede que estavam presentes neste encontro, já que tal proposta passava por cima de uma discussão histórica que vem acontecendo há mais de trinta anos a respeito dos princípios, objetivos e diretrizes da Educação Ambiental. Os educadores brasileiros manifestaram a discordância sobre vários pontos da proposta da UNESCO, destacamos dois:

> 1) a substituição do atributo político "ambiental" da educação para uma orientação econômica do "desenvolvimento sustentável", num evocativo evolucionista como se a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) fosse uma evolução natural de uma Educação Ambiental (EA) superada e ineficaz; 2) a indicação funcionalista e finalista da visão de Educação quando a coloca para alguma coisa (Educação para o Desenvolvimento Sustentável), e ainda mais sendo esse o desenvolvimento sustentável, conceito/noção ainda sem um sentido claro e bastante criticado por quem acredita que nessa idéia cabe a manutenção da racionalidade economicista/desenvolvimentista, um dos pilares da crise socioambiental da atualidade; [...]. (disponível em <wwwrebea.org.br>. Acesso em 06 jun. 2005)

A noção de desenvolvimento sustentável veio substituir o conceito de ecodesenvolvimento elaborado com base nas "comunidades primitivas" remanescentes no Terceiro Mundo. Porém, a valorização dessas sociedades se transformou em uma estratégia de *marketing* de algumas empresas que produzem mercadorias ambientalmente corretas, resgatando práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais, como o faz a empresa de cosméticos Natura S/A, para citar um exemplo presente no programa Repórter Eco. Contudo essas populações não estão "congeladas" no tempo, suas práticas se modificam e, muitas vezes, estão submetidas a um processo de ocidentalização bastante agressivo. O desaparecimento de práticas "primitivas" de manejo da natureza e as evidências tão anunciadas da degradação ambiental são constantemente ressaltadas como manifestações associadas à expectativa de um futuro incerto.

> Não podemos deixar de ficar perturbados com tal coincidência, e ainda mais que estes últimos espécies de "bom selvagem" são convidados a denunciar publicamente nas telas do medo ecológico os massacres que atingem a eles próprios ou ao seu meio natural: pede-se-lhes insistentemente que ensinem aos modernos em quais crimes incorrem ao violar as leis da natureza. É claro que se pode ver nessas manifestações da mídia não mais que um folclorismo cínico, soluços hipócritas do homem branco. Mas pode-se também interpretá-las como a expressão de uma verdadeira angústia, sincera mesmo na ausência de ações reparadoras. Aquela de ter, ao destruir o Outro, colocado em perigo o futuro de todos. Aquela de se ter condenado a todos, ao anular a diversidade da espécie humana, a uma solidão eterna e inquietante" (ALPHANDÉRY; BITUON; DUPONT, 1992, p. 74)

Por outro lado a valorização das comunidades primitivas com suas práticas tradicionais, em que se destaca a relação mais harmônica com a natureza sustenta a responsabilidade dessas

populações pela preservação, cabendo-lhes a incumbência de conservar os recursos naturais como foi apontado por Pinton; Aubertin (2000), comentado quando analisamos a reportagem sobre o Projeto Baru.

É necessário repensar se o discurso de alguns ambientalistas, presente também em algumas reportagens do Repórter Eco, não estaria passando a responsabilidade da conservação da natureza para o lado mais fraco, como quando sugere que se deva privilegiar as ações individuais e o resgate das práticas culturais das populações tradicionais. Uma boa parte dos especialistas se abstém, ou apenas lida de modo superficial com as questões complexas presentes no modo de viver das sociedades ocidentalizadas. Alguns ecologistas, pensam na mesma direção apontada na discussão sobre o desenvolvimento sustentável, evidenciando que é possível dar lugar a uma nova civilização mundial comumente chamada de pós-industrial ou pós-moderna.

> Pode-se temer, de fato, que tal civilização pós-moderna, levando a uma maior fragmentação dos valores e das práticas sociais, a um esforço sem precedentes do poder da tecnociência e a uma supervalorização das dimensões hedonista e mercantil da ecologia, venha contribuir para a instauração de novas formas de dominação política, mais *soft* mas não menos reais do que antes, e para o agravamento do fenômeno atual de dualização das sociedades, tanto no interior dos espaços nacionais quando em escala mundial. Não deixa de ser verdade, infelizmente, que os sinais anunciadores desta civilização pós-moderna, e do tipo de sensibilidade ecológica que a acompanha, são hoje particularmente numerosos (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992, p. 75)

As reportagens que tratam do manejo sustentável parecem aludir à dependência das comunidades nativas em relação às orientações de cunho científico trazidas pelos agentes responsáveis pela integração das comunidades extrativistas com o mercado. Fica evidente na reportagem do baru o baixíssimo impacto ambiental decorrente da atividade econômica, mas parece que isto se deve mais à orientação externa do que ao trabalho cotidiano dos habitantes da região, o que deixa transparecer que somente o saber científico pode contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Nas reportagens da série Reserva Particular do Patrimônio Natural discutidas no terceiro capítulo também observamos a presença dos cientistas que detém a "voz autorizada" para falar em nome do proprietário da reserva como no caso da RPPN Jubran; para informar sobre a biodiversidade na RPPN Toque-Toque Pequeno.

> O anti-humanismo tradicional dos ecologistas cientistas, segundo os quais o homem é um elemento pertubador dos ecossistemas, estaria assim reforçado pela gravidade da situação na qual se encontra o planeta, e a gestão ecológica "salvadora" alimentaria um funcionalismo autoritário. Este reduziria a nada os espaços de liberdade, beneficiando os grupos mais fortes e os países tecnologicamente mais avançados. (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992, p. 48)

Outro aspecto constatado durante as análises dos programas é o vínculo das ONGs no desenvolvimento das ações ambientais divulgadas nas reportagens. Nas edições analisadas a WWF se faz presente nos desenhos que ocupam lugar de destaque em todas as edições, elas são apresentadas logo após os comentários do jornalista Washington Novaes. Nobre (2002, p. 69) ressalta que diversas ONGs ambientais são chamadas cada vez mais a colaborar na implementação de programas e a desempenhar o papel de promotora da "sintonia fina" nas decisões institucionais, o que acaba acarretando a crise de identidade dessas organizações que se originaram como instâncias representativas da sociedade civil organizada, cuja virtude devia ser a independência em relação às esferas governamentais. "O que significa, ainda, que o debate público em torno da sustentabilidade tende a ser enformado por e dirigido a instituições com poder de decisão sobre a implementação de programas ambientais". Este autor acrescenta em nota que "as ONGs estão, a um só tempo, em continuidade e em ruptura com as estruturas sociais dominantes"(CHARTIER; DELÉAGE, 1998 apud NOBRE, 2002, p. 96).

Esta discussão está presente na reportagem sobre o baru, pois de um lado temos a valorização da comunidade Boa Esperança, e de outro, a importância da ONG, no caso desta reportagem o CEDAC, que vai auxiliar a comercialização dos produtos originados do

processamento do baru. O mesmo acontece na reportagem sobre os móveis com selo de certificação. A idéia de usar madeira certificada para a confecção dos móveis foi estabelecida pela WWF, é ela quem orienta sobre os procedimentos para a obtenção da madeira certificada e de como se dá o processo de certificação. Estes procedimentos são formalizados e geram normas que acarretam uma situação de dependência das comunidades locais nas suas relações com as ONGs na execução das atividades voltadas para o desenvolvimento sustentável. E assim, "o ambientalismo está se tornando uma força de dominação, em lugar de uma força de libertação" (NOBRE, 2002, p. 93).

A concepção de ciência oriunda do período clássico da Modernidade dá embasamento aos discursos sobre sustentabilidade veiculados pelo programa, uma vez que os depoimentos são preferencialmente os dos cientistas, dos técnicos e ambientalistas das organizações governamentais e não governamentais, dos pesquisadores e professores universitários. Por outro lado, é possível perceber uma integração das ciências, que permite o esforço comum entre biólogos, antropólogos, economistas, geógrafos, filósofos, dentre outros profissionais que são entrevistados no terceiro bloco de reportagens do programa e que apontam o desenvolvimento sustentável como possibilidade de vida em contato direto com a natureza, gerando o crescimento econômico, sem esgotar os recursos naturais e assim, além de conservar a natureza, também preserva as comunidades humanas que historicamente ocupam determinados espaços naturais ainda pouco modificados pela ação humana. Quando nos detemos nas reportagens do programa Repórter Eco notamos as contradições entre essas e o teor das entrevistas do terceiro bloco do programa, preenchido com as entrevistas acima mencionadas. A sucessão de imagens e sons das reportagens não dão o mesmo destaque à presença humana que está presente nas entrevistas, além

de não discuti-la a fundo, as imagens e os sons chegam até a escondê-la com a locução em *off* que alinhava os depoimentos das falas autorizadas das reportagens.

O saber ambiental, muitas vezes, se apropria do saber científico e têm nessa apropriação sua única certeza, já que é considerado como único saber legítimo, tornando-o limitado pelas condições históricas de determinado período. Daí a dificuldade de se chegar a uma razão emancipatória resultante da concepção científica de saber ambiental, capaz de dotar os indivíduos e a sociedade da capacidade para lidar com as incertezas típicas de um mundo instável no qual vivemos atualmente.

> Não obstante, a transição para um desenvolvimento sustentável não se fará por força da necessidade ou do instinto de sobrevivência da sociedade. A história mostrou *ad nauseam* e *ad mortem* como as ideologias, os interesses e o poder são capazes de burlar os mais elementares princípios morais de convivência pacífica entre os humanos. Estas mudanças não serão alcançadas sem uma complexa estratégica política, orientada pelos princípios de uma gestão democrática do desenvolvimento sustentável, mobilizada pelas reformas do Estado e pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil. Isto implica uma nova ética e uma nova cultura política que irão legitimando os direitos culturais e ambientais dos povos, constituindo novos atores e gerando movimentos sociais pela reapropriação da natureza. (LEFF, 2001 p.64)

Os comentários do jornalista Washington Novaes enfatizam a crise ecológica e sua repercussão na finitude dos recursos naturais. Por vezes, esses comentários ao advertir para a "urgência" de solução dos problemas ambientais podem resvalar em prescrições para a sociedade de consumo. Contudo, as imagens de degradação que acompanham estes depoimentos suscitam um viés fatalista da crise ambiental, contrastando com as belezas naturais mostradas, por exemplo, em uma reportagem do terceiro bloco que mostra a entrevista com a professora e filósofa Olgária Matos. As relações do homem com a natureza são o foco da fala de Olgária Matos, que são ilustradas pela edição do programa com imagens de arquivo que apresentam água cristalina, florestas, matas, pássaros voando. As reportagens analisadas do Repórter Eco que faziam uso de imagens de arquivo revelaram antagonismos entre imagens de degradação

ambiental e imagens de exaltação da beleza da natureza intocada. Também percebemos uma repetição das mesmas imagens ao longo das edições analisadas, o que demonstra uma limitação do arquivo de imagens da TV Cultura.

Outra característica marcante da participação de Washington Novaes é o destaque dado às comunidades indígenas, como se elas pudessem nos inspirar a repensar nosso modo de vida. Este aspecto defendido pelo jornalista se aproxima do que Alphandéry; Bitoun; Dupont (1992) comentam a respeito do selvagem e do camponês quando se referem aos estudos da Antropologia da década de 60 do século passado, dedicados às chamadas sociedades "exóticas e selvagens", que viam nesses agrupamentos humanos a escassez e a penúria decorrentes de suas limitações técnicas que as condenariam a uma existência social precária e destituída da satisfação das necessidades mais elementares quando comparadas às sociedades modernas do ocidente. Essas análises foram substituídas por um grupo de Antropólogos que passaram a considerar tais comunidades como sociedades da abundância, servindo de inspiração para o pensamento da ecologia política.

Nas novas pesquisas antropológicas, as "sociedades tradicionais" se comparadas à sociedade ocidental que é estruturada pela lógica da acumulação incessante de bens materiais, elas — as "sociedades tradicionais" — não teriam como característica a penúria, mas sim a abundância, pois estavam imunes à visão utilitarista e equivocada da relação entre homem e natureza. Desta maneira, suas necessidades estavam fundadas em uma outra racionalidade que não aquela conhecida pela sociedade ocidental, urbana e industrial, esta última é que se mostra, pela sua própria lógica social, fadada a provocar a escassez dos recursos vitais pela sua tendência progressiva a se apegar em necessidades artificiais. Esta "autolimitação" das necessidades dos

povos ditos tradicionais era responsável pela sua "abundância" e não escassez, resultado de opções conscientes diante do meio ambiente.

> Não apenas certos selvagens não haviam conhecido a miséria, mas também eles haviam dado provas de uma racionalidade que, tanto no plano ecológico quanto humano, mostrava-se superior à dos modernos. Baseando a necessidade, a "riqueza" ou a "pobreza", não na acumulação de bens, mas na relação entre os homens, e na sua relação equilibrada com a natureza, os primitivos haviam vivido livres, "a primeira sociedade da abundância". (ALPHANDÉRY; BITOUN; DUPONT, 1992, p. 108)

Os remanescentes dessas populações ficam atualmente à mercê dos efeitos da matriz energética dos países altamente industrializados, como aponta Pompeu (2005, p. 04) quando se refere aos *inuits*, antigamente chamados de esquimós, que estão sofrendo com o aquecimento global, mesmo não tendo participação na emissão desenfreada de poluentes, que são produzidos pelos países industrializados "[...] os esquimós, estão vendo desaparecer o gelo e aparecerem insetos e animais vindos de terras mais quentes, seres desconhecidos para os quais a sua língua não tem nomes".

Pompeu (2005, p. 4-5) complementa esta discussão citando Engelhard, para quem:

> A crise do aquecimento global é de tão largo alcance, tão crua, tão necessariamente baseada em elementos de adivinhação [...], tão voltada contra nosso modo de vida baseado na queima de combustíveis fósseis, modo de vida que é tão aconchegante e tão difícil de substituir, tão ameaçadora, e ao mesmo tempo não nos tendo ainda afetado individualmente (se você não tiver vizinhos *innuits*), que virar o rosto diante dela é quase a única resposta compreensível. A questão é exatamente para onde virar o rosto.

Deixando as intervenções do jornalista Washington Novaes e retomando as reportagens analisadas, o programa Repórter Eco sustenta a defesa incondicional do desenvolvimento sustentável, que aparece nas suas reportagens e também na parceria que estabelece com a empresa de cosméticos Natura S/A na produção do Quadro sobre biodiversidade, e na sua inserção na reportagem sobre a RPPN Fazenda Bulcão que conta com o apoio financeiro da empresa que comparece também nos intervalos comerciais.

Recentemente, portanto em momento posterior às edições analisadas, o programa Repórter Eco exibiu uma série de reportagens denominada Aromas e perfumes, que no dia 15/05/2005, exibiu a extração do breu-branco na Reserva de Desenvolvimento Sustentável São Francisco do Iratupuru, no sul do Amapá. O breu-branco, como diz a reportagem está sendo usado para a fabricação de um dos perfumes da linha Ekos da empresa Natura. Os depoimentos são de funcionários da empresa e as imagens mostram desde a extração do produto até a linha final de produção do perfume. Com esta reportagem a Natura e o Repórter Eco mostram que a parceria vai além das propagandas no intervalo comercial e da fala de Flávia Lippi na abertura do Quadro sobre biodiversidade, e que o programa têm no desenvolvimento sustentável sua linha principal.

É forçoso admitir que a independência do programa em relação à esta empresa fica prejudicada. É provável que a parceria viabiliza as reportagens, financiando o deslocamento da equipe de reportagem para diferentes lugares, visto que a dificuldade de realizar reportagens distantes da cidade de São Paulo foi citada por Souza; Diegoli (1997) como uma das dificuldades que o programa enfrenta. Mas a que preço? O programa pode ser isento ao tratar do desenvolvimento sustentável se ele tem o apoio da Natura? Atualmente a empresa Bunge está presente no intervalo comercial do Repórter Eco. Esta empresa produz e comercializa produtos alimentícios. No primeiro capítulo comentamos a respeito do aumento de inserções de propagandas na grade de programação da TV Cultura e o prejuízo que está política de captação de recursos provoca, não apenas na programação como na recepção por parte dos telespectadores dos programas apresentados por essa emissora pública.

Os problemas ambientais chamam a atenção da sociedade, estão presentes nos currículos escolares, tornam-se selo de qualidade para as empresas, tudo isso atesta uma nova fase para as

relações homem e natureza. Para isso, seria forçoso a superação da distinção entre ciências naturais e ciências sociais, gerando um novo conhecimento que se formaria a partir da superação das discussões tão familiares como estas: natureza/cultura; observador/observado; animal/pessoa (SANTOS, 1997).

Goergen (2001, p. 156) destaca a necessidade de buscarmos novas regras para lidarmos com as incertezas típicas de tempos plurais. Este autor discute a importância de uma nova ética, pois os valores tradicionais que serviram de orientação para a relação dos homens com a natureza e dos homens entre si se desestabilizaram. "A capacidade de gerenciar conflitos torna-se uma das tarefas centrais da Educação Moral".

O discurso ambientalista se constitui em meio aos conflitos de toda ordem. O desenvolvimento sustentável, por exemplo, não apresenta um discurso único, suas ações são dependentes da lógica do mercado e, conforme a situação a elaboração de respostas, muitas vezes, aponta direções antagônicas ao propósito original do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, o comportamento do homem em relação à natureza é permeado por regras e normas[1] que foram criadas sem respeitar, sem ouvir as pessoas que habitam há milhares de anos os lugares que repentinamente foram elevados à condição de santuários ecológicos. O programa Repórter Eco, ao apresentar em suas reportagens o discurso ecológico não tem como fugir dessas regras, prescrições e contradições, muitas vezes acaba por divulgar procedimentos inflexíveis e prescrições técnicas que assumem valor normativo para o comportamento da sociedade diante da natureza.

Novamente as palavras de Goergen (2001, p. 153) são instrutivas:

[1] Como exemplo dessas normas citamos: a Lei que n. 9.985 que rege o SNUC, que foi comentada neste trabalho; e o IBAMA que vem prescrevendo uma séries de regras para orientar a relação homem/natureza.

> A educação moral não serve para internalizar normas corretas, mas para aprender que as normas são necessárias como parâmetros de salvaguarda de princípios mínimos de convivência humana, como o respeito à vida, a dignidade do indivíduo, o respeito ao meio ambiente, e para aprender a lidar com estes princípios em circunstâncias concretas.

Ensinar servindo-se de regras, não garante que o aprendiz tenha condições de saber se comportar, se relacionar com a natureza de maneira justa e primar pelos princípios éticos e morais de uma educação ambiental que vê na premissa das necessidades das gerações atuais e futuras a condição de respeito ao meio ambiente para que se possa assegurar a sobrevivência do homem no mundo, e conseqüentemente da natureza da qual o homem faz parte.

Quando consideramos o teor das reportagens analisadas, podemos nos fazer as seguintes perguntas: que sobrevivência é esta de que fala o discurso ecológico? Sobrevivência de alguns? Se vivemos num mundo que não garante a satisfação das necessidades elementares da população planetária, como garantir que a sobrevivência e a preservação sejam alcançados no futuro? Será que com isso não acabaremos impondo, em nome da ciência, da biodiversidade, da conservação, a continuidade da razão instrumental? Caminhar para uma situação de emancipação do homem em todas as suas circunstâncias seria capacitá-lo para lidar com as incertezas e, mais ainda, dar condições para que ele possa decidir o que é melhor, a praticar a "liberdade sustentável" que Sen (2004) enunciou de maneira tão clara, talvez seja esse um dos caminhos a serem percorridos.

Daí a necessidade de estabelecer uma nova ética, pois

> a capacidade de intervir através dos recursos da ciência e da tecnologia na natureza e na vida, de invadir espaços mais íntimos e influenciar os destinos individuais e os rumos da sociedade, de formar opiniões e manipular vontades, desaclopados dos verdadeiros interesses humanos e sociais tornou-se novamente e tragicamente atual a discussão do tema ética" (GOERGEN, 2001, p. 8).

Não podemos fugir dessa reflexão pois é urgente estabelecer limites e normas que auxiliem a intervenção do homem na natureza e na vida, "Mas isso é possível? Podemos chegar a

um acordo a respeito da validade de normas que sejam vinculantes para todos, ou seja, cujo cumprimento possa ser exigido de todos?" (GOERGEN, 2001, p. 9).

Este autor sinaliza uma saída que pensamos também ser a mais adequada para tentarmos superar esse impasse da sociedade atual, plural e complexa. O "nascer de uma nova consciência" deve passar pelo processo educativo, aliando educação e formação ética.

O processo educativo deve abranger a educação para a mídia, especialmente a televisão que chega a grande parte dos lares trazendo o mundo globalizado, informando o cidadão comum sobre a crise ecológica. Uma educação crítica poderá impedir que as soluções criadas nos escritórios dos burocratas, dos "homem abstratos" seja difundida pelas instituições nacionais e internacionais que ditam as normas para a educação ambiental e elegem como símbolo da educação para o ambiente o mote: *agir localmente e pensar globalmente*, que deve ser pensada de maneira crítica pelo homem comum, a quem é atribuída a "culpa" planetária da crise ecológica.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Bia. Das diferenças entre ler e ver televisão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 jul. 2005. Folha Ilustrada, p.07.

ALPHANDÉRY, Pierre; BITOUN, Pierre; DUPONT, Yves. *O equívoco ecológico:* riscos políticos da inconseqüência. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ARMES, Roy. *On Video:* o significado do vídeo nos meios de comunicação. São Paulo: Summus, 1999.

ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. *Cinema contra cinema.* Bases Gerais para um esboço de organização do cinema educativo no Brasil. São Paulo: Sp Editora, 1931.

ALMEIDA, Juliana Lana de. Reserva Particular do Patrimônio Natural Belgo Mineira – mata Monlevade. In: I SEMINÁRIO DE RESERVAS PARTICULARES DE MINAS GERAIS, 2001, *Anais...* Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2001. 1 CD-ROM.

ALMEIDA, Milton José de. *Imagens e sons:* a nova cultura oral. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

ANDRADE, Thales de. *Ecológicas manhãs de sábado*: o espetáculo da natureza na televisão brasileira. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

ARRUDA, Rinaldo S. V. Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Etnoconservação*. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000. p.273-290.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Televisão e escola*: Uma mediação possível? São Paulo: Senac, 2003.

BACIC, Gregório. Educação Ambiental e linguagens dos meios audiovisuais: relatos e comentários bem a propósito. In: TRAJABER, R.; COSTA, L. *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil* – materiais audiovisuais. São Paulo: Peirópolis, Instituto Ecoar para a cidadania, 2001. p.79-97.

BALÉE, William. Biodiversidade e os índios amazônicos. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de; CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Amazônia: etnologia e história indígena.* São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP: Fapesp, 1993. p. 385-393.

BORTOLOZZI, Arleude. *Educação Ambiental e o ensino de geografia:* Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. 268f. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e Natureza:* Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. p. 29-40.

BRUZZO, Cristina. *O cinema na escola:* o professor, um espectador. 1995. 190f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

_____. Filme "Ensinante": o interesse pelo cinema educativo no Brasil. *Pro-Posições.* Campinas, v. 15, n. 43, p. 159-173, jan./abr. 2004.

BUCCI, Eugênio.(Org.) *A TV aos 50:* criticando a televisão brasileira no seu cinqüentenário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

CAMARGO, Aspásia; RIBEIRO, João Paulo; OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. *Meio Ambiente Brasil.* Avanços e obstáculos pós-Rio-92. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CARNEIRO, Maria Aparecida; TOMAZELLO, Maria Guiomar Carneiro. A televisão e a educação ambiental informal: o programa Repórter Eco/TV Cultura. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental.* v. 7, out./nov./dez 2001. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/> . Acesso em: 12 março 2003.

CARVALHO, L.M. *A temática ambiental e a escola de 1º. Grau.* 1989. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

CASTRO, Daniel. Cultura estagnada. *Folha de São Paulo,* São Paulo. 08 mai. 2005. Folha Ilustrada, p. 01.

COSTA, C.M.R. Carta de Peti. In: I SEMINÁRIO DE RESERVAS PARTICULARES DE MINAS GERAIS, 2001. *Anais...* Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2001. 1 CD ROM.

COUTINHO, Laura Maria. *O estúdio de televisão e a educação da memória.* 2001. 180f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações Tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, 1999.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo.* A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação* ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S.V. (org.) *Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil.* Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Etnoconservação.* Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

DOANE, Mary Ann. A voz do cinema: a articulação de corpo e espaço. In: XAVIER, Ismail (Org.) . *A experiência do cinema.* Rio de Janeiro: Graal: Embrafilme, 1983, p. 455-475.

ECO, Umberto. Ecologia 1984 e a Coca-Cola tornada carne. In _____. *Viagem na irrealidade cotidiana.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 61-71.

_____. Cultura como espetáculo. In _____ *Viagem na irrealidade cotidiana.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 213-219.

FERREIRA, Lúcia da Costa et al. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeiro e Litoral Sul, SP. *Idéias*, Campinas, ano 8, v. 2, p. 115-149, 2001.

Folha de São Paulo, Caderno TV Folha, dias 11/08/2002 e 08/09/2002.

FÓRUM de ONGs Brasileiras. *Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros.* Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). 1992, Rio de Janeiro.

FRANCO, Marília da Silva. A natureza pedagógica das linguagens audiovisuais. In: FALCÃO, Antônio Rebouças; BRUZZO, Cristina. (Coord.) *Lições com Cinema.* v. 1, São Paulo: FDE, Diretoria Técnica, 1993, p.15-33.

_____. *Escola Audiovisual.* 1987. 192f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.1987.

GLOSSÁRIO de ecologia. São Paulo: Academia de Ciências do Estado de São Paulo: CNPq: FINEP, 1997.

GOERGEN, Pedro. *Pós-Modernidade, Ética e Educação.* Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. Educação Moral: Adestramento ou reflexão comunicativa. *Pro-Posições.* Campinas, v. 22, n. 76, p. 147-174, out. 2001.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e Memória. In: NOVAES, Adauto et al. *O Olhar.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988. P.95-124.

GOULD, Stephen Jay. *A montanha de moluscos de Leonardo da Vinci.* Ensaios sobre história natural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GUIDO, Lúcia de Fátima Estevinho. Os meios de comunicação social e sua influência na representação de ambiente em alunos do ensino fundamental In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23.,2000, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Anped, set.2000, 1 CD ROM.

KISHINAME, Roberto et al. Responsabilidade socioambiental das empresas. In: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo; OLIVEIRA, José Antonio Puppim. (Org.) *Meio ambiente Brasil:* avanços e obstáculos pós Rio-92. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Sócioambiental; Rio de Janeiro:Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 337-356.

KLEIN, Aldo Luiz (Org.). *Eugen Warming e o cerrado brasileiro.* São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A cortina de fumaça.* O discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. A TV pública. In: BUCCI, Eugênio (Org.). *A TV aos 50.* Criticando a televisão brasileira no seu cinqüentenário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 153-165.

LEÃO, Beto. *O cinema ambiental no Brasil.* Uma primeira abordagem. Goiânia: Agência Goiana de Cultura, 2001.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental.* Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEITE, Mauro. Projeto de Educação e recuperação ambiental da Mata Atlântica no Vale do Rio Doce. In: I SEMINÁRIO DE RESERVAS PARTICULARES DE MINAS GERAIS, 2001. *Anais...* Belo Horizonte, Fundação Biodiversitas, 2001. 1 CD ROM.

LENOBLE, R. *História da idéia de natureza.* Lisboa: Edições 70, 1969.

LESCURE, Jean-Paul. Algumas questões a respeito do extrativismo. In: EMPERAIRE, Laure (Ed.). *A floresta em jogo.* O extrativismo na Amazônia central. São Paulo: Imprensa Oficial: Unesp, 2000. p. 191-206.

LIMA, Sandra Maria Faleiros. *ONGs - uma investigação sobre sua natureza.* 2002. 195f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LUZ, A. C. C. Natura surfa na onda. *Carta capital*, São Paulo, ano XI, n. 351, p. 69, 20 jul. 2005.

MACHADO, Arlindo. *A arte do vídeo.* São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. O processo de recepção e as novas tecnologias de comunicação. *Novos olhares*: revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos midiáticos, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 22-30, 2000. Entrevista.

_____. *A Televisão levada a sério.* 2. ed. São Paulo: Senac, 2001.

MARINO, Paula Rodrígues. As noções de texto e discurso nos Estudos Culturais: Stuart Hall, David Morley e John Fiske. *Novos olhares*: revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos midiáticos, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 21-30, 1998.

MÁXIMO-ESTEVES, Lídia. *Da teoria à Prática*: Educação Ambiental com a crianças pequenas ou O Fio da História. Porto: Porto Editora, 1998.

MCCLELLAND, Linda Flint. *Building the National Parks:* historia landscape design and construction bate. London: The John Hopkins University Press, 1998

NOBRE, Marcos. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho (Org.). *Desenvolvimento sustentável:* a institucionalização de um conceito. Brasília: IBAMA; São Paulo: CEBRAP, 2002. p. 21-106.

NOVAES, Washington. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 66, p. 39-46, set. 2002. Entrevista.

OLIVEIRA JUNIOR, Wencesláo Machado de. *Chuva de Cinema.* Natureza e Cultura Urbanas. 1999. 162f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. Realidades Ficcionadas, imagens e palavras de um telejornal brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Anped, set. 2000. 1 CD ROM.

_____. Chuva de Cinema: entre a natureza e cultura. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1., 2001. Rio Claro. IEPEA, jul., 2001, p. 06-16. 1 CD-ROM.

_____. Perguntas à televisão e às aulas de Geografia: crítica e credibilidade nas narrativas da realidade atual. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Org.). *Geografia em perspectiva.* São Paulo: Contexto, 2002, p.353-365.

OSTMAN, Ronald; PARKER, Jill L. A Public's Environmental Information Sources and Evaluations of Mass Media. *Journal of Environmental Education,* v. 18, n. 2, p. 9-17, 1986.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição.* Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação:* a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. Extrativismo e desenvolvimento regional. In: EMPERAIRE, Laure. (Ed.). *A floresta em jogo:* o extrativismo na Amazônia central. São Paulo: Imprensa Oficial: Unesp, 2000, p. 152-159.

POMPEU, Renato. O apocalipse está próximo? *Caros Amigos*. São Paulo, Especial, n.23, p. 05-04, abril, 2005.

RAMOS, José Mário Ortiz. *Televisão, publicidade e cultura de massa.* Petrópolis: Vozes, 1995.

RAMOS, Fernão; MIRANDA, Luiz Felipe (Org.) Enciclopédia do Cinema Brasileiro. São Paulo: Senac, 2000.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Telles. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, Sueli M; ALMEIDA, Semíramis P. de (Org.) *Cerrado – Ambiente e flora.* Distrito Federal: Embrapa, 1998.

RIECHMANN, Jorge; BUEY, Francisco Fernández. *Redes que dan libertad.* Introducción a los nuevos movimientos sociales. Barcelona: Paidós, 1994.

ROMANO, Roberto. A desgraça humana talvez não seja tão relevante assim para a natureza. *Caros Amigos*, São Paulo, Especial, n. 23, p. 30, abril 2005.

SACHS, Ignacy. Quo vadis, Brasil? In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Org.). *Brasil: um século de transformações.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 488-501.

SAKAR, Sahotra. Restaurando o mundo selvagen. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Etnoconservação.* Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 47-65.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências.* Porto: Edições Afrontamento, 1997.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, Eduardo J et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania:* desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortz; Florianópolis: Editora da UFSC, 1995. p. 161-180.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Por que é necessário preservar a Coruja-pintada. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 mar. 2004. Caderno Mais, p. 16-18.

SERRÃO, Silvia. *Para além dos domínios da mata.* Uma discussão sobre o processo de preservação da Reserva da Mata Santa Genebra, Campinas SP. 2002. 208f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. *Revista USP*: Dossiê Brasil dos viajantes, São Paulo, n.30, p. 108-119, junho/agosto de 1996.

SOUZA, Lia de; DIEGOLI, Vera Lúcia. Repórter Eco: a beleza transforma. In PÁDUA, Suzana Machado; TABANEZ, Marlene F. (org.). *Educação Ambiental*: caminhos trilhados no Brasil. Brasília: Instituto Ipê, 1997.

STRINATI, Domenic. *Cultura popular*: uma introdução. São Paulo: Hedra, 1999.

THEULEN, Verônica. A importância do Planejamento para as Reservas Privadas. In: ENCONTRO PARANAENSE DE RESERVAS NATURAIS PRIVADAS, 2003, [S.L.], [s.n.].

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TRAJABER, R.; COSTA, L. *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil* – materiais audiovisuais. São Paulo: Peirópolis, Instituto Ecoar para a cidadania, 2001.

URBAN, Teresa. *Saudade do Matão.* Relembrando a História da Conservação da Natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR: Fundação O Boticário: Fundação MacArthur, 1998.

VANOYE, Francis; GOLIOT-IÉTÉ, Anne. *Ensaio sobre a Análise Fílmica.* Campinas: Papirus, 1994.

VIANA, Natália. O planeta com sede. Até 2050, uma entre quatro pessoas vai sofrer falta de água. *Caros Amigos*, São Paulo, Especial, n. 23, p. 16-18, abril. 2005.

VIOLA, Eduardo J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: _____ et al. *Ecologia, ciência e política.* Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 49-75.

VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania*: desafios para as Ciências Sociais. São Paulo, Cortez, 1995.

WIEDMANN, Sonia Maria Pereira. Histórico das reservas privadas. Reservas Privadas no mundo, na América Latina, no Brasil e no Paraná. In: ENCONTRO PARANAENSE DE RESERVAS NATURAIS PRIVADAS, 2003, [S.L.], [s.n.].

WILLIAMS, Raymond. *Television:* technology and cultural form. London: Routledge, 1990.

_____. O drama numa sociedade dramatizada. *Sinopse*, ano IV, n. 9, p.60-67, ago. 2002.

WILSON, Edward. (Org.). *Biodiversidade.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

_____. *Diversidade da vida.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEGISLAÇÃO

Brasil. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em <http://www.ibama.gov.br /licenciamento/lei9985julho2000.php>. Acesso em: 23 de set. 2002.

SITES

www.biodiversidadebrasil.com.br/

www.fsc.org.br/

www.ibama.org.br/

www.rebea.org.br/

www.tvcultura.com.br/reportereco/